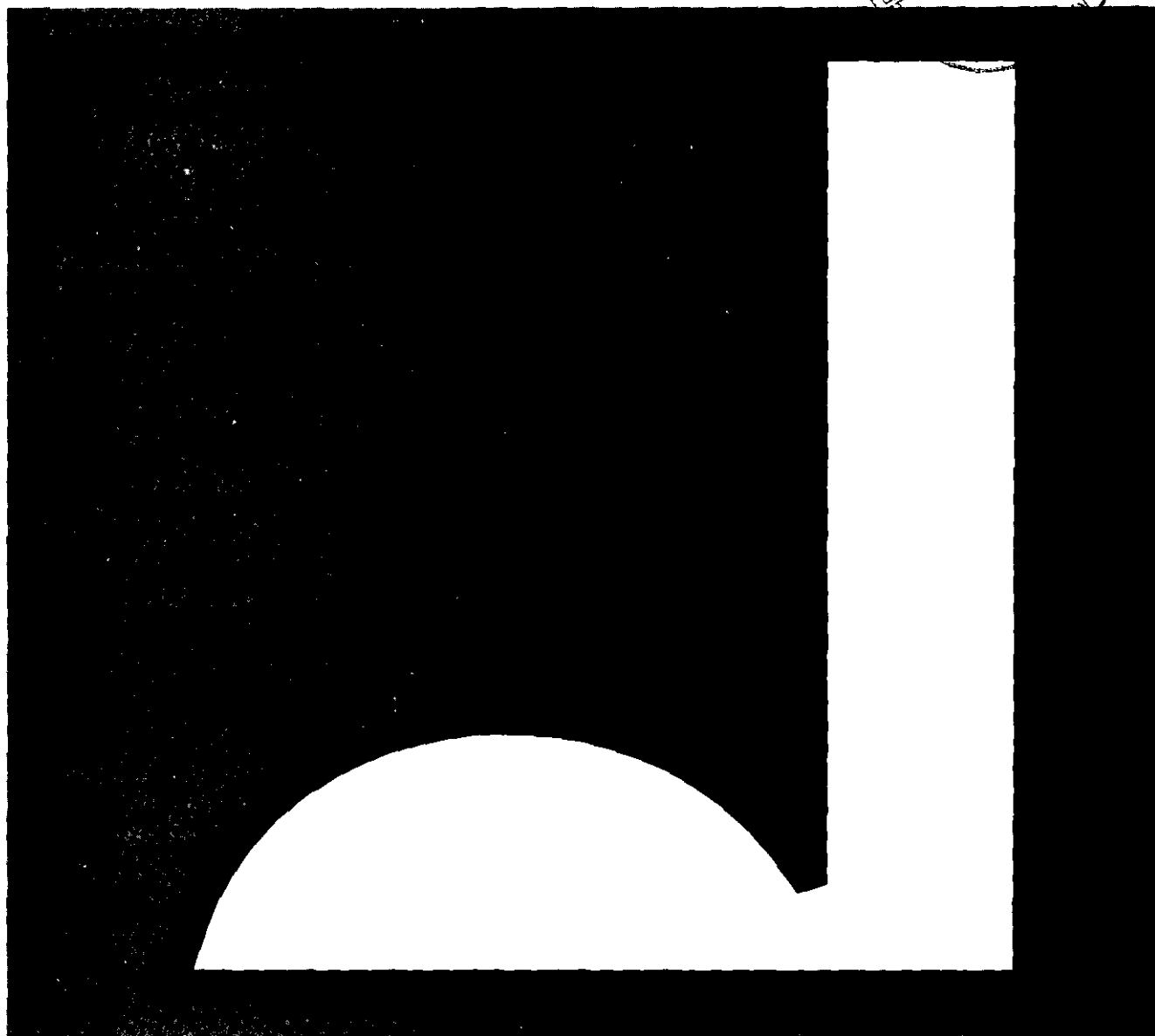




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA**Presidente**

José Samey - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º) Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º) Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE MARÇO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Senhor Presidente da República

Nº 133, de 1996 (nº 219/96, na origem), de 12 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Mário Augusto Santos, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular da Etiópia. 04079

1.2.2 – Avisos de Ministro de Estado

Nº 31, de 1996, de 18 de janeiro do corrente, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações parciais referentes ao Requerimento nº 1.476, de 1995, do Senador João Rocha. 04081

Nº 144, de 1996, de 12 de março do corrente, do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, referente ao Requerimento nº 18, de 1996, de informações, da Senadora Benedita da Silva. 04082

1.2.3 – Offícios do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Nºs 15 e 16, de 1996, restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados. 04082

1.2.4 – Parecer

Referente ao Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 21 anos e dá outras providências. 04082

1.2.5 – Requerimentos

Nº 233, de 1996, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1995, também se manifeste a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão de Educação, constante do despacho inicial. 04083

Nº 234, de 1996, do Senador Júlio Campos, solicitando a transcrição, nos Anais do Se-

nado, do artigo Retirada em silêncio, de autoria do jornalista Villas Bôas Corrêa, publicado no Jornal do Brasil. 04084

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1996, de autoria do Senador Flaviano Melo, que introduz alterações na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. 04084

Projeto de Resolução nº 24, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que altera o inciso IX do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao uso da palavra. 04087

Projeto de Resolução nº 25, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que acrescenta o § 5º ao art. 145, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata das Comissões Parlamentares de Inquérito. 04087

Projeto de Resolução nº 26, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que altera o art. 308, do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao encaminhamento de votação. 04088

Projeto de Resolução nº 27, de 1996, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que acrescenta o § 5º ao artigo 145 do Regimento Interno. 04088

Projeto de Resolução nº 28, de 1996, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que altera o Regimento Interno, acrescentando parágrafo único ao art. 78. 04089

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo para oferecimento de emendas aos Projetos de Resolução nºs 24 a 28, de 1996, lidos anteriormente. 04090

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR EDISON LOBÃO – Preocupações de S. Exa quanto à situação política e à instabilidade de natureza financeira, caso seja instalada a CPI dos bancos. Declarações intempestivas do Governador Tasso Jereissati. Solidariedade ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, criticado pelo Governador do Ceará, Sr. Tasso Jereissati. 04090

SENADOR ROMEU TUMA – Aumento do índice de violência e criminalidade no País. Necessidade de aprimoramento das leis penais. 04094

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA, como Líder – Reconhecimento de S. Exa e, em

nome da Liderança do Governo no Senado, da atuação democrática e do elevado espírito cívico do Senador José Sarney, a propósito de críticas à sua pessoa feitas pelo Sr. Tasso Jereissati..... 04099

SR. PRESIDENTE – Agradecimentos ao pronunciamento do Sr. José Roberto Arruda..... 04100

SENADOR GILVAM BORGES – Encaminhando à Mesa requerimentos de informação aos Presidentes do Banco Central e do Tribunal de Contas da União solicitando esclarecimentos sobre negócios realizados pelo grupo empresarial da família do Sr. Tasso Jereissati 04100

SENADOR NEY SUASSUNA – Em nome da Liderança do PMDB, hipoteca solidariedade ao Presidente José Sarney, em virtude de críticas a ele atribuídas. 04101

SR. PRESIDENTE – Agradecimentos ao Sr. Ney Suassuna..... 04102

SENADOR EDISON LOBÃO – Filiação do Sr. Bernardo Cabral ao Partido da Frente Liberal. 04102

SENADOR BERNARDO CABRAL, como Líder – Apoio ao Presidente José Sarney, em face do episódio Tasso Jereissati. 04102

SR. PRESIDENTE – Agradecimentos à manifestação de apreço do Sr. Bernardo Cabral.. 04102

SENADOR GERALDO MELO, como Líder – Solidarizando-se com o Presidente José Sarney.... 04103

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Instalação da CPI do Sistema Financeiro Nacional. Repúdio à declaração do Governador Tasso Jereissati de críticas ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney. 04104

SENADOR VALMIR CAMPELO, como Líder – Manifestação de solidariedade ao Presidente José Sarney..... 04104

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Suscitando questão de ordem sobre fixação de prazo de 48 horas, pela Mesa, para que os partidos indiquem os Senadores para compor a CPI do sistema financeiro..... 04105

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Contraditando a questão de ordem do Senador José Eduardo Dutra..... 04106

SR. PRESIDENTE – Decisão sobre a questão de ordem do Sr. José Eduardo Dutra..... 04106

1.2.9 – Requerimento

Nº 235, de 1996, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando que seja submetido ao Plenário desta Casa, após ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recurso objetivando o desarquivamento da CPI dos corruptores, a que se refere o Requerimento nº 402, de 1995. **Deferido em parte.**..... 04107

1.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1996, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências. 04115

1.2.11 – Requerimento

Nº 236, de 1996, de autoria do Senador Gilvam Borges, solicitando que seja encaminhado ao Governo da República da Bolívia, voto de louvor à Universidad del Valle – UNIVALLÉ, do sistema nacional de educação daquele país, por haver concedido o título de **Doctor Honoris Causa** ao Presidente desta Casa, Senador José Sarney.... 04117

1.2.12 – Comunicação

Da Liderança do PPB no Senado Federal, referente à substituição de membros em Comissão Mista, destinada a emitir parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 1.329, de 29 de fevereiro de 1996. 04117

1.2.13 – Requerimentos

Nº 237, de 1996, de autoria do Senador Gilvam Borges, solicitando ao Banco Central do Brasil, através do Ministro de Estado da Fazenda, informações que menciona..... 04117

Nº 238, de 1996, de autoria do Senador Gilvam Borges, solicitando que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma auditoria na iminente operação de venda de três fábricas da Coca-Cola, pertencentes ao patrimônio do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, ao Grupo Tasso Jereissati. **Aprovado**..... 04118

Nº 239, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma tomada de contas especial, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, com vistas ao esclarecimento de pontos do Edital nº PND-01/96-LIGHT, relativos à alienação de ações ordinárias nominativas do capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A., de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELEKTROBRAS. **Aprovado**..... 04118

1.2.14 – Ofícios

Nº 34/96, de 7 de março de 1996, da Liderança do PDT no Senado Federal, referente à indicação de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a finalidade de apurar responsabilidades civil e criminal contra o Sistema Financeiro Nacional, criada através do Requerimento nº 198/96..... 04119

Nº 46/96, de 8 de março de 1996, da Liderança do PT no Senado Federal, referente à indicação de membros na Comissão Parlamentar de

Inquérito (CPI), com a finalidade de apurar responsabilidades civil e criminal contra o Sistema Financeiro Nacional, criada através do Requerimento nº 198/96. 04119

1.2.15 – Comunicação da Presidência

Arquivamento definitivo do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso regimental. 04119

1.2.16 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Solicitando esclarecimentos à Mesa acerca da decisão sobre a questão de ordem do Senador José Eduardo Dutra. 04119

SR. PRESIDENTE – Resposta ao Senador José Ignacio Ferreira. 04120

SENADOR ROBERTO FREIRE – Comentários à questão de ordem suscitada pelo Senador José Eduardo Dutra. 04120

SENADOR GERALDO MELO – Solicitando orientação da Mesa sobre a forma de requerer o desarquivamento de requerimento, aprovado, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das centrais sindicais, que não foi instalada. 04121

SR. PRESIDENTE – Resposta ao Senador Geraldo Melo. 04121

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Questão de ordem do Senador José Eduardo Dutra a respeito da instalação da CPI dos bancos. 04122

SR. PRESIDENTE – Resposta ao Senador Sebastião Rocha. 04122

1.3 – ORDEM DO DIA

Requerimento nº 1.546, de 1995, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1991 (nº 4.827/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências. **Votação adiada para o dia 25-4-96, nos termos do Requerimento nº 240/96.** 04123

Requerimento nº 1.587, de 1995, do Senador Roberto Requião, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30-4-46 e dá outras providências. **Vota-**

ção adiada para o dia 25-4-96, nos termos do Requerimento nº 242/96. 04123

Requerimento nº 1.589, de 1995, do Senador Roberto Requião, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação da alínea e do artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, e dá outras providências. **Aprovado.** 04123

Requerimento nº 13, de 1996, do Senador Roberto Requião, solicitando, nos termos regimentais, seja incluído, em Ordem do Dia, o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1995, de autoria do Senador Joel de Hollanda, que denomina Governador Nilo Coelho a BR-428, no Estado de Pernambuco. **Aprovado.** 04124

Requerimento nº 37, de 1996, do Senador Odacir Soares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1995-Complementar, de sua autoria, que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos da administração direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no art. 37, inciso VII da Constituição Federal e dá outras providências. **Aprovado**, após leitura do Ofício nº 7/96, do Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 04124

Requerimento nº 209, de 1996, do Senador Carlos Bezerra e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 17, de 1996, que altera a Resolução nº 69, de 1995, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. **Aprovado.** 04124

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1995 (nº 4.865/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências. **Aprovado com emenda.** À Comissão Diretora para Redação Final. 04124

Redação Final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1995. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 243/96. À Câmara dos Deputados. 04127

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Defesa da CPI do sistema financeiro, pendente de instalação no Senado Federal..... 04127

SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Nota do Diretório Nacional do PMDB de solidariedade ao Presidente José Sarney..... 04134

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Críticas às declarações do Governador Tasso Jereissati. Indagando da Mesa sobre a tramitação do requerimento de informações de sua autoria ao Ministro das Minas e Energia..... 04134

SR. PRESIDENTE – Resposta ao Senador Ademir Andrade..... 04135

SENADOR LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA – Regozijo pela instalação da montadora Renault no Estado do Paraná..... 04136

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Dia do Bibliotecário..... 04137

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Sugerindo a criação da Fundação Desenvolvimento do Xingó..... 04138

1.3.2 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.**1.4 – ENCERRAMENTO****2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 15ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 8 de março de 1996, e publicada no *Diário do Senado Federal*, de 9 de março de 1996..... 04140

Ata da 16ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 11 de março de 1996, e publicada no *Diário do Senado Federal*, de 12 de março de 1996..... 04140

Ata da 17ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12 de março de 1996, e publicada no *Diário do Senado Federal*, de 13 de março de 1996..... 04140

3 – ATAS DE COMISSÕES

1ª Reunião (instalação), da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.214/95, de 5 de dezembro de 1995, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional e dá outras providências. (Reedição da Medida Provisória nº 1.179), realizada em 12 de dezembro de 1995. ... 04141

2ª, 3ª e 4ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 6, 7 e 12 de março de 1996, respectivamente..... 04141

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 258, de 1996 (Apostila)..... 04177

Nºs 290 a 298, de 1996..... 04177

5 – EDITAL

Nº 9, de 1996, referente ao resultado final do concurso para Assessor Legislativo – Áreas um e doze..... 04183

6 – MESA DIRETORA**7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 19ª Sessão Deliberativa Ordinária em 14 de março de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. José Sarney, Teotônio Vilela Filho, Odacir Soares
Renan Calheiros, Ernandes Amorim e Ney Suassuna

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade - Antonio Carlos Magalhães - Antônio Carlos Valladares - Arlindo Porto - Bello Paraga - Beni Veras - Bernardo Cabral - Carlos Bezerra - Carlos Patrocínio - Carlos Wilson - Casildo Maldaner - Coutinho Jorge - Darcy Ribeiro - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Epitácio Cafeteira - Ernandes Amorim - Flaviano Melo - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gilberto Miranda - Gilvam Borges - Guilherme Palmeira - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Íris Rezende - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Agripino - José Alves - José Bianco - José Eduardo Dutra - José Fogaça - José Ignácio Ferreira - José Roberto Arruda - José Sarney - Júlio Campos - Lauro Campos - Leomar Quintanilha - Lucídio Portella - Lúcio Alcântara - Lúdio Coelho - Luiz Alberto de Oliveira - Marina Silva - Marluce Pinto - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Onofre Quinan - Osmar Dias - Pedro Piva - Pedro Simon - Ramez Tebet - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Romeu Tuma - Ronaldo Cunha Lima - Sebastião Rocha - Teotônio Vilela Filho - Valmir Campelo - Vilson Kleinübing - Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, em exercício, Sr. Antonio Carlos Valadares, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

MENSAGEM Nº 133, DE 1996 (Nº 219/96, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 39, § 1º, do Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de

1995, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Mario Augusto Santos, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular da Etiópia.

Os méritos do Embaixador Mario Augusto Santos, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de março de 1996. - **Marco Maciel**.

EM Nº 98/DP/SRC/G-MRE/APES

Brasília, 7 de março de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 39, § 1º, do Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Mário Augusto Santos, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular da Etiópia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum vitae** do Embaixador Mário Augusto Santos, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente. - **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Embaixador Mario Augusto Santos
São Francisco/EUA brasileiro, de acordo com o art. 129, item II da Constituição de 1946), 2 de março de 1936.

Filho de Mario Santos e Catharina Anna Le Gall Santos.

CPCD, IRBr.

CAD, IRBr.

Bacharel em Direito, URJ.

Cônsul de Terceira Classe, 12 de janeiro de 1959.

Segundo Secretário, antiguidade, 25 de junho de 1962.

Primeiro Secretário, merecimento, 30 de setembro de 1968.

Conselheiro, merecimento, 1 de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 12 de dezembro de 1979.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 21 de junho de 1993.

Assistente do Chefe da Divisão Econômica da Europa, Ásia, África e Oceania 1959/61.

Assistente do Chefe do Departamento Político e Cultural, 1961.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Americanos, 1961/62.

Assistente do Subsecretário-Geral de Política Exterior, 1968.

Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1968/74.

Nova York, Segundo Secretário, 1962/64.

Varsóvia, Segundo Secretário, 1964/66.

Varsóvia, Encarregado de Negócios a.i., 1964/66

Santa Cruz de la Sierra, Conselheiro, 1974.

Ciudad Bolívar, Cônsul, 1974.

Lourenço Marques, Cônsul-Geral-Adjunto, 1975.

Paramaribo, Conselheiro, 1975/76.

Paramaribo, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1975/76.

Camberra, Conselheiro, 1976/79.

Camberra, Encarregado de Negócios, a.i., 1978 e 1979.

Bonn, Conselheiro, 1979.

Bonn, Ministro-Conselheiro, 1980/85.

Bonn, Ministro-Encarregado de negócios, a.i., 1980/84.

Haia, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1989/90.

Windhoek, Embaixador, 1990/95.

Nairóbi, Embaixador. 1995/96.

Grupo de Trabalho c (Econômico) da Comissão Permanente para aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, 1960/61 (secretário-assistente).

A disposição do Cerimonial, por ocasião da Visita ao Brasil do Presidente dos EUA, 1960.

A disposição do Imperador da Etiópia, em visita ao Brasil, 1960.

A disposição dos Governadores dos Estados Americanos, 1960. Comissão de Organização da visita do Presidente da Itália ao Brasil, 1961 (membro).

Comemorações da Independência do Gabão, 1961 (assessor econômico do representante).

A disposição do Ministro da Economia do Gabão em visita ao Brasil, 1961.

XVII e XVIII Sessões da Assembléia-Geral da ONU, Nova Iorque, 1962 e 1963 (assessor).

XXXIV Sessão do Ecosoc, Nova Iorque, 1962 (assessor).

Comitê Preparatório da UNCTAD, Nova Iorque, 1963 (assessor).

Feira da Primavera, Leipzig, 1965 (representante).

Comissão Mista Técnica Brasil-Paraguai, 1968/72.

Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, Roma, 1969 (delegado).

XV Conferência da FAO, Roma, 1969 (delegado).

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Japão, Rio de Janeiro, 1969 (delegado).

Conselho Deliberativo da Suden, 1969/74 (representante suplente).

XXV Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1970 (delegado).

Conferência Internacional Especial da ONU sobre a Unido, Viena, 1971 (delegado).

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Venezuela de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1971 (delegado).

Conferência Interamericana Especializada sobre a CACTAL, Brasília, 1972 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, Brasília, 1973 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, 1973 (delegado).

VI, VIII, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII Sessões do Conselho de Administração, PNUD, Viena e Genebra, 1968/69 e 1971/74 (delegado).

Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica Brasil-Chile, Santiago, 1974 (delegado).

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia, Brasília, 1974 (membro).

Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica e Financeira, 1980/82 e 1984 (membro).

Grupo de Trabalho Brasil-Alemanha sobre Cooperação Técnica, 1979/81/83 e 1986 (membro).

XXIII e XXIV Conferências Gerais da Unesco, Sófia, 1985 e Paris, 1987 (delegado).

Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura (CIECC), OEA, 1985/88 (delegado).

Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Educação, 1985/89.

Secretário Executivo da Comissão Nacional para o Ano Internacional da Juventude, 1985.

Coordenador do Cadastro de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural, do Ministério da Cultura, 1989 (Lei nº 7.505/86).

Ordem do Rio Branco, Comendador, Brasil.

Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Brasil.

Ordem Nacional do Mérito Educativo, Comendador.

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

Dados Básicos Sobre Países

País: Etiópia

Atualização em: 28-2-96

Responsável: DAF-I

Síntese do País

Nome Oficial do País: República Democrática Popular da Etiópia

Área em Km²: 1.251.282

População: 51.300.000 habitantes

Ano: 1994

Língua: Amárico (oficial), Inglês, Árabe

Data Nacional: 12/9 (Revolução Popular)

Capital: Adis Abeba

Fronteira com o Brasil:

Colônia Brasileira:

Sistema de Governo: República Presidencialista

Autoridades

Chefe de Estado: Meles Zenawi

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Tamerat

Layne

Chanceler: Seyoum Mesfin

Embaixador no Brasil: Não há

Presença Brasileira

Chefe do Posto:

Missão Brasileira: Cumulativa com a Embaixada em Nairóbi

Outras Repartições e

Temas sobre o País

1984 - A fome devasta o país. Centenas de milhares de pessoas morrem.

1989 - Irrompe uma sublevação da Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope, apoiada pelos guerrilheiros eritreus.

1991 - Uma ofensiva rebelde provoca a derrubada do regime de Mengistu, que foge do país. O novo governo enfrenta a oposição dos estudantes e reivindicações de independência em várias províncias.

1993 - É reconhecida, em maio, a independência da Eritreia.

Temas da Agenda Bilateral

Visitas Oficiais

Atos Bilaterais

Comércio Bilateral

Exportações do Brasil: US\$4,455,616.00Ano: 1995

Principais Produtos: Niveladores, colhedadeiras, açúcar cristal, máquinas de escrever, tratores, chassis com motor, lona de freio etc.

Importações para o Brasil: US\$234,083.00Ano: 1995

Principais Produtos: Peles depiladas de caprino curtidas, gomas, resinas, bálsamo e goma arábica

Economia

PIB: US\$6,1 bilhões Ano: 1991

Moeda/Câmbio: BIRR/US\$1,00 = BIRR 2,07 (30-9-92)

Princ. Ativ. Econômica:

Exportações Totais: US\$188,600,000.00Ano: 1991

Principais Produtos: Café, couro e peles, derivados de petróleo

Importações Totais: US\$471,900,000.00Ano: 1991

Principais Produtos: Cereais, combustíveis minerais, químicos, manufaturas básicas, máq. industriais
Déficit: US\$283,300,000.00Período: 1991

Informações para Viagem

Vôos do Brasil:

Exigência de Visto:

Fuso Horário: + 6 horas

Corrente Elétrica:

Padrão de TV:

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

AVISO

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 31/96, de 18 de janeiro do corrente, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando in-

formações parciais referentes ao Requerimento nº 1.476, de 1995, do Senador João Rocha.

As informações parciais foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento aguardará na Secretaria-Geral da Mesa a complementação das informações.

Nº 144/96, de 12 de março do corrente, do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, referente ao Requerimento nº 18, de 1996, de informações, da Senadora Benedita da Silva.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIOS

DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 15/96, de 13 do corrente, restituindo autógrafos referentes ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1992 (nº 4.293/93, naquela Casa), de autoria do Senador Márcio Lacerda, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, que tratam do agravo de instrumento, sancionado e transformado na Lei nº 9.130, de 30 de novembro de 1995.

Nº 16/96, de 13 do corrente, restituindo autógrafos referentes ao Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1994 (nº 4.869/94, naquela Casa), de autoria do Senador Alfredo Campos, que altera o art. 110 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, sancionado e transformado na Lei nº 9.165, de 19 de dezembro de 1995.

PARECER Nº 107, DE 1996

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 21 anos e dá outras providências.

Relator: Senador José Eduardo Dutra

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que "dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 21 anos e dá outras providências".

O projeto pune a venda de bebidas alcoólicas a menores de 21 anos com pena de reclusão, por seis meses a dois anos, sem direito a **sursis** e aumentando de um terço a pena a cada reincidência.

Tendo recebido parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais, o presente Projeto recebeu recurso para que o Plenário do Senado se manifestasse quanto ao mérito. Em face a relevância da matéria e toda a controvérsia durante as discussões ocorridas quando de sua apreciação pela C.A.S., foi apresentado, e aprovado, um requerimento no sentido de se ouvir também a Comissão de Constituição e Justiça.

II – Voto

Não há qualquer óbice de ordem constitucional ao projeto. Cabem, contudo, alguns reparos do ponto de vista da técnica legislativa e do mérito da proposta.

Quanto à técnica legislativa, parece-nos incorreta a disposição do parágrafo único do art. 2º, aumentando a pena a cada reincidência. Conforme o Código Penal, a reincidência é uma agravante genérica (art. 61, I), com uma série de outros efeitos: é circunstância preponderante no concurso de agravantes (art. 67); impede a concessão da suspensão condicional da execução da pena (art. 77, I); aumenta o prazo necessário à obtenção do livramento condicional (art. 83, II); interrompe a prescrição (art. 117, VI), entre outros.

Em alguns casos (art. 155, § 2º, art. 170; art. 171, § 1º), a reincidência impede algumas causas de diminuição de pena. Na legislação extravagante, muitas vezes a reincidência é característica agravante especial de determinada infração. Por exemplo, o parágrafo único do art. 336 do Código Eleitoral (Lei 4.737, de 15 de julho de 1965) determina que a pena seja dobrada em caso de reincidência; o art. 126 da Lei dos Estrangeiros (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980) estabelece que a reincidência poderá acarretar o aumento das multas previstas do dobro ao quádruplo.

Mas, salvo em disposições de caráter administrativo (p. ex., o art. 47 da CLT), a reincidência não é um elemento de cálculo de pena – tantas reincidências, tanto de pena. A sistemática penal, desde a reforma da Parte Geral do Código em 1984, entende a reincidência como uma circunstância objetiva. Não importa se o infrator reincide uma vez ou dez vezes; nos dois casos é reincidente. De resto, a reincidência por si só não é indício confiável de periculosidade. Cabe ao juiz, seguindo o princípio de individuali-

zação da pena, avaliar as características de cada réu e, assim, determinar a pena.

Destarte, seria preferível que o parágrafo único do art. 2º do projeto apenas aumentasse a pena em caso de reincidência, mas sem especificar que o aumento se dá a cada reincidência.

Contudo, em nosso entender, o mérito do projeto é discutível. Certamente o Senador Odacir Soares tem razão na justificação do projeto, ao enumerar os males causados pelo consumo de álcool. No entanto, como ocorre com outras drogas, o álcool é sancionado pelo organismo social; em muitos círculos, o seu consumo é mesmo incentivado. Embora a legislação brasileira sofra de lamentáveis incoerências quando se trata da passagem à maioridade, é fato que a maioria das leis considera o maior de 18 anos apto para os atos da vida adulta.

Ademais, como bem ressaltou a Consultoria Legislativa em nota técnica, "a pena cominada aos infratores configura-se, em nosso entendimento, um excesso, mormente quando a tendência na moderna doutrina penal é enfatizar o papel preventivo e educativo da norma, minimizando-se seu aspecto meramente punitivo e repressivo".

No campo específico das bebidas alcoólicas, o art. 63 da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941) proíbe sua venda a menores de dezoito anos, a quem se encontra embriagado, a quem sofra das faculdades mentais e a quem esteja proibido de freqüentar lugares de consumo de álcool por ordem judicial. A pena é de prisão, de dois meses a um ano, e multa.

A proposta em estudo não apenas aumenta a idade mínima para consumo de álcool para vinte e um anos como ainda transforma a infração em crime apenado com reclusão – e aumenta desmesuradamente sua pena, especialmente se se leva em conta a reincidência. Como se não bastasse, nega direito a *sursis*.

Isso coloca essa infração no mesmo grau que, por exemplo, o da prevista para o abandono de recém-nascido (art. 134 do Código Penal). Coloca-a também em um grau de importância superior ao da infração aplicável à lesão corporal (art. 129). De resto, sabe-se que, especialmente para delitos de baixa periculosidade, a pena de reclusão não é adequada como elemento de reabilitação. Parece-nos descabido o aumento proposto.

Finalmente, aumentar a idade mínima legal para determinada atividade é precisamente ir contra a evolução social. O mundo moderno cedo expõe as pessoas à sua realidade. Não há como negar que se

amadureça mais cedo hoje em dia. A própria atividade legislativa tem acompanhado essa evolução, como bem o desmonstra a extensão do poder de voto aos maiores de dezesesseis anos.

Outrossim, existe uma corrente hoje que defende o direito de maiores de dezesesseis anos adquirirem a Carteira Nacional de Habilitação. Neste mesmo sentido, outra corrente jurídica pretende reduzir a maioridade penal – que hoje ocorre ao completar dezoito anos – para os mesmos dezesesseis. Controvérsias a parte sobre a redução ou não da idade para o exercício de determinadas atividades, não podemos caminhar contra a marcha da história, que hoje segue um rumo diverso do proposto pelo ilustre autor da proposição, Senador Odacir Soares.

Pelo exposto, nosso parecer é pela injuridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1995, e, no mérito, pela rejeição.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 1996.
– Íris Rezende, Presidente – José Eduardo Dutra, Relator – José Bianco – Esperidião Amin – Carlos Patrocínio – Luiz Alberto de Oliveira – Romeu Tuma – Lúcio Alcântara – Roberto Freire – Josaphat Marinho – Ademir Andrade – Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 233, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do nº 12, alínea c, inciso II do art. 255, requeiro que sobre o PLS/168/95, também se manifeste a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da Comissão de Educação, constante do despacho inicial.

Justificação

O PLS/168/95 propõe a revogação do Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946 e dá outras providências, dispositivo que proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional. Em seguida, a proposição, de autoria do Senador Ernandes Amorim, determina as condições segundo as quais o Poder Executivo regulamentará o funcionamento dos estabelecimentos que promovem jogos de qualquer natureza. Temos, por conseguinte, uma proposição onde se configura, claramente, matéria de direito penal, de-

vendo, destarte ser ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. –
José Eduardo Dutra, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia oportunamente, consoante o disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 234, DE 1996

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo Retirada em silêncio, de autoria do Jornalista Vilas Bôas Corrêa, publicado no **Jornal do Brasil**.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Júlio Campos**.

O Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 1996

Introduz alterações na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.629/93 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

§ 3º Não será considerada, para os fins desta lei, qualquer modificação, quanto à titularidade, utilização ou à dimensão do imóvel, introduzida ou ocorrida dentro do prazo de 2 (dois) anos, após o levantamento de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º Para levantamento de dados e informações do imóvel de que trata o parágrafo 2º, considerar-se-á, para fins de classificação do imóvel, o uso da terra, a quantida-

de colhida e o rebanho observados no Ano Civil ou Ano Agrícola imediatamente anterior a este levantamento.

§ 5º Para fins desta Lei, o órgão federal competente é o órgão executor da reforma agrária.

§ 6º A notificação prévia a que se refere o parágrafo 2º poderá ser feita pessoalmente ou por edital publicado, por duas vezes, em jornal de grande circulação no estado de localização do imóvel rural objeto do levantamento de dados e informações.

"Art. 4º

§ 2º Para fins desta Lei, o número de módulos fiscais do imóvel rural será obtido dividindo-se a área total do imóvel pelo módulo fiscal do município de sua localização.

"Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, atendendo aos requisitos da função social da propriedade estabelecidos no art. 9º desta Lei, atinge simultaneamente graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo os seguintes critérios e graus de exigência:

I – o grau de utilização da terra, para efeito do *caput* deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel;

II – o grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática:

a) para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

b) para a exploração pecuária, divide-se o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

c) a soma dos resultados obtidos na forma das alíneas a e b deste artigo, dividida pela área aproveitável e multiplicada por 100 (cem), determina o grau de eficiência na exploração;

III – consideram-se efetivamente utilizadas:

a) as áreas plantadas com produtos vegetais;

b) as áreas de pastagens nativas e plantadas observado o índice de lotação por zona de pecuária, fixado pelo Poder Executivo;

c) as áreas de exploração extrativa vegetal ou florestal, observados os índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea, e a legislação ambiental;

d) as áreas de exploração de florestas nativas, de acordo com o plano de exploração e nas condições estabelecidas pelo órgão federal competente;

e) as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes, com acompanhamento de profissional habilitado;

IV – no caso de consórcio ou intercalação de culturas, considera-se efetivamente utilizada a área total do consórcio ou intercalação;

V – no caso de mais de um cultivo no ano, com um ou mais produtos, no mesmo espaço, considera-se efetivamente utilizada a maior área usada no ano considerado;

VI – para os produtos que não tenham índices de rendimentos fixados, adotar-se-á a área utilizada com esses produtos, com resultados do cálculo previsto na alínea a do inciso II deste artigo.

§ 1º Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie.

§ 2º São garantidos os incentivos fiscais referentes ao Imposto Territorial Rural relacionados com os graus de utilização e de eficiência na exploração, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

"Art. 7º

IV – haja sido registrado no órgão competente no mínimo 6 (seis) meses antes do levantamento de dados e informações de que trata o § 2º do art. 2º desta lei, ciente o órgão executor da reforma agrária.

"Art. 12.

§ 3º No caso de presença de posseiros, a avaliação do imóvel será procedida de forma a considerar a anciandade das ocupações e o percentual da área do imóvel ocupada por posseiros.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Para facilitar e agilizar a implementação da reforma agrária no País, torna-se necessário proceder-se alterações na Lei nº 8.629/93. A justificação, ponto por ponto das alterações necessárias, passa a ser comentada a seguir:

1. A inclusão do § 3º àquela lei, virá solucionar um dos problemas mais cruciais que a reforma agrária vem enfrentando.

Quando se dá conta de que seu imóvel é passível de desapropriação, o proprietário imediatamente providencia seu fracionamento, através de alienações simuladas, transformando-o em média propriedade, ou se utiliza de expediente da maquiagem, transformando as condições de uso do imóvel, de forma a iludir o Judiciário, fazendo-o crer que o imóvel é produtivo.

Em alguns Estados, a Reforma está quase paralisada por este expediente, principalmente no que se refere ao fracionamento fraudulento. Entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal diz que, até a edição do Decreto de Desapropriação, o proprietário tem direito de usar, gozar e dispor do imóvel.

2. Por outro lado, a adição do parágrafo 4º ao art. 2º da Lei nº 8.629/93, visa a estabelecer regras claras quanto ao período a que se refere o levantamento de dados e informações do imóvel.

Esta adição, que propõe considerar o Ano Agrícola ou Ano Civil imediatamente anterior a este levantamento, justifica-se por três razões:

1ª) precisar o sentido do termo ano considerado, previsto no parágrafo 5º do artigo 6º, quando se trata de aferir o uso da terra do imóvel;

2ª) precisar o sentido do termo quantidade colhida, prevista no parágrafo 2º, inciso I, do artigo 6º, quando se trata de aferir a produção do imóvel;

3ª) precisar o período a que, também, deverá estar referido o rebanho, compatível com os demais tipos de exploração do imóvel.

Além destas razões de ordem legal, este dispositivo evitará a maquiagem do imóvel, antes e após o levantamento de dados e informações do imóvel.

3. Quanto à adição do parágrafo 5º ao artigo 2º da Lei nº 8.629/93, justifica-se para eliminar ambigüidades na interpretação da Lei, dando competência indiscutível ao atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, como Órgão executor da Reforma Agrária.

4. A adição do parágrafo 6º ao artigo 2º da Lei nº 8.629/93, visa a eliminar, definitivamente, as controvérsias que se estabeleceram entre os expropriados e Poder Público sobre a notificação do detentor do imóvel passível de desapropriação.

5. Quanto à adição do parágrafo ao artigo 4º da Lei nº 8.629/93, trata-se da necessidade de preencher lacuna na Legislação Agrária, considerando a área total do imóvel como referencial para definir o tamanho da propriedade.

Além disso, ao se considerar a área total do imóvel como critério, torna-se mais fácil ao proprietário identificar o tamanho do seu imóvel, expresso em número de módulos fiscais.

Um terceiro argumento é o de que a desapropriação de um imóvel incide sobre sua área total, e não sobre a área aproveitável.

6. É proposta a alteração no **caput** do artigo 6º da Lei nº 8.629/93, conceituando a propriedade produtiva como aquela que atenda a todos os requisitos da função social da propriedade.

A alteração visa tornar equivalente o conceito de propriedade produtiva ao de empresa rural, consagrado no Estatuto da Terra, na Lei nº 6.746/79 e no Decreto nº 84.685/90.

Introduz, também, modificação na forma de cálculo do grau de eficiência na exploração (GEE), previsto no inciso III do parágrafo 2º do artigo 6º da Lei nº 8.629/93, substituindo a expressão efetivamente utilizada por aproveitável.

A modificação considera a área do imóvel ao invés da área efetivamente utilizada para cálculo do GEE, aperfeiçoando a legislação atual. Em outras palavras, a produtividade física da exploração agrícola, pecuária e florestal do imóvel deve ser expressa em função da área aproveitável do imóvel, e não em relação à área efetivamente utilizada.

7. Necessária se faz a alteração da redação do inciso IV do artigo 7º da Lei nº 8.629/93, por exorbitar do que dispõe a Constituição Federal e por ser dispositivo que protege, indevidamente, a propriedade improdutiva.

A nova Lei agrária (Lei nº 8.629/93), que sucedeu o Estatuto da Terra, complementando-o, contém dispositivos que contrariam o próprio espírito da Constituição Federal.

Teses que foram derrotadas na Assembleia Nacional Constituinte passaram a fazer parte da nova lei que regulamentou o Capítulo da Reforma Agrária, e que contrariam frontalmente os próprios termos e o espírito da Constituição Federal.

A Constituição Federal, no seu art. 185, dispõe o seguinte:

"Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A Lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social."

Pelos termos do parágrafo único do art. 185 da Constituição, a lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, e não à propriedade improdutiva.

Neste sentido, o artigo 7º da nova Lei garantiu tratamento especial à propriedade improdutiva, na medida em que permite que tais propriedades tenham um prazo para vir a tornar-se produtivas, tese amplamente derrotada na Assembleia Nacional Constituinte.

Portanto, o art. 7º, permite burlar a legislação, estimulando a Indústria de Projetos frios, no momento em que determinado imóvel for vistoriado pelo órgão federal competente. Além disso, os prazos concedidos para que a propriedade improdutiva possa vir a se tornar produtiva são extremamente dilatados.

Por serem difíceis o controle e a comprovação, e por contrariar o espírito da Constituição, a alteração deste dispositivo é fundamental.

8. Imprescindível, finalmente, a adição de dispositivo ao art. 12 da Lei nº 8.629/93 contemplando a existência de posseiros como critério adicional para fins de avaliação de imóvel rural.

A existência de posseiros em imóvel rural já é critério tradicional na avaliação de imóveis rurais.

É óbvio que a presença de posseiros reduz o preços de mercado das terras com este tipo de tensão social, principalmente onde a violência dos latifúndios se faz presente. Para coibir este tipo de violência, faz-se necessária a sua aprovação.

Esta modificação atende às exigências de acelerar a Reforma Agrária no país, principalmente nas regiões de fronteira agrícola, onde a ocorrência de posseiros é mais freqüente.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Flaviano Melo**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993

Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1996

Altera o inciso IX do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao uso da palavra.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O inciso IX do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.

IX – após a Ordem do Dia, pelo prazo de trinta minutos, para as considerações que entender."

Art. 2º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Não justifica se manter os cinquenta minutos atuais, já que atualmente o número de inscrições é bastante considerável, o que normalmente tem levado Senadores darem seus discursos como lidos, em face do término do horário regimental.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Sebastião Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

CAPÍTULO V

Do Uso da Palavra

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

IX – após a Ordem do Dia, pelo prazo de cinquenta minutos, para as considerações que entender (art. 176);

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25, DE 1996

Acrescenta o § 5º ao art. 145, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Será acrescido o parágrafo 5º no art. 145 do Regimento Interno, que terá a seguinte redação:

"Art. 145.

§ 5º Os líderes partidários terão o prazo improrrogável de quinze dias consecutivos para indicarem os seus membros. No decurso deste prazo, o Presidente da Mesa Diretora terá quarenta e oito horas para fazê-lo, e se este não o fizer, o Vice-Presidente do Senado, em igual prazo, o fará."

Art. 2º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Esta é uma das lacunas no Regimento Interno do Senado Federal. Nosso objetivo é criar um mecanismo que impeça manobras regimentais para a não instalação de uma CPI criada na forma da Constituição.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Sebastião Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

TÍTULO VI

Das Comissões

CAPÍTULO XIV

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 145. A criação de comissão parlamentar de inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal.

§ 1º O requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito determinará o fato a ser apurado, o número de membros, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente ordenará que seja numerado e publicado.

§ 3º O Senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.

§ 4º A comissão terá suplentes, em número igual à metade do número dos titulares mais um, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 78.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1996

Altera o art. 308 do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao encaminhamento de votação.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 308 do Regimento Interno do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 308. Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador no exercício da liderança, aos Senadores que divergirem da sua orientação, ao autor e ao relator, o uso da palavra por cinco minutos para encaminhá-la."

Art. 2º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Da forma como hoje se apresenta, os 81 senhores Senadores podem fazer encaminhamento de uma mesma proposição, o que é democrático, porém, torna-o cansativo. A proposta que apresento, permite o encaminhamento da votação de forma mais ágil, não perdendo a importância do encaminhamento, pois terá na palavra do líder o pensamento da bancada. Garante ainda que os Senadores que divergirem de seus líderes, façam uso da palavra defendendo seus pontos de vista.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. Senador **Sebastião Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

TÍTULO VIII

Das Proposições

CAPÍTULO XIII

Da apreciação das proposições

SEÇÃO VI

Da Votação

SUBSEÇÃO V

Do encaminhamento da Votação

Art. 308. Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar a palavra por cinco minutos para encaminhá-la.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27, DE 1996

Acrescenta o § 5º ao artigo 145, do Regimento Interno, que passa a ter a seguinte redação:

O Senado Federal resolve:

§ 5º Aprovado o requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, os líderes partidários terão prazo, improrrogável, de quinze (15) dias para indicarem os seus membros. O decurso deste prazo implicará no aumento da representatividade dos partidos ou blocos parlamentares que já tiverem feito suas indicações, obedecida a proporcionalidade prevista no parágrafo anterior.

Justificação

A proposição que ora apresentamos, suprimindo uma lacuna no Regimento Interno do Senado Federal, objetiva criar um mecanismo de agilidade do Legislativo no que tange ao incontinente funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apuração de possíveis irregularidades na administração pública. Esta iniciativa visa, também, inibir as postergações partidárias quanto à indicação dos seus membros, o que tem dificultado a sua constituição e ativação. Legislação citada em anexo.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Casildo Maldaner**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO XIV

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 145. A criação de comissão parlamentar de inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal.

§ 1º O requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito determinará o fato a ser apurado, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente ordenará que seja numerado e publicado.

§ 3º O Senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.

§ 4º A comissão terá suplentes, em número igual à metade do número dos titulares, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 78.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28, DE 1996

Altera o Regimento Interno, acrescentando parágrafo único ao art. 78.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93, de 1970, e alterações posteriores) passa a vigorar acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 78.

Parágrafo único. Se os líderes não fizerem a indicação no prazo de cinco sessões ordinárias deliberativas, a escolha dos integrantes das comissões temporárias caberá ao Presidente."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A questão da composição das comissões parlamentares de inquérito e de sua instalação – e com que número –, revelou a existência de uma lacuna do Regimento Interno do Senado.

Com efeito, quando uma bancada ou um bloco deixar de indicar seus integrantes numa comissão temporária (como é a de inquérito), pode-se ter por prejudicada sua instalação.

Ora, se a Constituição Federal, em seu art. 58, § 3º, manteve o requerimento de criação de uma CPI em um terço dos membros da respectiva Casa, pouco sentido faz torná-lo inócuo pelo viés da omissão das indicações dos integrantes.

Tal artifício representaria, pois, conflito com o sentido da norma constitucional.

E tanto é assim que o Regimento Comum do Congresso Nacional, adotado sob a égide da Constituição de 1967 (cujo art. 37, aliás, já consagrava o requerimento de um terço dos membros da Casa), prevê a designação de ofício pelo Presidente, no

caso de omissão ou delonga da indicação pelos líderes (art. 9º, § 1º).

Para que não paire dúvida sobre o procedimento a adotar doravante, no âmbito do Senado, apresento o presente projeto de resolução, que introduz regra clara e isenta, fixando prazo razoável para que os líderes de bancadas e/ou blocos possam ponderar quem integrará tal ou qual comissão, antes de que deva agir *auctoritate sua* o Presidente. Esse prazo é maior do que o previsto no art. 80, do Regimento, para as comissões permanentes, pela diferença de natureza das comissões temporárias em relação às permanentes.

Para o célere exame e justa adoção deste projeto de certo conto com o apoio de meus ilustres pares, que compreendem sua oportunidade e seu interesse para o pleno exercício da competência do Senado e para a preservação de sua imagem de seriedade e eficiência.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Bernardo Cabral**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III

Das Comissões Mistas

Art. 9º Os membros das Comissões Mistas do Congresso Nacional serão designados pelo Presidente do Senado mediante indicação das lideranças.

§ 1º Se os Líderes não fizerem a indicação, a escolha caberá ao Presidente.

§ 2º O calendário para a tramitação de matéria sujeita ao exame das Comissões Mistas deverá constar das Ordens do Dia do Senado e da Câmara dos Deputados

SEÇÃO III

Da Apreciação das Matérias

Art. 36. A apreciação das matérias será feita em um só turno de discussão e votação, (salvo quando se tratar de proposta de emenda à Constituição).

Art. 37. A discussão da proposição principal, das emendas e subemendas será feita em conjunto.

Parágrafo único. Argüida, pela Comissão Mista, a inconstitucionalidade da proposição, a discussão e votação dessa preliminar antecederão a apreciação da matéria

Art. 38. Na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição, pelo prazo máximo de 20 (vinte)

minutos concedendo-se a palavra, de preferência, alternadamente, a Congressistas favoráveis contrários à matéria.

SEÇÃO VII Das Comissões

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

Da Organização dos Poderes

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 78. Os membros das comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado Federal (Const., art. 58, § 1º).

CAPÍTULO III Da Organização

Art. 79. No início de cada legislatura, os líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes.

Art. 80. Fixada a representação prevista no artigo anterior, os líderes entregarão à Mesa, nas quarenta e oito horas subsequentes, as indicações dos titulares das comissões e, em ordem numérica, as dos respectivos suplentes. (*)

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o Presidente fará a designação das comissões.

Art. 81. O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

§ 1º A substituição de membro da comissão que se desligar do partido ao qual pertence o lugar na comissão, não alterará, até o encerramento da sessão legislativa respectiva, a proporcionalidade anteriormente estabelecida.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Os projetos serão publicados e, em seguida, ficarão sobre a mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno. Findo este prazo, serão despatchados às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

S. Exª dispõe de 20 minutos para proferir o seu discurso.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, preocupa-nos essa situação política surgida após a tentativa - vamos chamá-la, por enquanto, de tentativa - de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar o Sistema Financeiro Nacional.

É voz geral que o Governador Tasso Jereissati foi bastante infeliz ao se referir de modo desrespei-

tos, em território de um país amigo, ao Presidente do Poder Legislativo brasileiro. Reconheço sua liderança política e até o admiro como administrador, porém lastimo a acidez com que se houve nesse episódio.

Não desejo me referir, aqui, à pessoa do Senador José Sarney que, com excepcional brilhantismo, ocupa eventualmente a curul presidencial do Congresso Nacional, mas à representação que, com o nosso voto e o nosso apoio, desempenha por delegação que em boa hora lhe atribuímos.

Nesse episódio da tentativa de se criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o Sistema Financeiro Nacional, em virtude das evidentes irregularidades que envolvem algumas de nossas instituições bancárias, parece-me que, mais uma vez, as versões estão suplantando os fatos.

A opinião pública não tem sido suficientemente esclarecida sobre esse assunto.

Não tem estado claro que entre nós, no Senado, há os que desejam o inquérito parlamentar naturalmente movidos por espírito público. De outro lado, dentre os quais me incluo, há os que, sob inspirações igualmente do interesse público, consideram tal Comissão Parlamentar de Inquérito desnecessária e altamente prejudicial à normalidade do nosso Sistema Financeiro Nacional.

Nos instantes em que a população brasileira usufrui os resultados positivo do Plano Real, e prepara-se o Governo para alavancar ações que buscam o desenvolvimento - que, por consequência, criam as condições de ampliação do mercado de trabalho, proporcionando a melhoria da qualidade de vida do brasileiro -, nestes instantes dou por intempestivo um inquérito parlamentar que tem todos os ingredientes para perturbar a normalidade da vida financeira e política do País.

Mas, no entremeio dos debates que têm envolvido o assunto, a imprensa resolveu, não se sabe por que cargas d'água, fixar no Senador José Sarney a responsabilidade de criar os instrumentos que viabilizassem também o surgimento da referida CPI.

Não tenho procuração do Senador José Sarney para esclarecer suas posições políticas, nem S. Ex^a precisaria deste seu modesto colega para o desempenho de tal tarefa.

As declarações públicas que tentaram agredir o Presidente do Senado e do Congresso, entretanto, igualmente agrediram a cada um de nós. S. Ex^a tem recebido dos Senadores e Deputados, em várias oportunidades, merecidos elogios por seu comporta-

mento responsável. E vejo, aqui, o Senador Pedro Simon que teria sido um dos seus competidores e que, muitas vezes, como político correto que é, tem proclamado a forma criteriosa e a correção com que o Presidente José Sarney vem administrando os interesses políticos desta Casa do Congresso Nacional.

O Presidente do Senado tem exercido, portanto, o seu papel da maneira mais sóbria e mais responsável que se pode imaginar.

O Sr. Romeu Tuma - Senador Edison Lobão, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO - Ouço o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma - Desde as últimas publicações da imprensa sobre as agressões desnecessárias e incompreensíveis ao Presidente José Sarney, tenho eu, como amigo e homem que trabalhou sob as ordens de S. Ex^a, passado momentos de tristeza e de angústia. Às vezes, preocupa-me o excesso de porta-vozes que o Presidente da República tem. Infelizmente, em determinados casos, S. Ex^a teria que fazer a censura das notas que, através desses pseudo porta-vozes, são encaminhadas com conteúdo contrário ao trabalho do Senado Federal. O Presidente José Sarney tem demonstrado um equilíbrio invejável na condução dos grandes debates aqui travados. Segundo, quando eleito Corregedor, me dizia o Presidente Sarney: "O nosso objetivo é trazer a presença da sociedade que nos trouxe a esta Casa, a dignidade que reina nos trabalhos dos Senadores". S. Ex^a não é homem de utilizar meios injuriosos para levar companheiros seus a assinar esse pedido de CPI. Homenageio, se me permitir V. Ex^a, o Senador Antonio Carlos Valadares, que, habilmente, com conhecimento e experiência política, conseguiu arregimentar os Senadores necessários à instalação e à leitura pela Mesa desta CPI. Acompanhei de perto o assunto. S. Ex^a é meu vizinho, meu companheiro e, às vezes, meu conselheiro. Teve um trabalho habilidoso e aproveitou as brechas e angústias de alguns Senadores que estavam revoltados com alguns depoimentos feitos nesta Casa. S. Ex^a, vigilante, presente, esperou para dar o bote - uso o termo com simpatia, não para ofendê-lo. Mas a sua perseverança, o seu objetivo foi alcançado. Em nenhuma vez, que eu tenha sabido, o Presidente José Sarney deu um palpite, porque um "Senadorzinho" se reunia com o Senador Antonio Carlos Valadares, trocavam idéias e pediam que S. Ex^a aguardasse o depoimento do Dr. Gustavo Loyola. Fica aqui o meu testemunho. Não sei se caberia fazer um testemunho em defesa do Presidente Sarney, com respeito

aos nomes colocados no pedido de CPI. Porém, falo mais em homenagem à perseverança e à perseguição do objetivo do Senador Antonio Carlos Valadares. Temos que, permanentemente, estar atentos para que esta Casa, por intermédio de qualquer um dos Senadores e, principalmente por meio da Presidência, evite ser atingida na sua honorabilidade. Cumprimento-o. V. Ex^a sabe do meu respeito, até porque, desta tribuna, V. Ex^a só fala em momentos importantes.

O SR. EDISON LOBÃO - Agradeço o aparte do eminente Senador Romeu Tuma, que foi um auxiliar destacado do Presidente José Sarney.

Romeu Tuma exerceu, no Governo Sarney, uma posição de mais alta relevância, neste País, e o fez com competência e com a correção do seu temperamento e do seu caráter. Romeu Tuma exerceu depois outras funções, entre as quais a de Secretário da Receita, num período em que a Receita teve também uma evolução graças a sua presença densa no sistema administrativo deste País.

Portanto, o seu testemunho é de alta valia. Romeu Tuma menciona o Senador Antonio Carlos Valadares, que eu já conhecia de há muito e que, aqui, aprendi a admirar e o admiro cada vez mais. Eu me lembro de uma declaração do Senador Antonio Carlos Valadares a respeito desse episódio da Comissão Parlamentar de Inquérito e em defesa do Presidente do Congresso Nacional. Aquilo que eu estou fazendo, hoje, o Senador Antonio Carlos Valadares o fez, recentemente, quando disse que o requerimento encabeçado por ele recolheu vinte e nove assinaturas, mas se tivesse tido a participação do Presidente José Sarney não seriam vinte e nove, e sim cinquenta e nove assinaturas. Aí está a defesa mais expressiva que poderíamos ter da participação isenta do Presidente do Congresso Nacional nesse episódio.

O Sr. Valmir Campelo - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. EDISON LOBÃO - Ouço V. Ex^a, com todo o prazer.

O Sr. Valmir Campelo - Escuto, com muita atenção, o pronunciamento de V. Ex^a. Eu também fico preocupado porque o momento, a meu ver, é de muita reflexão. É muito mais hora de somar do que hora de dividir. Entendo que o Senado, tanto no ano passado quanto no início deste ano, vem produzindo muito. Sentimos, às vezes, o cansaço dos nossos Pares nesta Casa. Os ânimos, às vezes, se exaltam, exatamente porque todos procuram o que é melhor para o nosso País. Particularmente, sou um admira-

dor do Governador Tasso Jereissati. Admiro a sua competência, a sua liderança e sei o que S. Ex^a fez pelo meu Estado, o Ceará, e o que vem fazendo, mas não aprovo, em hipótese alguma, principalmente fora do nosso País, que um chefe do Poder Executivo de um Estado faça acusações que não correspondam à verdade aqui para nós, neste Senado, nesta Casa Alta. Particularmente, nobre Senador Edison Lobão, V. Ex^a como Vice-Líder, como Líder - também sou Líder -, sabe que esta Casa não tem liderados, mas todos são líderes; quase todos aqui foram Governadores de Estado, Ministros de Estado, Presidente da República. Não há, aqui, grupo de "a" ou de "b". Existe uma personalidade que, acredito, na pessoa de cada Senador, executa seu trabalho de acordo com sua consciência, de acordo com sua transparência. Entendo dessa maneira. Como Líder, as pessoas me cobram se já indiquei o representante para a CPI. Não o fiz por dois motivos: primeiro, porque não recebi o ofício de indicação, como todos os demais líderes receberam, pois ainda não sei oficialmente se teremos ou não participação, de acordo com a proporcionalidade, na comissão; segundo, porque vamos discutir com a nossa Bancada, com os nossos "liderados" - repito: pelo menos, nesta Casa, não existem liderados. E vamos também conversar com a Executiva Nacional do nosso Partido, com os presidentes das comissões regionais e estaduais. Com isso, encontraremos uma saída e decidiremos sobre o procedimento do PTB em relação a este assunto. Mas quero ser solidário a V. Ex^a no sentido de que não foi atingida apenas a pessoa do Senador José Sarney mas também a figura jurídica, o Senado Federal. Portanto, senti-me também ofendido. Tenho acompanhado o trabalho do Presidente José Sarney e sei que S. Ex^a vem fazendo-o com dignidade, com transparência como sempre o fez em todos os seus atos. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO - Muito obrigado, Senador Valmir Campelo. É exatamente esta a minha posição: senti-me pessoalmente atingido com as declarações do Governador do Ceará. Daí por que comecei o meu discurso dizendo que não estou aqui para defender a pessoa do Senador José Sarney, e sim a figura institucional do Presidente do Congresso Nacional. E é nosso dever, dever coletivo, preservar a integridade da Instituição a que pertencemos.

Sr. Presidente, como ex-Presidente da República, José Sarney conquistou o respeito e a credibilidade de prestigiosas entidades internacionais, com as quais convive em conselhos e reuniões, para grande honra do Brasil.

Vejam V. Ex^{as}. como se agrava, em tais circunstâncias, um Governador de Unidade Federativa brasileira, no exterior, referir-se de modo desairoso ao Presidente do Congresso Nacional!

Resta, ainda, uma indagação: Qual o propósito dessas persistentes versões, que já vêm de outros episódios, em criar-se um conflito entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo em nosso País?

Sejam quais forem as intenções dos que aculam tais rupturas, acredito que a nós, políticos, cabe a responsabilidade de tentar impedi-las.

Hoje, por intermédio de seu porta-voz, o Presidente Fernando Henrique Cardoso exaltou o apoio que vem recebendo do Senador José Sarney e a estima que une ambos, confirmando assim o bom relacionamento existente entre eles, o que já era do nosso conhecimento. Procedeu bem o Presidente da República desfazendo desde logo intrigas que se pretenderam espalhar sobre a face da Nação brasileira.

Vivemos a plenitude de um regime democrático, felizmente, com ordem e progresso, graças ao qual vamos conquistando as duras penas, dia a dia, as etapas que abrem os amplos horizontes merecidos por nossa Pátria. Para que se mantenham tais perspectivas, indispensável é e será a continuidade do equilíbrio entre os Poderes da República.

O respeito aos que os dirigem é o primeiro passo nesse sentido.

O episódio que comentamos hoje precisa ser definitivamente abolido da face deste País.

Como Parlamentares, nosso dever é o de apoiar as soluções que nos pareçam as mais vantajosas para o povo, impedindo que intrigas, mal-entendidos e acusações injustas perturbem as rotas bem traçadas.

O Presidente José Sarney tem, portanto, minha completa solidariedade.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO - Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Realmente, foram impressionantes as intempestivas declarações do Governador do Ceará, Tasso Jereissati. S. Ex^a falou como se estivesse discursando para os seus co-estaduanos, dando uma severa advertência aos Deputados Estaduais, aos Vereadores, como se esta Casa fosse dirigida por um seu patricio que recebe suas ordens - cearense, conforme me aconselha a dizer o Senador Romeu Tuma -, como se estivesse falando com um subordinado seu. No momen-

to em que se atinge o Presidente do Senado, se está atingindo o Presidente do Congresso Nacional, o presidente de uma instituição. Seria o mesmo, se um governador, pela televisão e a pretexto de bajular o Presidente do Congresso Nacional, fizesse uma acusação daquele tipo, irresponsável. Quem agiu com irresponsabilidade foi o Governador Tasso Jereissati, talvez levado por motivação menor ou por algum interesse subalterno junto aos centros do poder, em defesa, quem sabe, de financiamentos ou facilidades para suas empresas. Para agradar o Olimpo, resolveu investir contra o Congresso Nacional, que está cumprindo com seu dever, com suas obrigações. É tão simples que se interprete isto de forma benéfica para a Nação: Vinte e nove Senadores assinam requerimento de criação de uma CPI, e isso é visto pelo Governador Jereissati como se fosse o fim do mundo! Será que S. Ex^a ficaria tremendo nas bases se uma CPI fosse formada no Ceará com o objetivo de investigar sua administração e quem sabe suas ligações, influências com a utilização do poder para alcançar o patrimônio que tem? Nada tenho contra homens ricos - sei que S. Ex^a é de família rica - mas, quem sabe, se na sua proximidade com o poder, ele não tenha facilidades para aumentar seu patrimônio? Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO - Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, mais uma vez agradeço a V. Ex^a o gesto de solidariedade para com o Presidente do Congresso Nacional. O que fez V. Ex^a - e eu já o disse aqui - foi apenas o cumprimento do seu dever a ser entendido no instante em que o entendeu.

O instituto das Comissões Parlamentares de Inquérito é um dos mais belos da democracia; é um instrumento da democracia, de defesa do processo democrático. Há momentos em que a Comissão pode parecer inoportuna - e a mim me parece agora -, mas ela é um instrumento da democracia. V. Ex^a o fez movido por espírito público - reconheço isso. Nenhum ferimento houve à lei, à ordem ou aos regulamentos desta Casa. Quantas Comissões Parlamentares de Inquérito já instituímos e quantas vamos instituir daqui para frente? Não há como desconhecer que esse é um tema do momento e importantíssimo, intrinsecamente importante. O Sistema Financeiro Nacional precisa de cuidados especiais.

Sr. Presidente, para concluir, em reunião do nosso Partido, concordamos que a Comissão não deveria ser instalada agora, mas exigimos que o Poder Público Executivo cumpra, imediatamente, seu papel de investigar profundamente o que está ocorrendo com os bancos e com todo o Sistema Finan-

ceiro e tomar providências, porque, se não o fizer, aí sim, também nós, do PFL, nos juntaremos àqueles que, nesse momento, procuram fazer uma investigação sobre o que ocorre no Sistema Financeiro Nacional. A impunidade não pode prosseguir neste País e muito menos com relação a esse episódio.

Cumprimento V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, lamentando não ter podido acompanhá-lo nessa ocasião. Não sou também o dono da verdade, nem tenho a intenção de dizer que sou o correto junto com meus companheiros, e V. Ex^a com os seus companheiros que assinaram esse requerimento, os errados. Não, não penso assim. Acredito que há inconveniência dessa Comissão Parlamentar de Inquérito neste momento, mas não quero dizer que V. Ex^a esteja errado, e, em nenhum momento, V. Ex^a agiu de maneira subalterna.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e do Plenário. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil passa hoje pela fase aguda de um dos maiores males sociais: a insegurança. De todos os rincões nos chegam notícias de atos criminosos que vitimam desde cidadãos paupérrimos até aqueles que possuem recursos próprios para exercer a autodefesa.

Uma mescla de mazelas políticas, sociais e econômicas, retroalimentada ao longo de décadas, desemboca agora no incentivo espontâneo - e deficientemente combatido - às formas mais perversas do crime. O que acontece no Rio de Janeiro não é diferente, na essência, do que se passa em outros Estados, inclusive, em São Paulo.

Sabemos bem que, na verdade, seja quais forem os argumentos, motivos ou interesses envolvidos, nosso arcabouço jurídico penal está se acomodando paulatinamente àquela realidade. Ao invés de combatê-la, vem-se preocupando em produzir mais e mais regalias em substituição às penas que o aparelho estatal não consegue executar. Isso nos impõe uma grave reflexão: fazer justiça, ou cometer injustiça em nome da Justiça?

Sr^{as} e Srs. Senadores, é essa a encruzilhada anteposta, agora mais do que nunca, a toda a nossa

organização judiciário-policial. Um dilema que coloca em xeque as convicções de tantos quantos se dedicam à preservação do Direito e sobre os quais se assenta a obrigação de manter a incolumidade social, política e econômica da Nação. Essa encruzilhada nos leva, de um lado, a buscar a condenação, mesmo sabendo que o Estado não dispõe de recursos necessários à efetiva execução da pena. Por outro lado, nos conduz à passividade ante a pior injustiça, qual seja a de punir a vítima - mais uma vez - com a impunidade de seu ofensor. Daí a urgente necessidade de total união de todos os que pugnam pela justiça em torno de dois objetivos prementes e fundamentais: aprimorar a lei, restabelecer condições para que ela seja cumprida.

Somente assim, com essa união e muito trabalho articulado, estaremos colaborando para a preservação do Estado de Direito. Sem ele, não há como falar em democracia, ordem, progresso e liberdade. Com o Estado de Direito, a nossa organização judiciário-policial rompe aquele dilema, consolida suas convicções e sempre fará justiça em nome da Justiça.

Todavia, como aprimorar as leis penais se, a cada proposição no Congresso Nacional que objetiva elidir privilégios de condenados, logo surgem opositores externos ferrenhos a argumentar com a inexistência de vagas suficientes no sistema penitenciário ou com a incapacidade crônica desse mesmo sistema para reeducar os apenados? O fato é que tais proposições deveriam, hoje, estar tramitando em regime de urgência urgentíssima, tal a gravidade do problema social gerado pela criminalidade desenfreada e incentivada pela expectativa de impunidade.

Devemos estar alertas para o furor de uma tempestade social que se avizinha. Tempestade que se forma aceleradamente, demandando se cuide com denodo do aprimoramento de nossa estrutura jurídico-criminal.

Gostaria de chamar a atenção de V. Ex^{as} para o jornal **O Estado de S. Paulo** do último domingo, que publica matéria com o título: Desemprego está na radiografia da violência. O Brasil está inserido entre os 10 países onde mais violência se pratica contra a pessoa. A matéria compara as situações de Medellín, onde há 435 homicídios por 100 mil pessoas; Johannesburg, onde há 100 por 100 mil, mas onde há uma guerra fratricida, que aumenta esse índice de criminalidade e de homicídio; Nova Iorque, 86 por 100 mil pessoas, ao Rio de Janeiro, 56 por 100 mil.

Essa radiografia foi feita pela PUC de São Paulo, e acredito que hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, já tenha mudado, com os últimos indicadores de aumento do homicídio e da criminalidade em nossos Estados.

Sabemos que temos que alterar a legislação. Ainda ontem debatíamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a diminuição da possibilidade de criminosos violentos requererem o benefício da liberdade após o cumprimento de um sexto da pena. E o argumento para que esse benefício aumente ainda mais, para benefício dos criminosos, é a falta de vagas em nossos presídios.

Todos nós, até em campanhas políticas, já andamos pelas favelas, por casebres. Isto não é demagogia: num quarto de madeira, onde poderia dormir um casal, Sr. Presidente, dorme um casal e, muitas vezes, até dez crianças, umas sobre as outras, muitas vezes em situação pior do que a que existe nos presídios superlotados, pois essas pessoas não têm colchões e muito menos o café da manhã, o almoço, o jantar e a televisão noturna. Elas também não têm quem as atenda prontamente, mesmo sob pena de processo se alguma coisa em sua saúde for abalada. Este é o quadro que a realidade brasileira apresenta.

Qual seria a solução? Temos a solução social, que é o investimento na educação, a fim de que não se gerem mais bandidos. Temos uma solução que penso que é premente e tem que ser discutida imediatamente, que são as penas alternativas. Nem todo mundo que comete um delito precisa ser condenado à reclusão ou à cadeia. Há penas alternativas, que poderiam servir de elenco para uma discussão neste plenário. Talvez, assim, não tivéssemos a superlotação nas prisões que tanto preocupa aos estudiosos e a nós também.

Na última segunda-feira eu ouvi, num debate com o Ministério Público e a Polícia, um delegado de plantão de um distrito de São Paulo dizer: Doutor, qual é a minha força de trabalho se eu ganho R\$1,3 mil por mês e tenho que atender toda a área do distrito? Às vezes, tenho que tirar R\$10,00 do meu bolso para pagar a gasolina para ir atender um cidadão que vem me procurar chorando e a quem não tenho a coragem de dizer que não tenho meios para me deslocar e verificar a ocorrência na sua casa ou num local próximo. Tenho que tomar conta de 151 presos que lotam o distrito - que não pode mais continuar como presídio -, à disposição da Justiça, para que o delegado, que tem outras missões, não deixe de atendê-las - porque se um preso foge, se houver alguma coisa grave dentro da cadeia do distrito, ele responderá a um processo, enquanto que se houver

100 homicídios ao redor da sua delegacia, ele apenas registra a ocorrência e não pode dar prosseguimento ao inquérito, porque lhe faltam os meios.

O Sr. Edison Lobão - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Pois não, Senador.

O Sr. Edison Lobão - No mundo moderno em que vivemos, Senador Romeu Tuma, a segurança é uma das maiores reivindicações da sociedade. Tenho prestado muita atenção às intervenções de V. Exª, tanto aqui, neste plenário, quanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sempre voltadas ao interesse público, ao interesse da segurança dos brasileiros. O tema que V. Exª aborda nesta tarde é um desses que se destinam à atenção de todos nós, porque ou encontramos uma solução para esse problema ou este País prosseguirá sofrendo as mazelas que hoje tanto o afetam. Cumprimentos a V. Exª

O SR. ROMEU TUMA - Agradeço muito a atenção de V. Exª. V. Exª tem experiência, pois foi Governador do seu Estado. Lembro-me que um dia V. Exª me telefonou, para minha honra - e quero que a Casa tome conhecimento -, num momento de profunda angústia, e o seu telefonema fez reviver em mim a esperança de que eu poderia servir ainda a minha Pátria.

O Sr. Edison Lobão - Permito-me voltar ao segundo aparte para dizer que este é o único ponto do qual discordamos. A honra daquele telefonema foi minha. Realmente, eu era Governador de Estado, V. Exª estava sem função neste País; o que foi um equívoco dos brasileiros, sobretudo dos brasileiros que dirigiam a Nação brasileira, os Estados, e eu tive, portanto, essa alegria pessoal, e a honra de convidá-lo para ser Secretário de Segurança no Estado do Maranhão. Eu e o meu Estado é que seríamos engrandecidos com a sua presença ali.

O SR. ROMEU TUMA - Muito obrigado, Senador. Desculpe-me a emoção, mas fatos vêm à nossa memória, e como os olhos são o espelho da alma, as lágrimas, provavelmente, são palavras de alegria por vê-lo na minha frente, hoje, meu colega de Senado, e por poder agradecê-lo perante o Plenário pelo grande bem que fez a mim e a minha família.

O Sr. Ney Suassuna - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Pois não, Senador.

O Sr. Ney Suassuna - Excelência, não posso dissociar o nome de V. Exª da palavra segurança. Sempre que se fala em segurança, em Polícia Federal, em seriedade, imediatamente surge o nome de V. Exª. Já me preocupei muito com o tema que V.

Ex^a está abordando tão brilhantemente aqui no Plenário. Apresentei, inclusive, alguns projetos sobre esse tema, como um que propõe que não haja criação de presídios com dinheiro público federal sem que eles, prioritariamente, estejam situados na área rural, para que haja produção, para que haja reeducação do preso, e até para que, por ser mais barato o terreno, se façam presídios com maior número de vagas. Um outro trata da troca de presos entre Estados, para desconectar as grandes quadrilhas, que, hoje, de dentro de alguns presídios, continuam sendo comandadas, no Rio de Janeiro, em São Paulo. Mas vejo que abordei apenas uma vertente. V. Ex^a está abordando todas as vertentes de um problema, que, se não for cuidado, com toda certeza, trará, num futuro muito próximo, graves consequências para a Nação. Parabéns, congratulo-me com V. Ex^a pelo brilhante discurso que está fazendo sobre o tema.

O SR. ROMEU TUMA - Agradeço V. Ex^a. Tenho lido e ouvido com muita atenção os projetos e os discursos que V. Ex^a tem feito desta Tribuna, ou nas comissões a que pertencemos. Ainda na última terça-feira, a Senadora Júnia Marise me dava uma folha de um jornal do seu Estado, Minas Gerais, com a seguinte notícia:

"Polícia está a um passo da revolta. Dirigente classista prevê explosão da crise caso o Governo mantenha em total abandono a Polícia Civil."

E a matéria refere-se ao fato de que o carcereiro tem um salário bruto de R\$217,00. Aposto com V. Ex^{as} que deve custar o dobro cada preso de que ele toma conta. Detetives e outros servidores: 280; e assim por diante.

Ainda deve estar na memória de V. Ex^{as} um discurso proferido ontem pelo Senador Iris Rezende, que fez um diagnóstico sobre o entorno de Brasília.

S. Ex^a constatou que a diferença salarial dos policiais de Goiás, que servem nessa área, é muito grande em relação ao que ganham hoje os policiais do Distrito Federal.

O Senador Valmir Campelo sabe que ainda não é o ideal, porque V. Ex^a lutou para que se aprovasse o último projeto, que está aquém da realidade das necessidades de um policial.

O Sr. Onofre Quinan - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Onofre Quinan - Creio que todo o Brasil reconhece em V. Ex^a talvez a maior autoridade em relação aos problemas de segurança desta Nação.

O trabalho de V. Ex^a durante anos e anos nessa área o qualificou como tal - e não é por estar diante de V. Ex^a neste aparte que me refiro a sua competência. Não acredito, contudo, que a solução do problema esteja na construção de presídios. A solução do problema é realmente grave e complexa. Porém, temos que começar a construir escolas e a resolver os problemas sociais, e uma de suas grandes causas - todos o sabemos - são os alarmantes índices de desemprego. Tais índices de desemprego também têm uma origem: o custo excessivo do dinheiro. Podemos dizer que, há 15 anos, o Brasil não tem investimentos. Continuando sem investimentos, sem produção, o problema social vai agravar-se e os presídios serão cada vez menores. Solidarizo-me com V. Ex^a. Repito: tenho certeza de que o seu conhecimento nessa área não é contestado por ninguém neste Congresso. V. Ex^a, sem dúvida alguma, merece a atenção de todos os Parlamentares da Casa para o que está pleiteando. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA - Agradeço muito a V. Ex^a. Temos que reconhecer que V. Ex^a tem razão ao dizer que precisamos investir na Educação, que é um ponto primário.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Paulo Renato foram espetaculares ao lançarem o Projeto Pró-Educação. Se alcançarmos a estabilidade e a dignidade da função de professor, que, em alguns locais do nosso País, nem o salário mínimo ganham, já estaremos dando os primeiros passos para esse objetivo.

Em um debate que ainda esta semana fizemos sobre o problema do menor infrator, do menor delinquente, chegamos à conclusão de que temos que estudar, nesta Casa, a questão da responsabilidade criminal dos maiores de 16 e dos menores de 18. Mas surge a grande interrogação: para onde levá-los se condenados forem? Não podemos deixá-los nos presídios das cadeias que existem por aí, porque o menor, em tese, é recuperável. Ele não é como um marginal, pós-graduado em cadeias, totalmente irrecuperável e que, quando deixa o presídio, vai delinquir novamente.

Esse é o grande problema: como criminalizar aqueles que têm de ir para um presídio? A idéia: grandes escolas internas, e não esses serviços que já existem, a exemplo das fundações que recolhem menores e que são verdadeiras escolas de criminalidade permanente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Senador Romeu Tuma, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a com a máxima atenção. Há algo que admiro no seu comportamento político: embora tenha exercido, durante muitos anos, uma função policial sumamente desgastante, que deixa quem a ocupa sempre em situação antipática - a opinião pública, por exemplo, muitas vezes se volta contra o policial, porque é uma tradição, no nosso País, a violência por parte dos mesmos -, V. Ex^a é um exemplo. Mesmo tendo exercido essa função, não deixou nenhum rastro de violência. São Paulo, Estado desenvolvido, civilizado, jamais escolheria um Senador que tivesse a pecha de violento, corrupto, de homem desinteressado pelo nosso País. Os pronunciamentos de V. Ex^a têm sempre uma unanimidade de opiniões nesta Casa. Em São Paulo, foram seqüestrados, recentemente, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça e sua família. Refiro-me ao fato, Sr. Presidente, para que possamos aquilatar o perigo em que nos encontramos. E V. Ex^a, com este pronunciamento, está mostrando às autoridades responsáveis que devemos humanizar as prisões, porque, do contrário, a violência vai continuar. Não só o sistema educacional deve ser fortalecido, não só o desenvolvimento econômico deve voltar ao nosso País, mas, acima de tudo, deve haver humanização nas prisões, de forma que possam proporcionar aos detentos a segurança necessária e, quando retornarem ao convívio da sociedade, não tragam a revolta consigo. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA - Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de homenagear, nesta oportunidade, o Dr. Romildo Bueno de Sousa, um amigo, por ter passado por uma situação tão desagradável de violência.

Esse fato é um exemplo vivo de que ninguém escapa à sanha assassina dos criminosos que andam circulando pelas ruas e da incapacidade total da Polícia em reagir e em criar condições de prevenção.

Eu gostaria também, Senador Antonio Carlos Valadares, de me referir ao discurso do Senador Edison Lobão sobre o problema da CPI.

Eu não poderia falar em crime sem citar esse fato, que provavelmente, com o seu pedido de CPI, despertou a preocupação de que a impunidade também se faria valer no caso da fraude bancária.

Às vezes, questiono, Senador Edison Lobão, por que razão o Ministério da Justiça, que é o órgão competente para separar o crime da parte econômi-

ca, não assumiu, através da Polícia Federal, a abertura de um inquérito.

Permito-me ler para V. Ex^{as} o que diz a Lei nº 7.492, de junho de 1980: "Dos crimes contra o sistema financeiro nacional. Art. 4º - Ferir fraudulentamente instituição financeira, reclusão de 3 a 12 anos de multa".

O que a população quer saber? Ela não se importa se houve expansão monetária com a fraude, não quer saber se foi necessária a emissão de moeda, não está preocupada com o quanto se perdeu no PIB em razão dessas fraudes. A grande pergunta dirigida aos Senadores é quem vai para a cadeia.

Talvez, com a angústia de não haver sido tomada nenhuma providência, assinaram a petição do Senador Antonio Carlos Valadares.

Pergunto: se o inquérito policial estivesse aberto, se já tivessem sido mostradas ao público as providências e os riscos que corriam os fraudadores, será que o Senador Antonio Carlos Valadares teria conseguido as assinaturas? Tenho as minhas dúvidas! A meu ver, o Poder Executivo, a tempo e a hora, tem que tomar as providências que se lhe impõe a lei. A gama de ordenamento jurídico é farta para esse tipo de ação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no que diz respeito ao porte ilegal de arma, discutimos sobre a possibilidade de torná-lo crime autônomo. Encontrei 12 projetos tramitando nesta Casa.

Há ainda essa campanha publicitária que se refere à venda de armas. Perguntei a um Delegado - muito querido, é do meu coração, é meu filho - , titular de um Distrito: - como você tem agido diante de um flagrante de contravenção de armas? Ele respondeu: - Pai, não posso mais atuar em flagrante; apenas tenho que registrar o nome da pessoa e dispensá-la. Não há possibilidade nem de um registro para antecedentes. A pessoa poderá sair de lá, assaltar, conseguir a arma e matar. Hoje, com a Lei nº 9099, a polícia não pode saber a quem pertenceu a arma e se é, ou não, produto de um crime.

A propósito, cito dois projetos de minha autoria, que inserem nos textos legais vigentes a figura dolosa da prática de receptação e de delitos do trânsito por quem assumiu o risco de cometê-los. Pretendo, assim, no caso da receptação, seccionar a artéria econômica que alimenta o crime organizado contra o patrimônio ou para o contrabando, isto é, o lucro impune de quem se locupleta com o produto de crime. No caso da violência no trânsito, meu intento é alcançar os delinquentes sabedores, previamente, das funestas conseqüências que poderiam advir de sua

ação voluntária, como acontece, por exemplo, na participação em rachas.

Ainda quanto aos delitos do trânsito, preciso acrescentar algo mais. Há cerca de um mês, neste plenário, justifiquei minha iniciativa com copiosa documentação, que passou a integrar os registros do Senado Federal. Tal documentação nos dá notícia de barbaridades cometidas por aqueles que se acobertam sob o manto do caso fortuito ou crime culposos, quando na verdade, cometeram crimes dolosos disfarçados. Nestes, o agente, além de possuir a consciência da própria imprudência, aventura-se e aceita qualquer resultado danoso que possa advir de sua conduta. Assim tem acontecido com condutores de veículos terrestres e aquáticos desde motoristas de automóvel, até pilotos de jet ski. Nosso Direito Penal não pode permanecer desarmado diante de perigosos delinquentes desse naipe.

Em outros projetos, busco obstar o descumprimento da pena privativa da liberdade que tenha sido imposta a quem cometeu crime com violência contra a pessoa. Uma das proposições diz que a liberdade condicional só poderá ser pleiteada, nesses casos, após o cumprimento de metade da pena pelo criminoso primário e de dois terços, se for reincidente.

Sei que, mesmo se esses projetos forem transformados em lei, não serão suficientes para erradicar a escalada da criminalidade violenta. Servirão, porém, pelo menos para obstaculizar esse crescimento. Sei também que a reforma das principais leis de nosso universo penal é trabalho hercúleo, impossível para um homem só. Apenas quanto às deficiências da lei de Execuções Penais, são tantos os aspectos a considerar, que sequer caberiam nos limites deste despretensioso pronunciamento.

Há décadas, luta-se pela transformação do porte ilegal de arma em crime autônomo. Todos nós temos consciência do que significaria, em termo de prevenção efetiva para crimes mais graves, retirar do convívio social o meliante que, embora não se encontrando na execução de outro delito, fosse surpreendido portando arma. De uma forma ou outra, cada um de nós deve ter passado pelo dissabor de ver esse meliante safar-se comodamente da prisão, mesmo em flagrante, após pagar alguns reais de fiança ou livrar-se graças à fragilidade penal que caracteriza contravenção. Pois bem, há várias proposições e projetos no Congresso Nacional com aquele objetivo.

Todavia, apesar de fundamentados, não chegaram a bom termo, e continuam a espera de exame e aprovação.

Enquanto isso – coincidentemente, como agora – vemos disseminarem-se ingentes esforços no sentido da adoção de medidas legislativas que nada têm a ver com os direitos do cidadão de bem e que, em última análise, configurariam ainda mais incentivo à criminalidade. Como exemplo cito a descriminalização da maconha. Ela é objeto de tanto esforço que parece indicar os brasileiros como um povo amante dessa droga.

Na forma que a descriminalização ou descriminação vem ganhando corpo, não teria outro efeito prático que não o de legalizar a lavagem de dinheiro do narcotráfico e de liberar esse execrável comércio. Cheguei a propor que, ao invés da descriminalização, se adota a despenalização, destinando-se tratamento médico especializado ao dependente de qualquer droga que por outro crime não incorra nas penas da lei. Ao mesmo tempo, devemos implementar as medidas legais que se destinam a debilitar o tráfico no seu aspecto econômico.

Lembro-me que, ainda na Polícia Federal, localizamos dezenas de fazendas onde se cultivava maconha em larga escala. Pela Constituição e pela lei, tais propriedades já deveriam ter sido expropriadas e usadas na reforma agrária. Esse é outro aspecto da impunidade e ocorre num dos campos mais ameaçadores da criminalidade – o tráfico de drogas, crime nefando e poderoso, capaz de pôr em risco até a estabilidade de governos e instituições nacionais, como está acontecendo na Colômbia: Um tipo de crime organizado, que, em escala mundial, movimenta hoje, por ano, em aplicações, investimentos, lavagem de dinheiro etc., o equivalente a, pelo menos, duas dívidas externas nossas, mais de 200 bilhões de dólares. No ano passado, somente um dos cartéis do narcotráfico, o de Cali – aquele que mais lucrou, segundo o FBI –, ganhou 7 bilhões de dólares, apenas para comparação: o lucro da gigantesca IBM foi de 2,9 bilhões de dólares no ano anterior, ou seja, menos da metade. Poderemos daí imaginar a força econômica do narcotráfico e os recursos de que dispõe para influir em qualquer sentido.

Poderíamos prosseguir listando maus exemplos *ad eternum*. Mas, o que importa agora é questionar se continuaremos na senda da injustiça em nome da Justiça ou se vamos retornar, efetivamente ao caminho da Justiça.

Senhoras e Senhores Senadores, é naquela encruzilhada que reside o dilema anteposto à nossa organização judiciário-policial. Rompê-lo, só com o Estado de Direito rebelando-se contra o comodismo e a cegueira que incrementam a impunidade e a in-

segurança. Aí sim é que estará fazendo justiça em nome da Justiça. Não há outro caminho.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Odacir Soares, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Odacir Soares, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda, como Líder, por 5 minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, há determinados momentos da vida pública de cada um de nós que nos impedem caminhar pela estrada fácil da omissão.

Depois de muita reflexão, ocupo a tribuna, ainda que por simples cinco minutos e deliberadamente antes da Ordem do Dia, para registrar em meu nome e no do Senador Vilson Kleinübing - estamos dividindo, nesta semana, a tarefa da liderança do Governo nesta Casa -, um pensamento que nos pareceu fundamental colocar publicamente.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de reconhecer que se o nosso País faz uma verdadeira revolução democrática não só da Ordem Econômica - e essa é a mais visível -, mas também uma revolução da Ordem Política e Social, e o faz democraticamente, através da discussão, da análise e da votação do Congresso Nacional, é devido à atuação, principalmente no Senado, mas também no Congresso Nacional, do homem público José Sarney.

A circunstância histórica o colocou como Presidente do Congresso Nacional em um dos momentos mais férteis da história política brasileira.

Tenho a convicção pessoal - falo também em nome da Liderança do Governo - de que se não fosse a experiência de mais de 40 anos de vida pública do Senador José Sarney, não fosse o seu equilíbrio, a sua sensatez, a sua moderação; não fosse principalmente os ensinamentos que, como disse S. Ex^a, buscou mais nos momentos difíceis, mais nos momentos de derrota do que nos momentos fáceis e de vitória; não fosse essa experiência, a Nação não te-

ria implementado reformas políticas e econômicas tão grandes quanto as que estão sendo processadas no regime democrático. Outros países fizeram reformas semelhantes. A única diferença é que o Brasil as está fazendo sob um regime de liberdade, sob um regime de democracia e de estabilidade econômica. E é claro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que fazer modificações, promover mudanças sob uma democracia plena como a nossa é muito mais difícil do que sob um regime autoritário.

O Presidente José Sarney - novamente falo em meu nome e em nome da Liderança do Governo - em momentos críticos de votação de matérias fundamentais para o projeto de Governo e, mais ainda, para o projeto de País, teve atuação decisiva; decisiva porque equilibrada, decisiva porque imparcial no cumprimento do Regimento desta Casa, decisiva porque experiente, decisiva sobretudo porque firme. E não fosse essa atuação do Presidente do Congresso Nacional, muito provavelmente não teríamos votado reformas tão fundamentais para a vida brasileira quanto as que votamos.

Forçoso é reconhecer também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que poucas vezes na história política brasileira o Congresso Nacional discutiu e votou matérias tão importantes em tão curto espaço de tempo. Talvez esse período político brasileiro só se compare aos momentos decisivos de Assembléias Nacionais Constituintes. Se estamos no gozo da plena democracia - e, a partir do regime democrático, conseguimos discutir e implementar mudanças tão fundamentais na vida brasileira - temos que reconhecer publicamente que isso se deve ao apoio da população brasileira ao projeto do Presidente Fernando Henrique e ao favorecimento de uma circunstância histórica que trouxe à Presidência do Senado e do Congresso Nacional um homem com a experiência pública e com o passado do Presidente José Sarney. Essa circunstância histórica favorável faz com que o Presidente Sarney - uso as palavras de S. Ex^a - empreste ao Congresso Nacional e ao País a experiência dos momentos mais difíceis dos 40 anos da sua vida pública, em que nunca lhe faltou coragem, mas nunca lhe faltou compreensão e discernimento. O seu período como Presidente da República atesta isso, e essa é a razão pela qual não pude deixar passar em branco esse momento, que reputo grave, da vida brasileira. Eu precisava fazer esse registro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em meu nome - falo em meu nome, porque sobretudo expresso a voz da minha consciência e da minha emoção -, mas também em nome da liderança do

Governo, que, ainda que transitoriamente, o Senador Vilson Kleinübing e eu aceitamos cumprir, desde que pudessemos ter liberdade de manifestar a voz das nossas consciências.

Registramos o nosso reconhecimento público pela postura inatacável do Presidente José Sarney nesse período difícil da vida brasileira. A isso se deve o fato de que mudanças tão profundas estejam sendo processadas na vida brasileira.

Concluo, Sr. Presidente, e digo que muito provavelmente a história política brasileira não registre fatos menores que se passam no dia de hoje. Ficará para o registro histórico a atuação imparcial de V. Ex^a, conduzindo os destinos do Legislativo brasileiro; ficará para a história política deste País o fato de que, sob um Governo democrático, um País democrático, no gozo de suas plenas liberdades e com estabilidade econômica, conseguiu fazer um novo projeto de País que é muito mais importante do que questões menores que insistentemente têm sido colocadas na vida brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado a V. Ex^a. A Presidência nada mais tem feito do que procurado honrar a distinção e a homenagem de todos os membros do Senado que o elegeram.

E, nesta Presidência, cumprir com o meu dever, porque sei que assim procedendo estou à altura dos Srs. Senadores que me conduziram ao cargo.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Ney Suassuna, seria muito agradável dar a palavra a V. Ex^a neste instante, mas, estamos no horário da Ordem do Dia. De maneira que tenho que cumprir com o Regimento.

V. Ex^a está inscrito para logo após a Ordem do Dia.

O SR. GILVAM BORGES - Sr. Presidente, peço a palavra para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges para comunicação inadiável. S. Ex^a já a havia solicitado anteriormente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, como ontem ocupei a tribuna do Senado Federal, comunico ao Plenário e protocolo junto à Mesa do Senado Federal dois requerimentos: um endereçado ao Banco Cen-

tral, através do Ministro da Fazenda, solicitando informações sobre os negócios que somam US\$90 milhões, realizados com as empresas do Grupo Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Nobre Senador Gilvam Borges, já que concedi a palavra a V. Ex^a, que a tinha solicitado anteriormente, prorrogo a Hora do Expediente por mais quinze minutos para que também o Senador Ney Suassuna tenha a oportunidade de usá-la.

O SR. GILVAM BORGES - Sr. Presidente, sabe-se pelas informações - e que são graves - que, à época, os bens estavam todos bloqueados e à disposição da União. Portanto, não sabemos como o Banco Central autorizou essa negociação.

Sr. Presidente, o outro requerimento, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas da União, para verificar e acompanhar os procedimentos e a forma como foram feitos esses negócios com a empresa da família Jereissati na compra de três fábricas da Coca-Cola.

Como havia falado anteriormente, disse que retornaria hoje à tribuna justamente para dar prosseguimento e apresentar estes requerimentos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores.

DOCUMENTOS AOS QUAIS SE REFERE O SENADOR GILVAM BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO:

REQUERIMENTO Nº , DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Banco Central do Brasil, através do Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

a) Relação de bens do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá tornados indisponíveis por força da intervenção do Banco Central no Banco Econômico;

b) Andamento das negociações referentes à venda de três fábricas da Coca-Cola, de propriedade do Grupo ACSA do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, à Refrescos Cearenses, do Grupo Tasso Jereissati;

c) Quais foram os critérios adotados pelo Banco Central para autorizar essa operação, tendo em vista a indisponibilidade dos bens do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá?

d) Os recursos apurados com a venda das três fábricas, terão qual destinação?

e) Quando da intervenção no Banco Econômico, teve o Banco Central conhecimento ou investiu a existência de algum acordo ou entendimento de qualquer natureza entre o ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá e o Grupo Tasso Jereissati?

f) Cópia de toda documentação relativa ao processo licitatório relativo a essa operação, de vez que, tornados indisponíveis, por força da intervenção no Banco Econômico, passaram os bens do ex-banqueiro à responsabilidade da União.

g) Cópia das correspondências do Grupo Tasso Jereissati ao interventor do Banco Central no Econômico, Sr. Flávio Cunha, manifestando interesse na compra das três fábricas, bem como cópia dos expedientes em que o Banco Central dá acolhida à manifestação de interesse do Grupo Tasso Jereissati.

Justificação

A proposição em tela foi motivada por reportagem estampada no diário **Gazeta Mercantil**, de 13 de março último (página B-1), com o título Calmon vende fábricas da Coca para Jereissati – BC dá sinal verde para o negócio, de R\$90 milhões.

Segundo a matéria, dentro de aproximadamente 60 dias deverá ser fechada a venda das três fábricas da indústria de refrigerantes pertencentes ao ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, localizadas nos municípios baianos de Salvador, Feira de Santana e Ibicaraí, ao grupo empresarial do Governador do Ceará.

Sempre de acordo com a reportagem, as negociações vem sendo acompanhadas pelo interventor do Banco Central no Econômico, Sr. Flávio Cunha. Este teria comunicado o interesse do Grupo Jereissati ao BC, que deu resposta positiva.

Os entendimentos entre os Srs. Jereissati e Calmon de Sá remontaria a 1991, somente entrando, numa etapa conclusiva, porém, após a decretação da intervenção no Econômico, ocorrida em agosto de 1995.

Sala das Sessões, Senador **Gilvan Borges**.

REQUERIMENTO Nº , DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 71 e 74 da Constituição Federal, combinados com o disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma auditoria na iminente operação de venda de três fábricas da Coca-Cola, pertencentes ao patrimônio do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, ao Grupo Tasso Jereissati.

Justificação

A proposição em tela foi motivada por reportagem estampada no diário **Gazeta Mercantil** de 13 de março último (página B-1), com o título Calmon vende fábricas da Coca para Jereissati – BC dá sinal verde para o negócio, de R\$ 90 milhões.

Segundo a matéria, dentro de aproximadamente 60 dias deverá ser fechada a venda das três fábricas da indústria de refrigerantes pertencentes ao ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, localizadas nos Municípios baianos de Salvador, Feira de Santana e Ibicaraí, ao grupo empresarial do Governador do Ceará.

Sempre de acordo com a reportagem, as negociações vem sendo acompanhadas pelo interventor do Banco Central no Econômico, Sr. Flávio Cunha. Este teria comunicado o interesse do Grupo Jereissati ao BC, que deu resposta positiva.

Os entendimentos entre os Srs. Jereissati e Calmon de Sá remontaria a 1991, somente entrando numa etapa conclusiva, porém, após a decretação da intervenção no Econômico, ocorrida em agosto de 1995.

Há que se verificar se esta operação de venda está cumprindo todos os requisitos legais, com ênfase nos seguintes aspectos:

1) critérios adotados pelo Banco Central para autorizar esta operação, tendo em vista a indisponibilidade dos bens do ex-banqueiro;

2) destino dos recursos a serem apurados com a venda das três fábricas;

3) pertinência da aplicação de processo licitatório a esta operação.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Gilvan Borges**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tendo em vista recentes declarações do Governador Tasso Jereissati publicadas na mídia, a Liderança do PMDB vem a público, através desta tribuna, para hipotecar solidariedade ao Presidente da Casa, porque somos testemunhas, em todo o tempo que convivemos aqui, da idoneidade, da honestidade, da imparcialidade e da ponderação com que o Presidente, com toda a seriedade, tem dirigido os nossos trabalhos, dando espaço aos Partidos pequenos, ouvindo os Partidos grandes e tratando cada Senador com igualdade.

Por esta razão, assomo à tribuna para hipotecar solidariedade ao Presidente desta Casa e rechaçar as declarações do Governador Tasso Jereissati.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. Fico muito sensibilizado com as suas palavras.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o nobre Senador Edison Lobão, para comunicação inadiável.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para comunicar, com muita alegria para a Liderança e para a Bancada do PFL, que, a partir de hoje, contamos em nossa companhia com mais um eminente Senador, que é o Senador Bernardo Cabral, que acaba de se inscrever no nosso Partido.

Solicito a V. Ex^a que conceda a palavra ao Senador Bernardo Cabral, em nome da Liderança, porque S. Ex^a precisa também fazer uma comunicação pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Para comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que o cometimento que me acaba de fazer o eminente Senador Edison Lobão é dos mais agradáveis.

Quero me reportar à forma virulenta com que V. Ex^a foi agredido. Portanto, não falo em meu nome pessoal. Faço-o em nome de 22 Srs. Senadores que querem reafirmar a V. Ex^a o reconhecimento que está sendo feito aqui, ora por um Senador que representa a liderança do Governo, ora por outro que representa o maior Partido do Senado Federal, ambos, respectivamente, o Senador José Roberto Arruda e o Senador Ney Suassuna, dando seqüência ao que ontem vários Senadores aqui fizeram, inclusive o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, o que é interessante registrar é que os homens públicos que têm a altivez, mas não têm arrogância, os homens públicos que não são bravateiros, que são corajosos; os homens públicos que são gentis, mas não são maneirados, escorregadios; os homens públicos que não estão no contorcionismo político são sempre agredidos vez por outra. V. Ex^a tem aquilo que os franceses chamam de **physique de rôle**. V. Ex^a encarna a Presidência

do Congresso. V. Ex^a traz, na sua bagagem, a biografia de quem foi membro desta Casa, que honrou o seu mandato de Senador, mas, muito mais do que isso, foi um conciliador na Presidência da República. E posso dar o meu testemunho, como Relator da Assembléia Nacional Constituinte, quantas vezes V. Ex^a, debaixo do peso de ter assumido a Presidência da República numa interinidade, que depois acabou transformando numa efetividade, que V. Ex^a jamais postulou, e que os fados lhe colocaram sobre os ombros. Como é possível uma pessoa desta natureza, que tantas vezes coloca aqui, nesta Casa, seus amigos correligionários em xêque quando não atendem às postulações que eventualmente violentam o Regimento? Como é possível agredir um homem público que faz do seu comportamento o comportamento ético, correto, equilibrado, tanto tipo de acusações que não diria só levianas, inoportunas, descabidas?

De modo que, em nome do Partido da Frente Liberal, registre nos Anais desta Casa, eminente Presidente José Sarney, não apenas uma solidariedade, que seria muito pouco, o reconhecimento daqueles que são seus contemporâneos, porque geralmente na vida pública o homem que exercita só é reconhecido pelos seus pósteros e tantas vezes censurado pelos seus contemporâneos.

Nesta hora, parece que Deus escreveu uma oportunidade de lhe dar, na Presidência do Senado, o testemunho do reconhecimento dos seus Companheiros na mais Alta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Agradeço ao Senador Bernardo Cabral as palavras generosas que acaba de proferir.

E, mais uma vez, reitero que a Presidência tem procurado cumprir com a responsabilidade que tem, delegada por todos os Srs. Senadores.

E desse episódio guardo apenas o agravo de ser o Presidente de um Poder e sentir que esse Poder pode ser atingido por aqueles que não participam justamente das suas finalidades e dos seus trabalhos diários.

O Presidente, aqui, apenas cumpriu com o seu dever.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra, pela ordem, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, perguntaria a V. Ex^a, tendo em vista que sou o terceiro orador inscrito desta sessão, e falaria

de um assunto correlato com o que está sendo debatido, se a Presidência poderia, então, prorrogar a sessão, com audiência naturalmente do Plenário, uma vez que, logo após a Ordem do Dia, muitos dos Srs. Senadores viajarão, pois terão compromisso nos seus Estados. V. Exª poderia atender esse nosso apelo?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Infelizmente, o Regimento não permite uma prorrogação maior da Ordem do Dia do que por mais 15 minutos. Mas asseguro que, como Líder de Partido, V. Exª será o primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra, como Líder, o Senador Geraldo Melo, que a havia pedido antes de V. Exª

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diante dos pronunciamentos que acabo de ouvir, é necessário que se ouça aqui não a voz de quem as circunstâncias fizeram neste momento exercer episodicamente a Liderança do PSDB, mas a voz de quem trouxe para o Senado, entre as muitas emoções que a vida pública já lhe deu, a experiência de ter tido o privilégio de conviver, como Governador do Rio Grande do Norte, com V. Exª na Presidência da República.

Talvez haja nesta sala - e é precisamente V. Exª - quem seja capaz de avaliar o sofrimento interior com que tenho assistido, durante esses dias, a todo esse caudal de comentários, a todas essas tentativas de retirar V. Exª da Liderança, que naturalmente vem exercendo à frente do Congresso Nacional, em um esforço iniciado e instaurado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso de construir uma nova Pátria para o povo brasileiro.

V. Exª há de se recordar de que de um lado, sobretudo a partir do momento em que o nome do Governador Tasso Jereissati passou a ser referido, o quanto nós dois Governadores, Tasso e eu, o quanto um representava a posição do outro, do quanto um reforçava a posição do outro, ao ponto de termos sido apresentados ao País, num determinado momento, como irmãos siameses; e de outro lado ver uma inesperada relação conflituosa envolvendo V. Exª, a quem se eu pude dar ao povo do Rio Grande do Norte um governo à altura das suas expectativas, das suas esperanças, embora longe ainda das suas necessidades, isso só foi possível porque à

frente deste País havia um Presidente chamado José Sarney, que deu a mim a oportunidade de realizar a obra que ali realizei.

Se agora, filiado ao PSDB, Senador da República, vejo as circunstâncias e os equívocos que às vezes se acumulam, produzem o cenário que se produziu, creio que o Presidente José Sarney é alguém em condições de avaliar a dificuldade interior com que vivi esses momentos.

Mas estou aqui para juntar a minha voz a dos demais Senadores e apenas para acrescentar uma coisa: estou vivendo esse momento com grande esperança e com imensa confiança, porque sei que episódios menores não vão modificar a trajetória, a maneira de ser e a contribuição ao País que homens da envergadura, da responsabilidade de estadistas como Fernando Henrique Cardoso e José Sarney sabem que têm que continuar trilhando, em face dos compromissos que têm com a história do Brasil.

Em vista disso, digo que tenho confiança, porque sei que de acordo com o senso, o espírito público e a consciência da responsabilidade deste momento, cada um dará uma contribuição ainda maior à construção do quadro de reformas que modifiquem o cenário deste País, como o povo brasileiro espera, e uma contribuição ainda maior para fortalecer a democracia nascente do Brasil.

Digo estas palavras na esperança de que este momento tenha sido um momento de viva controvérsia, um momento de viva divergência, mas uma divergência que tenha ocorrido em terreno fecundo e onde haja apenas um e grande vencedor: nosso País.

Sr. Presidente, sinto-me no dever de dizer que, da mesma maneira que homenageio V. Exª, aqui cheguei trazendo também um imenso carinho e um enorme respeito pelo Governador Tasso Jereissati, cuja presença na vida pública, sem dúvida nenhuma, teve no seu próprio valor o grande motivo, mas teve também no apoio de muitas lideranças, inclusive a de V. Exª, a viabilização.

Creio, Sr. Presidente José Sarney, que também ninguém deseja - e conhecendo o espírito de V. Exª, sei que V. Exª não deseja - que sobre o Governador Tasso Jereissati se procurem atirar as pedras que não existem.

Não se pode transformar em indecoroso um negócio que sequer foi feito. O simples fato de haver entendimentos e negociações entre duas empresas não pode ser apresentado como um fato consumado. Como lembra o Senador Antonio Carlos Magalhães, é um entendimento bastante antigo.

Sr. Presidente, com a paciência de V. Ex^a, peço-lhe que me dê a oportunidade apenas de dizer que avalio ser esta a ocasião que vai dar ao Brasil, pelo desempenho de seus líderes, a demonstração de que tivemos a felicidade de viver um grande momento da nossa história em que há homens aptos e preparados para enfrentar grandes crises, quanto mais divergências no curso da apreciação de problemas da rotina da vida pública do País!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente José Sarney, sempre que V. Ex^a estiver defendendo o fortalecimento do Congresso Nacional e das instituições, V. Ex^a terá a minha solidariedade e a solidariedade do Partido dos Trabalhadores.

O art. 58 da Constituição Federal, no seu § 3º, diz com clareza:

"§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores."

Sr. Presidente, está claro aquilo que os Constituintes consagraram: sempre que uma minoria significativa de um terço ou mais de Senadores estiver assinando um requerimento para a constituição de CPI, ela está automaticamente criada. E V. Ex^a, ao conduzir os trabalhos do Legislativo na direção do cumprimento da Constituição, está cumprindo com o dever. Não cabe ao Governador do Estado do Ceará dizer o que o Congresso Nacional deve ou não investigar.

Sr. Presidente, sempre que um piloto não olha a história das nuvens ou a história dos climas, está sujeito a pensar que o céu está azul mais adiante e, de repente, pode encontrar o céu carregado, cheio de nuvens e de tempestades.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Japão, diz que existem certos setores que só ficam

olhando para trás. Como se a história não fosse importante!

Ora, Sr. Presidente, a história de fatos graves ocorridos recentemente no âmbito do Sistema Financeiro Nacional constitui algo de extraordinária relevância e gravidade, que 29 Senadores avaliaram por bem deverem ser ser objeto de apuração responsável por parte do Senado Federal.

Assim, Sr. Presidente, V. Ex^a tem a nossa solidariedade por cumprir e fazer cumprir a Constituição. Tenho o maior respeito pelo Governador Tasso Jereissati; inclusive, fui seu professor na Fundação Getúlio Vargas e fui seu contemporâneo. A meu ver, S. Ex^a realizou um trabalho sério à frente do Governo do Estado do Ceará.

Neste caso, contudo, o Governador Tasso Jereissati errou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Supply.

O Sr. Valmir Campelo - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a. Solicito apenas que seja breve.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do PTB, quero manifestar a minha solidariedade à V. Ex^a; não à pessoa do Senador José Sarney, mas à pessoa do Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Senado Federal.

Ao atingirem a figura do Presidente do Senado Federal, eu particularmente, como Senador da República, me senti também atingido, me senti ferido, porque sou testemunha, como Líder de um partido político nesta Casa, da confiança que V. Ex^a deposita em todos nós e do trabalho transparente que vem realizando na Presidência do Congresso Nacional e do Senado Federal.

Eu não poderia, em hipótese alguma, deixar de manifestar, em nome do meu Partido, o respeito que o PTB tem por V. Ex^a, pela confiança que V. Ex^a deposita em todos nós. Todos os Senadores desta Casa delegamos a V. Ex^a a atribuição de ser o nosso representante, como Presidente desta Casa, o que V. Ex^a vem fazendo com sabedoria, transparência, honestidade e, sobretudo, com a nossa confiança.

Receba essa demonstração de nosso apreço e de nossa admiração.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente do Senado Federal, com base nos arts. 403 e 404 do Regimento Interno e considerando que a Comissão Parlamentar de Inquérito já criada mediante o Requerimento nº 198, de 1996, ainda não foi instalada, suscito a seguinte questão de ordem:

1 - As normas específicas do Regimento Interno do Senado Federal concernentes às CPLs são omissas quanto aos procedimentos a serem observados a respeito da indicação de membros para compor comissão já criada, nos termos do art. 145, bem como acerca da instauração do próprio inquérito parlamentar;

2 - Na ausência de regras gerais para determinação da cadência dos atos preparatórios das CPLs - indicação, designação e instalação -, há que se verificar se existem normas aplicáveis para o gênero "comissões temporárias", de que as CPLs são espécies, nos termos do art. 74, "c", do Regimento Interno do Senado;

3 - Quanto às comissões temporárias, tem-se, no Regimento Interno, a seguinte regra:

"Art. 82. A designação dos membros das comissões temporárias será feita:

I - para as internas, nas oportunidades estabelecidas neste Regimento;

II - para as externas, imediatamente após a aprovação do requerimento que der motivo à sua criação."

4. Para a modalidade de comissão interna (art. 74, "a", do Regimento Interno) tem-se, por exemplo, no art. 374 (Projetos de Código) o seguinte rito procedimental:

"Art. 374. Na sessão em que for lido o projeto de código, a Presidência designará uma comissão temporária para seu estudo, composta de onze membros, e fixará o calendário de sua tramitação, obedecidos os seguintes prazos e normas:

I - a comissão se reunirá no prazo de vinte e quatro horas, a partir de sua constituição, para eleger o Presidente e o Vice-Presidente, sendo, em seguida, designados um relator e tantos relatores parciais quantos necessários."

5. Vê-se, portanto, que, nessa modalidade de comissão temporária, a Presidência não está condi-

cionada à indicação dos Líderes para fazer a Comissão funcionar. Designa, incontinentemente, os seus membros, uma vez lida a proposição, devendo a Comissão reunir-se em vinte e quatro horas.

6. Na outra modalidade de comissão temporária, prevista no Regimento Interno - comissão externa (art. 74, "b") - também não há regra que condicione, suspensivamente, a designação pela Presidência à indicação dos Líderes partidários. Deve a Presidência apenas propor ao Plenário a constituição de comissão externa (quando outro Senador não o requerer), conforme disposto no art. 48, item 19, e art. 75 do Regimento Interno. Autorizada a criação da comissão externa, a Presidência designa os seus membros, independentemente de oitiva das lideranças partidárias. É o que reza o art. 82, II, e também o art. 221, "b", do Regimento Interno.

7. Assim, não necessita a Presidência aguardar indicações de lideranças partidárias para que sejam designados os membros da CPL a que se refere o Requerimento nº 198, de 06 de março de 1996. Não se aplica, nesse caso, a regra do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, que diz respeito às comissões permanentes referidas no artigo anterior, devendo apenas a Presidência atentar para a observância da proporcionalidade consignada no art. 58, § 1º, da Constituição Federal.

É não poderia ser diferente, Sr. Presidente, porque, se assim fosse, teríamos na democracia uma regra esdrúxula, qual seja, a que confere a qualquer Partido, grande ou pequeno, do Governo ou da Oposição, de Esquerda ou de Direita, o poder de veto sobre a criação de qualquer comissão temporária, não só as Comissões Parlamentares de Inquérito.

8. Não de prevalecer, portanto, no caso de instalação das CPLs, os procedimentos previstos no Regimento Interno para o efetivo funcionamento das comissões temporárias, de que as CPLs são modalidades, nos termos do art. 74, "c", do Regimento Interno. Trata-se, convém salientar, de hipótese de aplicação do princípio da **analogia legis**, em que, na falta de uma disposição específica, recorre-se ao caso semelhante, e não de **analogia juris**, em que não existiria nenhum dispositivo aplicável à espécie, nem sequer de modo indireto (Carlos Maximiliano. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. Rio de Janeiro, Forense, 1979, pág. 210).

9. Não fossem bastantes as normas do próprio Regimento desta Casa, perfeitamente aplicáveis à espécie, tem-se no Regimento Comum do Congresso Nacional a atribuição do Presidente de designar

os membros das Comissões Mistas de toda ordem, "se os Líderes não fizerem indicação" (art. 9º, § 1º, do Regimento Comum; art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 1991, do Congresso Nacional). E mais: no art. 28, § 1º, do Regimento da Câmara dos Deputados, tem-se que, decorridas cinco sessões sem que as Lideranças devidamente provocadas indiquem membros de comissões, o Presidente fará a designação de ofício.

Ante o exposto, Sr. Presidente, instamos essa Presidência para que, nos termos do art. 48, item 13, decida sobre a presente questão de ordem, no sentido de que a Presidência fixe o prazo de 48 horas para que os Líderes indiquem os membros da supracitada CPI. Caso isso não ocorra, a Presidência, observada a proporcionalidade inserta no art. 58, §1º, da Constituição da República, faça, de ofício, a designação dos membros da CPI criada pelo Requerimento nº 198, de 1996, determinando em seguida que a Comissão se reúna no prazo de 24 horas para a eleição de seu Presidente, Vice-Presidente, e, em seguida, designação de relatoria.

É essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para contraditar, ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES: Para contraditar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje pela manhã, por volta das 10h, em meu gabinete, tomei conhecimento da designação do meu nome, pelo Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Iri Rezende, como Relator de matéria encaminhada pela Presidência da Casa, em face de um requerimento do Senador Odacir Soares.

A Presidente do Senado em exercício encaminhou a matéria à CCJ, com base no Regimento Interno, sobretudo no art. 101, I, que dispõe:

"À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

1 - Opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer Comissão ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário."

Portanto, é competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinar matérias

que lhe forem encaminhadas pela Presidência do Senado, como efetivamente ocorreu na tarde de ontem.

Em face disso, Sr. Presidente, não pretendo me insurgir contra os pontos de vista focados na questão de ordem do eminente Senador José Eduardo Dutra, ainda porque vou examinar a matéria sob o aspecto jurídico. Entendo, inclusive, que a matéria tem uma abrangência política, mas, no âmbito da CCJ, ela vai ser examinada pelo aspecto técnico.

Assim, abstenho-me de fazer apreciações sobre questões de direito enfocadas pelo eminente Senador José Eduardo Dutra, como a questão da **analogia legis** e não **analogia juris**, a questão do cabimento de princípios gerais de Direito ou não, e aqueles enfoques que fez a respeito de situações outras, previstas no Regimento, para projetos de Código, para as comissões externas e também as referências ao Regimento Comum e ao Regimento da Câmara dos Deputados.

Sendo assim, Sr. Presidente, abstenho-me de apreciar essas questões, detenho-me apenas no fato de que, preliminarmente, existe matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já com Relator designado.

Sr. Presidente, essa é a questão que apresento a fim de que V. Ex^a a deslinde.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O Regimento não permite contraditar o que já foi contraditado; V. Ex^a não pode replicar. A Mesa vai decidir a questão de ordem levantada por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, gostaria apenas de saber se poderia fazer uma consulta à Mesa, não sobre a questão de ordem, mas sobre a matéria a que se referiu o Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em seguida V. Ex^a fará a consulta à Mesa.

A questão de ordem levantada pelo Senador José Eduardo Dutra, Líder do Partido dos Trabalhadores, resume-se em solicitar que: na ausência de prazo regimental para que os Srs. Líderes indiquem os membros das comissões de inquérito, a Presidência fixe, para tanto, um prazo de 48 horas.

Consultando os artigos do Regimento e as atribuições do Presidente da Casa, verifico que a Presidência não tem a competência de fixar prazo quando da inexistência deste no Regimento Interno.

Contudo, quero comunicar ao Plenário que, na forma das atribuições que me foram conferidas pelo

Regimento e delas não saindo, o procedimento da Mesa será o seguinte, em todos esses casos: abaixo de assinar ofício aos Srs. Líderes, encarecendo que encaminhem à Mesa os nomes dos seus respectivos representantes nas comissões já constituídas.

Em segundo lugar, indicados pelos Srs. Líderes, esses expedientes irão à publicação. Cada um dos líderes terá o direito de os indicar. A reunião da comissão não depende do Presidente da Casa, uma vez que nenhuma comissão temporária é instalada pelo Presidente da Casa, mas, sim, pelos membros das respectivas comissões, que terão que decidir as questões levantadas sobre número, quorum e constitucionalidade da sua composição.

Essa é a explicação que a Presidência teria que dar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem a palavra, pela ordem, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela explicação que V. Ex^a deu e que me convenceu, como autor do requerimento, faço a seguinte sugestão aos assinantes do requerimento de abertura da CPI: na próxima terça-feira, os indicados pelos partidos farão a sua primeira reunião para a instalação da Comissão e designação de seu Presidente e relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com referência à alusão feita pelo Senador José Ignácio Ferreira à questão que está pendente de decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Mesa nada tem a opinar. Essa será uma decisão a ser tomada por essa Comissão, no âmbito de sua competência.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu pediria um esclarecimento

sobre a matéria a que se referiu o Senador José Ignácio Ferreira.

Trata-se de um requerimento que foi despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que não foi lido em plenário, salvo informação em contrário, mas que se fundamentou no art. 215, II, "b", do Regimento Interno, que dispõe:

"b) de esclarecimentos sobre atos da administração interna do Senado."

Entendemos que a criação de uma CPI não é um ato de administração interna: é de ação legislativa.

Gostaríamos de saber se esse requerimento está de acordo com as normas do Regimento, para que seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O documento foi encaminhado diretamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sem ser lido no plenário, pelo Senador que exercia a Presidência durante a minha ausência desta Casa. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidirá os assuntos a ela submetidos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 235, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do item 11, segunda parte, do art. 48, do Regimento Interno do Senado Federal, vimos solicitar a Vossa Excelência seja submetida ao Plenário desta Casa, após ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o presente Recurso objetivando desarquivar o feito atinente à CPI dos corruptores, a que se refere o Requerimento nº 402, de 1995, para que seja afinal instaurada e tenha regular prosseguimento, tudo conforme as razões de ordem constitucional, legal e regimental a seguir expendidas:

I - Do Requerimento para a Instauração da CPI dos Corruptores

A 24 de março de 1995, foi acolhido o Requerimento nº 402, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal e no art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, contando com as assinaturas de 30 Srs. Senadores - quando 27 seriam sufi-

cientes – e objetivando a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de quinze Srs. Senadores, e igual número de suplentes, com previsão de conclusão de seus trabalhos a 15 de dezembro do mesmo ano. Essa Comissão destinava-se a apurar a autoria de atos de corrupção, denunciados durante os trabalhos das Comissões do **Impeachment** e do Orçamento.

O tema, de relevante interesse público, mereceu a manifestação de apoio, e respectivas assinaturas, de Senadores de todos os Partidos com representação no Congresso Nacional. A 31 de março de 1995, o Sr. Presidente do Senado Federal encaminhou aos Srs. Líderes Partidários solicitação de indicações dos membros da CPI, observada a proporcionalidade preconizada no § 1º do art. 58 da Constituição Federal.

Responderam à solicitação o PMDB, PDT, PP, PTB, PPR e PT; e deixaram de atendê-la o PFL e o PSDB.

Malgrado o interesse nacional de que a matéria se reveste, os apelos populares e a forte insistência da mídia para que se identificassem os agentes responsáveis pelos atos de corrupção, a CPI dos corruptores deixou de ser constituída, sendo arquivada, em 15-12-95, com fundamento no art. 76, item III e § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Considerações sobre a aplicação subsidiária dos Regimentos Comum e do Senado Federal

2.1 – Das normas subsidiárias

Observa-se a subsidiariedade legal como forma de não permitir lacunas no ordenamento jurídico, que há de ser pleno para que não pereçam a Justiça e o Estado Democrático de Direito.

Tal condição não se limita aos tribunais, mas também atende à norma interna de natureza especial, inclusive no Parlamento. Assim como os juízes, diante de omissões legais, decidirão as causas que lhes são afetas de acordo com a analogia, os costumes ou os princípios gerais de direito, não as podendo rejeitar simplesmente, ou deixar que se escoem os prazos para, ao fim, arquivá-las, o Senado Federal, integrante do Poder Legislativo, em sendo omissa a norma especial interna, haverá de aplicar, igualmente, às matérias que lhe são sujeitas, a analogia, os costumes ou os princípios gerais de direito.

No presente caso, ainda que haja lacuna no Regimento Interno do Senado, sobre a possibilidade de o Presidente desta Casa indicar os integrantes das Comissões de Inquérito, quando não o façam os Líderes, o assunto exigirá o exame preliminar, entre outras normas, do art. 78 do Regimento Interno, o qual, por sua vez, faz remissão direta ao art. 58, § 1º da Constituição Federal:

Art. 78. Os membros das comissões serão designados pelo Presidente por *indicação escrita dos respectivos líderes*, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado Federal (Const., art. 58, § 1º). (Grifamos).

Constata-se, pois, a insuficiência do comando normativo regimental transcrito, porquanto neste não ficou esclarecida a atribuição do Presidente do Senado ante a omissão dos Líderes em proceder às indicações. Nesta hipótese há que se recorrer, subsidiariamente, ao Regimento Comum do Congresso, que também é norma especial e que dispõe, em seu art. 9º, § 1º, mais adiante transcrito, sobre a composição das comissões mistas.

Essa subsidiariedade decorre da confluência de normas de natureza especial, que é como se caracterizam o Regimento Interno do Senado Federal e o Regimento Comum do Congresso, e tem sua força cogente em princípio geral de direito consignado na Lei de Introdução ao Código Civil:

Art. 2º

§ 2º A lei nova, que estabelece disposições gerais ou *especiais*, a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior." (Grifamos).

Recepcionam-se, pois, mutuamente, os Regimentos Comum e o do Senado, na condição de normas especiais, independentemente das datas de suas edições. Significa dizer que, inobstante a expressão referência do art. 151 do Regimento Comum às hipóteses de omissão normativa neste, essa referência é dispensável, pois tal condição permeia esses Regimentos, ainda que não consignadas expressamente nos seus textos. Além disso, a especialidade da norma suplanta os textos de ordem geral:

"Art. 151. Nos casos omissos neste Regimento aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omissos, as do (Regimento) da Câmara dos Deputados."

Em aditamento ao dispositivo transcrito, observe-se o art. 412, inciso V, Regimento Interno do Senado Federal, onde também se reconhece a prevalência da norma especial sobre a geral. Este preceito está lavrado no Título XI do nosso Regimento que versa Princípios Gerais de Processo Legislativo.

2.2. Dos Fundamentos regimentais da extinção da CPI

A extinção da CPI dos corruptores, em 15 de dezembro de 1995, fundamentou-se no art. 76, inciso III e § 4º, do Regimento do Senado. Registre-se que o item III desse dispositivo regimental estabelece que as comissões temporárias se extinguem ao término da sessão legislativa ordinária, e o art. 4º reza que o prazo da comissão parlamentar de inquérito não poderá ultrapassar o período da legislatura em que for criada.

De tais fundamentos resultam duas impropriedades. A primeira ligada ao inciso III, deixa à mostra que o Requerimento nº 402, aprovado em março de 1995, transcorreu *in albis* por toda a sessão legislativa, inobstante ter sido regularmente apresentado, em tempo hábil e suficiência de subscritores.

Ora, para que as comissões temporárias se extinguam ao término da sessão legislativa ordinária é necessário que antes sejam implementadas. Este não é o caso da CPI dos corruptores, cuja composição foi precocemente frustrada, não chegando a implementar-se. A toda vista, não se extingue o que não existe.

A segunda impropriedade reside em fundar-se a extinção no § 4º do mesmo art. 76, pois encontra-se em curso a 50ª Legislatura, que teve início em 1995 e que se estenderá até 1998. Logo, tal fundamento regimental não pode ser invocado para fulminar a CPI, eis que não foi ultrapassada a legislatura.

2.3. Da Consequência da não-indicação de membros à Comissão

À falta de norma, ou sendo esta omissa, é inaceitável deixar-se de oferecer solução material ao feito pendente de decisão, arquivando-o por decur-

so de prazo, após transcorrida toda a sessão legislativa do exercício de 1995, sem lançar mão de outros institutos, por analogia disponíveis no ordenamento interno do Congresso Nacional.

Ao Presidente do Senado, ante a omissão dos Líderes, incumbe realizar as indicações dos integrantes das Comissões de Inquérito, inclusive as temporárias desta Casa, e não apenas as mistas, do Congresso. Se tal preceito não for observado, por falta de interpretação sistêmica dos Regimentos, nos depararemos com a insólita circunstância de que todos os Partidos Políticos, à exceção de dois – PSDB e o PFL – indiquem membros às Comissões, mas deixando estas de ser instauradas em decorrência apenas da vontade singular do Presidente, em contrariedade à manifestação expressa dos outros seis Partidos.

III – Da Competência Constitucional do Congresso Nacional e da Compulsoriedade de seu Exercício

3.1. Dos atos vinculados e discricionários

São atos vinculados aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos de sua realização. Hely Lopes Meirelles adita ao conceito a informação de que nessa categoria de atos sujeitos às indicações legais ou regulamentares, o Poder Público não pode se desviar de cumpri-los sem viciar irremediavelmente a ação administrativa (Dir. Adm. Brasileiro, Ed. Revista dos Tribunais, p.141).

Por oposição a estes, discricionários são os atos realizáveis pelo Poder Público com liberdade de escolha de seu conteúdo, conveniência, oportunidade e forma de realização (idem, p.143).

3.2. Da vinculação do ato presidencial de indicar os integrantes da Comissão

O art. 23, inciso I, da Carta constitucional estabelece:

"Art. 23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;" (Voltamos a grifar).

O texto acima transcrito dispensa interpretações, pois está lavrado sob meridiana clareza: ao Poder Legislativo, não bastasse a atribuição fiscalizadora que exerce com auxílio do Tribunal de Contas

da União, na forma dos arts. 70 e 71 da mesma Carta, tem, como integrante da União Federal, o poder-dever de zelar pelo patrimônio público, além de outros valores, inclusive de ordem moral (CF, art. 37, *in fine*).

As atribuições do Poder Legislativo Federal, inseridas na Carta Republicana, não constituem, de forma alguma, poder discricionário, conceituado no item anterior, eis que nesse elenco de competências não existe faculdade para decidir, e, sim, dever de ofício. Por isso, as atribuições do Congresso Nacional e de cada uma de suas Casas assumem natureza vinculada, pois são estabelecidas em Direito Positivo, lavrado na Constituição, no Regimento Comum e nos Regimentos Internos de cada uma das Casas congressuais.

No caso presente, fundamenta-se o vínculo entre o ato da autoridade e a norma a que esta deve obediência no disposto no art. 58, *caput* e § 3º da Constituição Federal:

"Art. 58 O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento interno ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, *que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais*, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, *em conjunto* ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores." (Grifamos).

Extraí-se do dispositivo que as comissões parlamentares de inquérito têm função investigadora semelhante à conferida aos juizes, com o objetivo de elucidar fatos e circunstâncias que permitam a oferta de denúncia, pelo Ministério Público, ao Poder Judiciário, o qual, por seu turno, promoverá a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. Conseqüentemente, essa função investigatória deverá ser exercida em sua plenitude, ainda

que ocorram omissões normativas, hipótese em que, como o fazem os juizes, deve-se recorrer à analogia, aos costumes ou aos princípios gerais de direito.

Extraí-se também, do mesmo texto acima transcrito que as comissões poderão ser conjuntas, embora não haja, no dispositivo, referência expressa ao Regimento Comum do Congresso Nacional, mas apenas aos do Senado e da Câmara. Sendo assim, a prevalecer o entendimento contra o qual nos insurgimos no presente Recurso – de que não há subsidiariedade de normas regimentais em ambos os sentidos, mas apenas dos Regimentos do Senado e da Câmara ao Comum (Reg. Comum, art. 151), tornar-se-ia impossível a aplicação do Regimento Comum às comissões mistas, por falta de menção expressa a este no § 3º do art. 58, o que representaria total incongruência jurídica.

É claro que o Regimento Comum tem aplicação às comissões mistas, embora não referido no art. 58 da Carta, assim como também se aplica às comissões isoladas, subsidiariamente aos de cada uma das Casas, embora igualmente não haja referência expressa nesse sentido. A questão tem solução simples e clara se posta em visão sistêmica, não restritiva, que abranja não apenas a Constituição, mas também os três Regimentos.

Logo, a vinculação do ato deve atender à Constituição e, em princípio, ao Regimento do Senado. Não suportando este a amplitude da matéria, devem então ser invocados os do Congresso e o da Câmara dos Deputados.

Assim, ante de *notitia criminis* que se tenha originado de apurações realizadas pelo trabalho de outras Comissões Parlamentares de Inquérito – entre as quais, a do *Impeachment* e a do Orçamento Federal – caracteriza-se-ia omissão desta Casa do Congresso Nacional não prosseguir nas investigações que lhe são afetas pelo mandamento constitucional, à vista da competência fiscalizadora que detém, alegando, para se omitir, insuficiência regimental.

A omissão também não pode encontrar lastro no mero transcurso temporal, qual seja o do encerramento da sessão legislativa, posto que tal procedimento caracterizaria evasão de competência; nem tampouco na alegação da falta de indicação de membros, pelos Líderes, para a composição da comissão parlamentar, pois, como vimos, as normas especiais consubstanciadas nos Regimentos Co-

mun e do Senado se subsidiam mutuamente. Por analogia, não bastasse a clareza do art. 58 e § 3º, antes transcritos, a compeli-lo este Poder ao exercício de sua atividade fiscalizadora, caberia imediatamente aplicar-se o estabelecido no art. 9º, § 1º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, com o que o Presidente do Senado teria suprido a omissão dos Líderes:

"Art. 9º Os membros das Comissões Mistas do Congresso Nacional serão designados pelo Presidente do Senado mediante indicação das lideranças.

§ 1º Se os Líderes não fizerem a indicação, a a escolha caberá ao Presidente." (Grifamos).

Diante disso, se já não restava a menor dúvida, no tangente às comissões mistas, de que havendo a omissão dos Líderes Partidários a indicação de membros passa imediatamente à responsabilidade direta do Presidente do Senado, que a exercerá como **ato vinculado**, sem qualquer resíduo de discricionariedade, eis que, o suporte fático do comando se encontra na norma regimental, não facultativa, amparada pela Constituição Federal, tampouco pode haver dúvida quanto às comissões de inquérito do próprio Senado. Vale lembrar que o Presidente do Congresso Nacional é o Presidente do Senado e que este, podendo suprir as indicações para as comissões de inquérito do Congresso, haverá de poder supri-las na Casa que preside.

É forçoso considerar que os Líderes que procederam às indicações de membros para a CPI representam muito mais que um terço da Casa, exigido para que se instaurem essas comissões. Todavia, prevaleceu a inércia dos partidos políticos que não os indicaram, fato este que constitui não apenas demérito, mas verdadeira violação ao direito das minorias.

Considere-se, também, que, na votação da CPI do Orçamento, foi aprovada a recomendação de instauração da CPI dos corruptores. Naquele momento, a CPI do Orçamento manifestava o pensamento do próprio Congresso Nacional. Esse pensamento restou prejudicado pela vontade singular do Presidente do Senado, ao extinguir a CPI recomendada.

IV – Do Pedido de Reexame da Matéria pelo Plenário

Por todas as razões ora aduzidas, solicitamos ao Plenário do Senado Federal – ouvida a

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – re-considere a decisão presidencial e determine o desarquivamento do feito relativo à CPI dos corruptores e a remessa de ofícios aos Líderes partidários, para que indiquem os respectivos integrantes e, não o fazendo estes, fixe competência supletiva ao Presidente do Senado Federal para que proceda às indicações.

Senado Federal, 14 de março de 1996. – Senador **Pedro Simon**.

ELEMENTOS PARA REFLEXÃO SOBRE A CPI DOS CORRUPTORES

1 – A CPMI Collor/PC proporcionou, pela primeira vez na história do Brasil, o **impeachment** de um Presidente da República. O Relatório Final da referida CPMI mostrou que o Sr. Fernando Collor não apenas sabia da existência do esquema, como, também, fazia parte dele. Porém, ficou demonstrado, já naquela época, que a questão Ele sabia? é extremamente desgastante para o Presidente da República.

2 – O fato do Congresso Nacional afastar o Primeiro Mandatário do País, reforça a sua habilitação para investigar ações de dirigentes de qualquer outro nível (Ministros, Presidente de Autarquias e Estaduais, do Banco Central etc.)

3 – A CPMI detectou os agentes corruptores. São empresários que contrataram a EPC, empresa do Sr. PC Farias, para execução de serviços fictícios. Lembre-se que as grandes empresas aparecem no Relatório repassando ao esquema elevadas somas de recursos, imediatamente após a posse do Sr. Fernando Collor.

4 – A CPMI Collor/PC não avança em relação a uma possível CPI dos Corruptores. No entanto, o Relatório contempla questões fundamentais para uma possível investigação (financiamento de campanha, orçamento da União, etc.).

5 – O Esquema PC não se viabilizaria sem a participação dos agentes financeiros, através das chamadas contas fantasmas.

6 – As investigações neste sentido deveriam ser encaminhadas pelo Banco Central. Nada foi feito neste sentido. Pelo contrário, os bancos citados, além de não receberem qualquer admoestação, participaram, diretamente, da privatização de estatais, beneficiando-se das facilidades do Programa Nacional de Desestatização.

7 – A partir da CPI Collor/PC se iniciou uma cobrança, no sentido da instalação da CPI dos corruptores. Entretanto, não se ouviu uma só palavra sobre qualquer investigação séria do Banco Central nos agentes financeiros integrantes do "Esquema PC."

8 – O Congresso Nacional antecipou-se no sentido da auto-investigação. Promoveu a CPMI do Orçamento, que resultou na cassação e no afastamento de parlamentares.

9 – Não investigou os agentes corruptores, mas colecionou todos os elementos que justificam a investigação sobre os mesmos.

10 – Aquele parece ter sido o melhor momento para a instalação da CPI. Havia clima, a opinião pública estava mobilizada, havia uma sequência lógica para os trabalhos técnicos etc.

11 – Já ali se movimentavam as forças contrárias à investigação. Encurralados pelas pressões e pelo tempo, os parlamentares tiveram que optar entre investigar seus pares ou os agentes corruptores. Qualquer que fosse a escolha, haveriam cobranças decepcionadas com o alijamento do lado preterido. É evidente que esta decepção seria maior se, dado o tempo, a CPI deixasse de lado os parlamentares para investigar os corruptores. Mas, esperava-se que estes seriam alvos, imediatamente após a CPMI do Orçamento. O Requerimento nº 3, de 1994, de minha autoria, recomenda a instalação imediata da CPMI e é parte integrante do Relatório daquela CPMI.

12 – A CPMI dos Corruptores foi requerida em 15-2-95. As restrições maiores, ainda nesta etapa de Requerimento, ocorreram na Câmara dos Deputados. A negação ou a retirada de assinaturas inviabilizou esta Comissão Mista. Em 14-3-95, foi encaminhado Requerimento de instalação da CPI do Senado Federal (publicado em 25-3-95, no **Diário do Congresso Nacional** – Parte II – fls. 4022/4023), com as assinaturas de 30 (trinta) Senadores dos vários partidos.

13 – Em 31-3-95, o Sr. Presidente do Senado Federal encaminha solicitação, aos Srs. Líderes partidários, no sentido da indicação dos integrantes da Comissão e dos respectivos suplentes.

14 – Os Srs. Líderes do PSDB e do PFL não encaminharam os nomes dos respectivos representantes e, ao longo de todo esse período de cobrança em relação à CPI, mantiveram-se em absoluto silêncio quanto ao assunto.

15 – O Presidente do Senado poderia se socorrer do Regimento Comum para indicar os nomes faltantes. Ainda mais que é ele próprio o presidente

do Senado e do Congresso. Não o fez e, também, não providenciou qualquer cobrança a respeito. Era de se esperar que, passados 9 (nove) meses desde o primeiro ofício, ele fosse, pelo menos, reiterado. Afinal, é este o procedimento onde quer que se deseje que as coisas caminhem. Se não o fez, é porque desejava o contrário. Ao aprovar a recomendação para investigar os corruptores, a CPMI do Orçamento tomou uma atitude em nome do Congresso Nacional. Ora, exatamente o Sr. Presidente do Congresso contraria o que recomendou a Casa que preside.

16 – Enquanto a CPI dormitava no Senado, outros casos de tráfico de influências e de promiscuidade entre o Estado e a iniciativa privada povoavam a imprensa, culminando com a entrevista do Sr. Murilo Mendes na revista **IstoÉ**, de 14-2-96, que confirma a existência de propinas, que podem chegar a, até, 20% do faturamento das empresas. Isto significa que, de cada R\$5,00 orçados para obras, R\$1,00 é desviado pelos canais da corrupção. A reclamação maior parece residir no fato de que os empresários pagaram a propina, executaram as obras, mas não receberam pelos trabalhos realizados.

17 – Não é difícil explicar porque o Poder Executivo não tem interesse nas investigações dos agentes corruptores. É que ele voltaria a ser a bola da vez. Obviamente, não haveriam corruptores se não existissem os corruptos. Investigar os primeiros significaria desnudar os últimos.

18 – Quando se esperava que o uso indevido, ou duvidoso, dos recursos públicos tinham atingido o seu ponto máximo, surgem as notícias sobre as fraudes no Sistema Financeiro. Tudo indica que o Presidente da República não sabia dos desvios de conduta dos bancos, antes de injetar os recursos, justificados, depois, pelo perigo da quebra da credibilidade dos sistema financeiro. Mas, para um Presidente que se empenha na aprovação do Fundo Social de Emergência e da Contribuição sobre Movimentação Financeira, que também privatiza estatais lucrativas, para fazer caixa, é inconcebível que não esteja municiado de informações adequadas antes de decidir sobre recursos de tamanho vulto. Não se pode negar que tal fato provoca sério arranhão na credibilidade do Presidente. Volta à cena a clássica pergunta: "Ele sabia?"

19 – Essa credibilidade é, ainda mais, colocada em questão, quando se lembra da extinção da Comissão Especial de Investigação – CEI. Que forças estariam a pressionar o Sr. Presidente no sentido contrário de manter uma comissão de alto nível,

composta de personalidades de reconhecida probidade e competência, instituída para investigar denúncias de corrupção no Governo Federal, apesar do seu reconhecido desempenho e das continuidades das denúncias de corrupção veiculadas pela imprensa?

20 – Também abala a credibilidade do Presidente o fato da volumosa documentação organizada pela CEI, durante o Governo Itamar Franco, não ter merecido a devida atenção no atual Governo. Há que se admitir que tal atitude também revitaliza a certeza da impunidade.

21 – O tom do discurso não deve ser o de cobrança, mas de constatação. O Executivo não teve interesse na instalação da CPI porque seus Líderes no Congresso retiraram assinaturas ou não indicaram integrantes. O fato da extinção da CEI reforça esta tese. O Legislativo, *idem*. O Presidente do Senado pode não possuir mecanismos regimentais para indicação dos nomes faltantes. Mas, pelo menos, como dirigente de uma instituição do porte do Senado e, dada a importância do assunto, poderia ter reiterado a solicitação durante os nove meses que seu Ofício não obteve resposta (o descaso dos senhores Líderes poderia, até, ser considerado um desrespeito para com o Presidente da Casa). Não o fez porque não tinha interesse.

22 – As pesquisas têm demonstrado que o prestígio do Congresso anda em baixa. O Estado como um todo tem sofrido quedas bruscas de legitimidade. Os casos de corrupção permanecem em manchetes, inspirando um clima de impunidade. Parece ser, este, o melhor momento para recriar a CEI. A Comissão inibiria novos casos de corrupção e cuidaria, de forma isenta, dos casos já detectados. Portanto, ao invés de cobrar a instalação da CPI, deve-se retomar a bandeira da recriação da CEI.

DOCUMENTO ANEXO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 1995

Autoriza a criação da Comissão Especial de Investigação, com âmbito de atuação na Administração Pública Federal direta e indireta, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma Comissão Especial de Investigação, com âmbito de atuação na Administração Pública Federal direta e indireta, e a finalidade de:

I – prestar ao Congresso Nacional, em especial às Comissões Parlamentares de Inquérito, a cola-

oração necessária para a realização de quaisquer diligências ou procedimentos investigatórios junto a órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta e indireta;

II – realizar, quando julgar conveniente, diligências e investigações a propósito de fatos, atos, contratos e procedimentos de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta;

III – determinar providências para a suspensão de procedimentos ou a execução de contratos, sob suspeita de lesão ao interesse público;

IV – recomendar a instauração de auditorias, sindicâncias, inquéritos ou processos administrativos, acompanhando os respectivos trabalhos;

V – propor ao Presidente da República a adoção de providências, inclusive de natureza legislativa, com o objetivo de corrigir ou coibir fatos ou ocorrências contrárias ao interesse público;

VI – articular os procedimentos da Administração Pública Federal com o Tribunal de Contas da União e com o Ministério Público.

Art. 2º Para o desempenho das suas atribuições, a Comissão instituída por esta Lei poderá:

I – requisitar, em caráter irrecusável e para atendimento em regime prioritário, servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta;

II – requisitar, em caráter irrecusável e para atendimento em regime prioritário, informações e documentos a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta;

III – providenciar representações e requerimentos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público para a instauração de procedimentos judiciais ou a obtenção de informações e documentos de entidades do setor privado;

IV – solicitar a colaboração de outros Poderes ou convidar para participar de reuniões plenárias Ministros de Estado e outras autoridades da Administração Pública Federal direta e indireta, sempre que houver necessidade de esclarecer assuntos sob seu exame.

§ 1º Os servidores e empregados requisitados na forma do inciso I serão considerados, para todos os fins de direito, como em efetivo exercício do cargo, do emprego ou da função pública que ocupam, não podendo sofrer prejuízo de qualquer direito, vantagem ou remuneração, nem destituição de função gratificada.

§ 2º A Comissão será responsável pela guarda, conservação e, quando for o caso, também pelo sigilo dos documentos e informações que lhe forem fornecidos.

§ 3º Os órgãos e autoridades da Administração Pública Federal direta e indireta, de modo especial a Advocacia-Geral da União, a Secretaria Federal de Controle Interno e os Conselhos Fiscais ou órgãos equivalentes, prestarão à Comissão, com prioridade, o apoio e a colaboração requisitados.

Art. 3º A Comissão será presidida pelo Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado e integrada por 7 (sete) membros, escolhidos pelo Presidente da República entre brasileiros de reputação ilibada e notória capacidade em suas áreas profissionais, e aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52, da Constituição Federal.

§ 1º Será constituída uma Secretaria Executiva com a finalidade de dar suporte administrativo e assessoramento técnico à Comissão.

§ 2º O Presidente da Comissão poderá constituir, por tempo certo para o desempenho de tarefas específicas, grupos de trabalho, sob sua coordenação ou de membro da Comissão.

§ 3º Aplica-se aos membros e aos integrantes da Secretaria Executiva e dos grupos de trabalho o disposto no § 1º do art. 2º.

Art. 4º O Poder Executivo elaborará, no prazo de trinta dias contados da data de publicação desta lei, o regimento da Comissão Especial de Investigação, que disporá sobre funcionamento, as atribuições de seu Presidente e de membros, bem como a Secretaria Executiva e os grupos de trabalho.

Art. 5º A Comissão apresentará relatórios ao Presidente da República, com cópia para o Senado Federal, trimestralmente ou quando solicitados.

Art. 6º Para o desempenho de suas atribuições e a realização de seus trabalhos, a Comissão Especial de Investigação contará com recursos materiais e financeiros da Secretaria Geral da Presidência da República e do Ministério da Administração e Reforma do Estado.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Nas proximidades do final dos trabalhos da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Orçamento – quando já se evidenciara a necessidade de fixar-lhe um limite de ação, a fim de que se viesse a obter conclusões práticas num horizonte de tempo razoável – propusemos ao Senhor Presidente da República, Itamar Franco, a criação de uma "Comissão Especial, com âmbito de atuação na Administração Pública direta e indireta".

Tal Comissão, criada pelo Decreto nº 1.001, de 6 de dezembro de 1993, detinha entre outras finalidades, a de prestar ao Congresso Nacional, de modo especial à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Orçamento, a colaboração necessária para a realização de quaisquer diligências ou procedimentos investigatórios junto a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta.

O art. 3º do referido Decreto dispunha que a Comissão seria composta de cinco membros designados pelo Presidente da República, sob a presidência do Ministro de Estado da então Secretaria da Administração Federal. Pelo Decreto nº 1.037, de 6 de janeiro de 1994, o número de membros foi ampliado para sete.

Outro Decreto da mesma data designava os seguintes membros, sob a presidência do Ministro Romildo Canhim: Doutor Daniel Quintela Brandão, Doutor Emerson Kapaz, Ministro Evandro Gueiros Leite, Doutor Fábio Konder Comparato, General de Divisão R-1 Francisco Batista Torres de Melo, Ministro Miguel Jerônimo Ferrante e Doutor Raymundo Faoro. Por absoluta impossibilidade de se dedicarem, com a devida atenção às atividades da Comissão, o Dr. Fábio Konder Comparato e o Dr. Raymundo Faoro foram substituídos com a evolução dos trabalhos, pelo Professor Cândido Antônio Mendes de Almeida e pelo Professor Modesto Souza Barros Carvalhosa.

Dispensáveis quaisquer palavras de apresentação de tal plêiade. E o trabalho por ela realizado, em menos de um ano e resumido do Relatório intitulado A Comissão Especial e a Corrupção na Administração Pública Federal, não deixa a menor dúvida sobre a indispensabilidade de um tal organismo atuando junto à Administração Pública.

Com efeito, tratando-se de pessoas de competência comprovada e reputação ilibada, como reza o bordão estatutário, e inteiramente desvinculadas de qualquer interesse pessoal nas relações entre a Administração Pública, seus servidores e fornecedores, os resultados de seu trabalho se revestiram da mais absoluta isenção e correição.

No entanto, um ato – a meu ver equivocado – do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Decreto nº 1.376, de 19 de janeiro de 1995, extinguiu a Comissão (art. 1º), transferindo seu acervo documental à guarda (sic) do Ministério da Justiça (art. 2º) e determinando que os procedimentos sobre diligências e investigações, a propósito de fatos, atos e contratos, relativos a órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta e indireta integram (sic) as competências da Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda (art. 3º).

Ora, a que atribuir a transferência do acervo documental a um Ministério e os procedimentos sobre diligências etc., a outro?... A História e as próprias conclusões das CPIS do PC e do Orçamento estão aí para comprovar a falácia de se atribuir a um órgão subalterno da estrutura de um dos Ministérios a fiscalização dos demais. Inexistem aí as necessárias prevalência e isenção para agir sobre os transgressores das leis, dos regulamentos e da própria ética, à falta daqueles.

Esta a razão por que submeto aos meus pares no Congresso Nacional o presente Projeto de Lei, que, lamentavelmente, não pode escapar à natureza autorizativa, já que a iniciativa de proposições desta natureza compete ao Poder Executivo. Ainda assim, ciente e compenetrado desse fato, não posso me omitir diante da necessidade e da importância de que seja constituído um tal organismo junto à Administração Pública Federal, com raio de ação sobre toda ela, sem constrangimentos de qualquer ordem.

Conto, portanto, com o decisivo apoio de Vossas Excelências para que se dê este passo, que entendo decisivo na busca definitiva da moralidade no serviço público.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 1995. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a determinar:

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência, considerando a argumentação do Senador Pedro Simon no seu requerimento e não desejando, de maneira alguma, ser acusada de obstaculizar o andamento das suas Comissões, deferiu, em parte, o pretendido pelo nobre Senador, para o fim de determinar o desarquivamento desse requerimento, ao tempo em que recorre *ex officio* dessa sua decisão para a douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Assim, atendo, em parte, o requerido pelo Senador Pedro Simon.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 1996

"Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências."

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 443 e o art. 445 da Consolidação das Leis do Trabalho passam a ter a seguinte redação:

"Art. 443.

§ 1º Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência depende termo prefixado, da execução de serviços especificados, da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada, ou importe aumento significativo de oferta de emprego.

§ 2º O contrato por prazo determinado será celebrado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses."

"Art. 445. O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de quatro anos, observada a regra do art. 451.

Parágrafo único. O contrato de experiência não poderá exceder o prazo de um ano."

Art. 2º A empresa que comprovar aumento, em pelo menos trinta por cento, de oferta de emprego, com efetiva contratação de novos empregados, ficará isenta do pagamento:

I – de metade da contribuição previdenciária, da parte relativa ao empregador quanto aos novos empregados;

II – do salário-educação; e

III – da contribuição sindical.

Art. 3º É facultado à empresa negociar a participação dos empregados, por meio de seus representantes sindicais, em seus lucros e resultados.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não integra nem complementa a remuneração do empregado, e não é levada em conta para cálculo de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhe aplicando, para nenhum efeito, o princípio de habitualidade.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O fenômeno do desemprego hoje é uma questão tormentosa para todos os países da comunidade internacional.

A Alemanha chegou a criar uma Aliança para os Empregados, um mecanismo tendente a sugerir medidas que aumentem a oferta de empregos e que está, no momento, se ocupando das indústrias de metal. Estão se desenvolvendo, agora, entendimentos entre os diretores da IG Metal e os Sindicatos da área para criarem 330.000 (trescentos e trinta mil) novos empregos.

Nos Estados Unidos, apesar de se ter verificado um decréscimo na taxa de desemprego (5.8% para 5.5%), nos meses de fevereiro e março, há uma grande preocupação como o chamado *downsize*, ou seja, o enxugamento das despesas de pessoal, e que vem atingindo sistematicamente os empregados que percebem valores de 100.000 ou mais de 100.000 dólares por ano.

No Brasil, dados fornecidos pela Federação da Indústria de São Paulo – FIESP apresentam uma taxa acumulada negativa, nos últimos doze meses, de 9,60% no nível de emprego, o que significa menos 226.193 empregos. Sabe-se, por outro lado, que há no país cerca de 4 (quatro) milhões de desempregados e de 35 (trinta e cinco) milhões de pessoas no mercado informal. 1995 foi o ano da estabilização da economia e da queda no nível de empregos.

As causas, do lado conjuntural, foram as altas taxas de juros, a entrada dos importados e a própria estabilização da economia. Do lado estrutural, pode-se mencionar a introdução de novas tecnologias que dificulta a geração de empregos. O certo é que esses fatores vem agravando, de maneira preocupante, o quadro do emprego, circunstância que exige medidas imediatas do Governo e do Congresso Nacional.

Algumas delas, que poderiam resultar em redução de encargos para o empregador, como a redução do aviso prévio e da jornada de trabalho, dependem de revisão constitucional ou de acordo coletivo (art. 7º XIII, XIV e XXI). Outras dependem de alteração na legislação trabalhista ou complementar. O presente projeto pretende introduzir algumas delas.

A primeira é a da ampliação das hipóteses e a dilatação do prazo-limite para o contrato temporário, incluindo entre eles o contrato de experiência. Como esse tipo de contrato permite a redução dos custos

fixos desnecessários, decorrentes da contratação por prazo indeterminado, a medida necessariamente permitirá um aumento na oferta de emprego.

Outra alternativa apontada no projeto é a redução de encargos relativos à previdência, ao salário-educação e à contribuição sindical, para as empresas que aumentarem significativamente a oferta de emprego.

E finalmente o projeto disciplina genericamente a participação nos lucros (art. 7º, XI, CF) que, aliás, vem sendo objeto de sucessivas Medidas Provisórias, por parte do Governo Federal, e que não lograram aprovação no Congresso Nacional. Por não importar em aumento de remuneração nem servir como base para incidência de encargos, também poderá tomar-se um instrumento adequado para combater o desemprego. A proposta já vem atualizada com recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.361-1 DF).

Creio estar contribuindo, com o presente projeto, para abrir os debates acerca de problema tão grave. Espero, por outro lado, realmente estar oferecendo alternativas para minimizar as nefastas consequências sociais do desemprego.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador Antônio Carlos Magalhães.

LEGISLAÇÃO CITADA **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

.....
Art. 443. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

§ 1º Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

Antigo parágrafo único, passando a § 1º pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967.

Contrato de trabalho por prazo determinado de radialista; requisitos: arts. 8º e 12 da Lei nº 6.615, de 16-12-1978, e 10 e 15 do Decreto nº 84.134, de 30-10-1979.

Contrato de trabalho de artista e técnico em espetáculos de diversões; requisitos: arts. 10 da Lei nº 6.533, de 24-5-1978, e 25 do Decreto nº 82.385, de 5-10-1978.

Atleta profissional de futebol: Lei nº 6.354, de 2-9-1976.

§ 2º O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

a) de serviços cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;
b) de atividades empresariais de caráter transitório;

c) de contrato de experiência.

§ 2º acrescentado pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967.

Vide Enunciado 260 do TST.

Vide art. 37, IX, da CF de 1988.

Art. 445. O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, observada a regra do art. 451.

Caput com redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967.

Parágrafo único. O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias.

Parágrafo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967.

Vide Enunciados 163 e 260 do TST.

*(A Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 236, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Governo da República da Bolívia, voto de louvor à Universidad del Valle – UNIVALLE, do sistema nacional de educação daquele país, por haver concedido o título de **Doctor Honoris Causa** ao Presidente desta Casa, Senador José Sarney, eleito pelo PMDB – AP.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Gilvam Borges**.

*(A Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à comissão competente.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lida a seguinte

Brasília, 14 de março de 1996.

Senhor Presidente,

Em nome do Partido Progressista Brasileiro – PPB, valho-me deste para indicar a V. Exª os nomes dos nobres Senadores Esperidião Amin e Levi Dias, como Titular e Suplente, respectivamente, em substituição aos Senadores anteriormente indicados para integrar a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 1.329, de 29 de fevereiro de 1996, que "Isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados bens de informática adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral".

Na oportunidade, renovo os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PPB

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 237, DE 1996

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Banco Central do Brasil, através do Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

a) Relação de bens do ex-banqueiro **Ângelo Calmon de Sá** tornados indisponíveis por força da intervenção do Banco Central no Banco Econômico.

b) Andamento das negociações referentes à venda de três fábricas da Coca-Cola, de propriedade do Grupo ACSA do ex-banqueiro **Ângelo Calmon de Sá**, à "Refrescos Cearenses", do Grupo Tasso Jereissati.

c) Quais foram os critérios adotados pelo Banco Central para autorizar essa operação, tendo em vista a indisponibilidade dos bens do ex-banqueiro **Ângelo Calmon de Sá**?

d) Os recursos apurados com a venda das três fábricas, terão qual destinação?

e) Quando da intervenção no Banco Econômico, teve o Banco Central conhecimento ou investigou a existência de algum acordo ou entendimento de qualquer natureza entre o ex-banqueiro **Ângelo Calmon de Sá** e o Grupo Tasso Jereissati?

f) Cópia de toda documentação relativa ao processo licitatório relativo a essa operação, de vez que, tornados indisponíveis, por força da intervenção no Banco Econômico, passaram os bens do ex-banqueiro à responsabilidade da União.

g) Cópia das correspondências do Grupo Tasso Jereissati ao interventor do Banco Central no Econômico, Sr. Flávio Cunha, manifestando interesse na compra das três fábricas, bem como cópia dos expedientes em que o Banco Central dá acolhida à manifestação de interesse do Grupo Tasso Jereissati.

Justificação

A proposição em tela foi motivada por reportagem estampada no diário **Gazeta Mercantil**, de 13 de março último (página B-1), com o título Calmon vende fábricas da Coca para Jereissati – BC dá sinal verde para o negócio, de R\$90 milhões.

Segundo a matéria, dentro de aproximadamente 60 dias deverá ser fechada a venda das três fábricas da indústria de refrigerantes pertencentes ao ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, localizadas nos municípios baianos de Salvador, Feira de Santana e Ibicarai, ao grupo empresarial do Governador do Ceará.

Sempre de acordo com a reportagem, as negociações vêm sendo acompanhadas pelo interventor do Banco Central no Econômico, Sr. Flávio Cunha. Este teria comunicado o interesse do Grupo Jereissati ao BC, que deu resposta positiva.

Os entendimentos entre os Srs. Jereissati e Calmon de Sá remontaria a 1991, somente entrando, numa etapa conclusiva, porém, após a decretação da intervenção no Econômico, ocorrida em agosto de 1995.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Gilvan Borges**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 238, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 71 e 74 da Constituição Federal, combinados com o disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma auditoria na iminente operação de venda de três fábricas da Coca-Cola, pertencentes ao patrimônio do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, ao Grupo Tasso Jereissati.

Justificação

A proposição em tela foi motivada por reportagem estampada no diário **Gazeta Mercantil** de 13

de março último (página B-1), com o título Calmon vende fábrica da Coca para Jereissati – BC dá sinal verde para o negócio, de R\$90 milhões.

Segundo a matéria, dentro de aproximadamente 60 dias deverá ser fechada a venda das três fábricas da indústria de refrigerantes pertencentes ao ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, localizadas nos Municípios baianos de Salvador, Feira de Santana e Ibicarai, ao grupo empresarial do Governador do Ceará.

Sempre de acordo com a reportagem, as negociações vêm sendo acompanhadas pelo interventor do Banco Central no Econômico, Sr. Flávio Cunha. Este teria comunicado o interesse do Grupo Jereissati ao BC, que deu resposta positiva.

Os entendimentos entre os Srs. Jereissati e Calmon de Sá remontaria a 1991, somente entrando numa etapa conclusiva, porém, após a decretação da intervenção no Econômico, ocorrida em agosto de 1995.

Há que se verificar se esta operação de venda está cumprindo todos os requisitos legais, com ênfase nos seguintes aspectos:

1) critérios adotados pelo Banco Central para autorizar esta operação, tendo em vista a indisponibilidade dos bens do ex-banqueiro;

2) destino dos recursos a serem apurados com a venda das três fábricas;

3) pertinência da aplicação de processo licitatório a esta operação.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. – Senador **Gilvan Borges**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Aprovado o requerimento, será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 239, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 71 e 74 da Constituição Federal combinados com o disposto no Regimento Interno do Senado Federal seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma tomada de contas especial junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com vistas ao esclarecimento dos seguintes pontos do Edital nº PND-01/96-LIGHT, relativos à alienação de ações ordinárias nominativas do capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A.; de titularidade das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS.

1. Estágio dos ajustes prévios de natureza financeira relacionados à formalização da dívida da Light junto à União Federal e à assunção, pela Eletrobras, de parte da dívida da Light junto à União (itens 5.2.1 e 5.2.2 do Edital nº PND-01/96-LIGHT).

2. Cronograma do processo, o qual prevê para a véspera do leilão das ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a divulgação dos resultados da pré-identificação dos candidatos, pela CLC, e o anúncio da habilitação ao Grupo de Controle, pelo DNAEE, sem a previsão de períodos apropriados para a interposição de eventuais recursos ou questionamentos por parte de quaisquer interessados no processo.

Justificação

A data para a realização do leilão da Light está marcada para o dia 18 de abril do corrente. Todos os documentos de avaliação da empresa pelos consultores contratados apontam para a necessidade de equalização dos débitos externos da empresa. Esta equalização passaria necessariamente pelo pagamento de parte dos débitos junto ao Tesouro Nacional, pela assunção em montante não determinado pela Eletrobras e pela necessária obtenção de wavers junto aos bancos credores internacionais.

O cronograma do processo licitatório não faz previsão de períodos apropriados para a interposição de eventuais recursos ou questionamentos por parte de quaisquer interessados no processo. Por exemplo está previsto para a véspera do leilão das ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a divulgação dos resultados da pré-identificação dos candidatos pela CLC, e o anúncio da habilitação ao Grupo de Controle, pelo DNAEE.

Após um longo período de indefinições, o BNDES publicou edital de privatização da Light, que deverá realizar-se através de leilão único. Após detalhada análise constatamos falhas que cremos, caso não sanadas, implicarão em pesado ônus para o Tesouro Nacional. Considerando o disposto na Constituição Federal solicito que o Tribunal de Contas da União realize uma tomada de contas especial com vista a responder nosso questionamento.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Aprovado o requerimento, será cummprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

São lidos os seguintes

OF. Nº 034/96 GLPDT

Brasília, 7 de março de 1996.

Senhor Presidente,

Cumpre-me informar a V. Exª a indicação do Senador Sebastião Rocha, para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a finalidade de apurar responsabilidade civil e criminal contra o Sistema Financeiro Nacional, criada através do Requerimento nº 198/96.

Atenciosamente, - Senadora **Júnia Marise**, Líder do PDT.

OFÍCIO Nº 046/96 - GLDPT

Brasília-DF, 8 de março de 1996.

Senhor Presidente,

Indico os senadores Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra, titular e suplente, respectivamente para integrarem como representantes do Partido dos Trabalhadores, a Comissão Parlamentar de Inquérito criada a partir do Requerimento nº 198, de 1996, destinada a apurar responsabilidade civil e criminal contra o Sistema Financeiro Nacional.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. - Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os ofícios lidos apontam os Senadores mencionados como membros da referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera o Decreto Legislativo nº 7, de 1995, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 50ª Legislatura.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem com base no art. 14, inciso VIII, alínea "a" do Regimento Interno, mas sem pretender discutir questões já decididas pela Presidência, até porque se trata de uma questão que, se eu tivesse base regimental, eu formularia como uma espécie de embargo de declaração, tendo em vista que pretendo exatamente o esclareci-

mento em face da decisão que V. Ex^a acaba de tomar.

V. Ex^a, respondendo à questão de ordem formulada pelo eminente Senador José Eduardo Dutra, disse que, com relação à composição da comissão e à abertura dos trabalhos, por exemplo, o assunto caberia aos partidos e aos Srs. Senadores, que se reuniriam para instalar a comissão e tomarem as devidas providências.

Na mesma oportunidade, V. Ex^a disse que respondia à impugnação que eu havia formulado alegando que essa era uma matéria da alçada da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação e por ela seria decidida.

Há dois entendimentos, Sr. Presidente. Com base nessa disposição, eu gostaria que V. Ex^a nos esclarecesse a respeito da decisão que tomou. Há o entendimento de que sete Senadores - e foi isso que ouvi há pouco - poderiam reunir-se a qualquer momento e constituir essa comissão, ou seja, abrir os trabalhos e, naturalmente, dar curso à comissão. Um segundo entendimento é o de que V. Ex^a devolveu a iniciativa aos partidos, tendo em vista serem eles realmente formuladores das indicações dos membros, cabendo à Presidência apenas homologar a decisão da indicação dos nomes, integrando, portanto, a comissão com os nomes indicados pelos partidos.

Em suma, Sr. Presidente, há aí uma dúvida entre aqueles que entendem que com qualquer número que se tenha - quatro, cinco ou sete - poder-se-ia constituir uma comissão, porque V. Ex^a devolveu a iniciativa aos Srs. Senadores e aos partidos que quiserem se apresentar para organizar a comissão, abrir e prosseguir com os trabalhos. Portanto, com qualquer número se poderia constituir uma comissão. Por outro lado, há aqueles - como eu - que entenderam que V. Ex^a havia deixado o assunto a todos os partidos - e não às minorias, que poderiam ser parcelas, fatias do todo, que seriam de treze, de oito, de sete ou minorias de seis ou cinco.

Peço a V. Ex^a o esclarecimento necessário para que a decisão de V. Ex^a possa ser entendida. E, naturalmente, se for o caso, a quem interessar possa, haverá a possibilidade de se formular o recurso cabível com base no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Primeiro, desejo esclarecer ao Senador José Ignácio Ferreira e a todo o Plenário que a única decisão tomada pela Mesa foi a de considerar a questão de ordem levantada pelo Senador José Eduardo Dutra improcedente. S. Ex^a pedia à Mesa que estabelecesse um prazo de 48 horas para os partidos indicarem seus respec-

tivos representantes nas referidas comissões, em face da não existência de prazo previsto no Regimento. Então, essa foi a única decisão.

A Mesa esclareceu, em seguida, aquilo que é a rotina desta Casa: quando se constitui uma comissão de inquérito, o Presidente da Casa, em ofício, solicita às Lideranças que indiquem à Mesa seus respectivos representantes. Isso a Mesa fez. Em seguida, os Srs. Líderes devem indicar seus representantes. A Mesa, o que tem a fazer? Apenas recebe o expediente e determina sua leitura e publicação. A instalação da comissão é uma decisão dos seus membros e dos Líderes, não do Presidente da Casa. O Presidente não tem decisão alguma, não instala comissão, não comparece a qualquer comissão. Todos os Srs. Senadores são membros de comissões, já instalaram comissões de inquérito e sabem que o Presidente não tem interferência nestas.

As questões constitucionais e regimentais são levantadas perante a comissão e podem ser dirigidas, se for o caso, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é soberana para decidir problemas constitucionais e regimentais que ali aparecerem.

A decisão que a Mesa tomou, e da qual se pode recorrer se não se conformar com ela, é com relação à questão de ordem do Senador José Eduardo Dutra, uma vez que a outra parte é apenas a indicação da rotina que esta Casa vem tendo ao longo de sua vida, sem qualquer outra interferência.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Pela ordem, tem a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que toda essa discussão está girando em torno, não sei se de uma prática, até porque estou há pouco tempo aqui no Senado, mas, me parece, de um certo costume no Senado, segundo o qual não se instalam comissões parlamentares de inquérito se, por acaso, um partido que tenha, pela proporcionalidade, vaga nessa comissão não indicar seus representantes.

Isso ocorreu com, pelo menos, uma CPI, que está para ser desarquivada, exatamente a CPI das Empreiteiras.

Esse método, ou essa forma adotada pelo Senado - não creio que tenha sido na Presidência de V. Ex^a; mas, por ser a Presidência institucional, criou-se uma certa jurisprudência aqui - é que gerou toda essa discussão que me parece profundamente

equivocada, até porque não deveríamos ter qualquer discussão desse tipo.

A Constituição, quando fala em CPI, diz exatamente que é instrumento de minoria. No entanto, aqui temos um absurdo: a maioria impede que a minoria exerça seu direito constitucional de criar uma CPI. E há algo ainda pior: essa prática do Senado dá o poder de veto a qualquer partido, seja ele maioria ou minoria. Isso, evidentemente, é inadmissível, atenta contra a lógica, porque é um veto de um partido qualquer. Se esse partido tiver direito a uma vaga em qualquer comissão temporária - inclusive CPIs, que são, constitucionalmente, um instrumento de minoria - e não indicar um membro, não se instala a comissão.

Isso ocorreu com a CPI das Empreiteiras. Não sei se com a CPI da CUT ocorreu o mesmo; na época, houve uma espécie de conluio. Agora, está acontecendo com a CPI dos Bancos. É nesse sentido que estranho toda essa discussão. Não deveria haver questão de ordem alguma.

Quero lembrar dois aspectos: se é omissa o Regimento do Senado, o Regimento da Câmara e o Regimento Comum, subsidiariamente, podem nos oferecer a solução. E mais: oferecem solução, inclusive bem recente. A CPI dos Bingos, que não é de boa memória - todos sabemos para o que se destinou e para que serviu aquela CPI -, traz o exemplo: dois grandes partidos, o PMDB e o PFL, se negaram a participar dessa CPI e, portanto, deixaram de indicar seus representantes. No entanto, a CPI não deixou de ser instalada. Não contou com Deputados do PMDB, nem do PFL, que são os dois maiores Partidos, mas a Comissão foi instalada, porque era direito de minoria.

Pois bem, essa discussão aqui no Senado, evidentemente, não teria cabimento se a Mesa cumprisse o que determina a Constituição e os Regimentos. Comissão parlamentar de inquérito é instrumento de minoria para fiscalizar e, portanto, deve-se instalar. Se os Partidos não indicarem, *ex-officio*, a Mesa o faz.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Não há questão de ordem a decidir.

O SR. ROBERTO FREIRE - É claro que não há.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado pela compreensão de V. Ex^a.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo, para uma questão de ordem.

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, talvez pelo meu desconhecimento das questões regimentais, tenho que formular um pedido através de uma questão de ordem. Entendo que a tendência é o desarquivamento de comissões parlamentares de inquérito; nesse sentido, penso que deveríamos desarquivar todas. Gostaria que a Mesa me orientasse sobre a forma de requerer o desarquivamento da comissão parlamentar de inquérito relativa às centrais sindicais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Geraldo Melo, o Senador Pedro Simon requereu o desarquivamento da comissão. A Mesa o atendeu, conforme S. Ex^a pediu. Endereçou e recorreu *ex-officio* à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre seu pedido, com o sentido, justamente, de evitar que houvesse qualquer obstáculo à tramitação do pedido do Senador Pedro Simon. De maneira que não houve iniciativa da Mesa.

O SR. GERALDO MELO - Desculpe, Sr. Presidente, mas não estou dizendo que houve iniciativa da Mesa, estou dizendo que gostaria de tomar eu uma iniciativa como Senador. Estou formulando a questão de ordem para que a Mesa me oriente sobre qual a conduta que, como Senador, devo seguir para que, em relação à CPI da CUT, também se peça o desarquivamento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Penso que V. Ex^a pode requerer como requereu o Senador Pedro Simon, e a Mesa terá o mesmo procedimento que teve em relação ao requerimento de S. Ex^a.

O SR. GERALDO MELO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ademir Andrade. Peço aos Srs. Senadores que sejam breves.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Serei breve, Sr. Presidente. Queria apenas informar que, na reunião que fizemos ontem com representantes de todas as entidades civis de nossa sociedade, estava presente o Presidente da CUT, Vicentinho, que declarou, Senador Geraldo Melo, com todas as letras, que seria uma enorme satisfação para sua Central Sindical que a CPI da CUT fosse, de fato, instalada e se pusesse a trabalhar.

O Presidente da CUT posicionou-se no sentido de abrir as contas, quebrar o sigilo bancário de todos os dirigentes daquela Central Sindical, e pediu,

no final das suas palavras, que não se usasse o argumento de que não se fez a CPI das Empreiteiras, nem a CPI da CUT para não se fazer a CPI do Sistema Financeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores que trataram do assunto que a Comissão sobre a CUT foi solicitada perante o Congresso Nacional e não perante o Senado Federal, e o pedido não foi feito nesta Legislação.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, fui citado nominalmente e gostaria de usar da palavra. V. Ex^a já me respondeu a questão de ordem e estou satisfeito. Apenas queria dizer que não falei, em momento algum, que essa CPI é contra a CUT ou contra qualquer pessoa.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Pediria aos Srs. Senadores que evitássemos a questão de ordem, a fim de iniciarmos a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, a leitura do requerimento do Senador José Eduardo Dutra foi, de certa forma, rápida, mas pude perceber que S. Ex^a solicitava outros procedimentos da Mesa em sua questão de ordem, inclusive que a Mesa adotasse supletivamente o Regimento Interno da Câmara e o Regimento Comum do Congresso para os procedimentos em relação aos quais o Regimento do Senado fosse omissivo. V. Ex^a, me parece, não respondeu a essas questões, se é que de fato elas constam do requerimento, mas somente àquela do prazo de 48 horas que S. Ex^a pedia.

Sobre a segunda questão, complementando o que disse o Senador Roberto Freire, imaginemos que, quando foi instalada a CPI do PC Farias - que depois se transformou na Comissão do **impeachment** de Collor -, o PRN tivesse uma vaga na CPI e não indicasse o seu representante. A CPI teria deixado de existir?

Creio que este é um precedente muito grave que se pode abrir no Senado da República: um partido composto de 3 membros, como o PDT, que tem direito a uma vaga numa CPI composta de 13 membros, deixa de indicar um representante e por isso a CPI não é instalada. Não sei se ouvi mal, mas me parece que havia essas duas outras questões.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, no exercício da liderança do PDT, para ser solidário com V. Ex^a, que tem atuado de forma ética, correta, no exercício da Presidência. O PDT tem entre os seus integrantes, e até como uma linha partidária, divergências em nível político com V. Ex^a ou até mesmo com o seu partido, mas nessa questão da CPI o PDT trouxe a sua solidariedade, porque no momento em que V. Ex^a interveio no assunto o fez como Presidente da Casa e não simplesmente no exercício do mandato de Senador. Por isso a nossa solidariedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado, Senador Sebastião Rocha. A questão levantada por V. Ex^a já foi decidida pela Mesa. A síntese do requerimento do Senador José Eduardo Dutra era no sentido de a Presidência estabelecer, na omissão regimental sobre os prazos, um prazo de 48 horas.

O Senado não dá exemplo errado não instalando as comissões. Essa é uma questão a ser decidida no âmbito de cada comissão para ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Recordo-me agora a Secretaria-Geral da Mesa que a CPI da Mineração foi designada e instalada sem que todos os partidos tivessem indicado representantes para ela.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero registrar que a questão de ordem que levantei não se limita à questão das 48 horas, mas me reservo o direito de reapresentá-la de maneira diferente em outra oportunidade.

Contudo, para deixar esclarecida a pergunta feita pelo Senador José Ignácio se para essa CPI vale o art. 108, ou seja, se as comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros. Se houver sete membros, após a indicação dos partidos, a CPI é instalada e elege o Presidente, Vice-Presidente e Relator?

Essa, Sr. Presidente, é a pergunta que, a meu ver, o Plenário quer seja respondida de forma mais clara, embora me reserve o direito de apresentar questão de ordem relativa aos outros pontos, ou seja, de indicação, pelo Presidente, dos membros em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Muito obrigado, Senador José Eduardo Dutra.

A Mesa respondeu a V. Ex^a quando disse que as comissões estavam funcionando mesmo sem que todos os partidos houvessem indicado membros para elas. Essas questões são levantadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.546, de 1995, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1991 (nº 4.827/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 240, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 315, combinando com o art. 279, c do Regimento Interno, requeiro o adiamento da votação do Requerimento nº 1.546, de 1995, a fim de ser realizada na sessão de 25 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. - **Edison Lobão.**

REQUERIMENTO Nº 241, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 315, combinado com a alínea c do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Requerimento nº 1.546/95 a fim de ser feita na sessão de 25 de abril;

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. - **Júlio Campos.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o requerimento do Senador Edison Lobão.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica adiada a votação da matéria.

Fica prejudicado o requerimento nº 241, de 1996, do Senador Júlio Campos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.587, de 1995, do Senador Roberto Requião, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que revoga o Decreto-lei nº 9.215, de 30.04.46, e dá outras providências.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 242, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 315 do Regimento Interno, solicito o adiamento, por 30 dias úteis, da votação do Requerimento nº 1.587/95, constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Justificação

Embora não sejamos contrários à apreciação do projeto, pelo Plenário, tendo em vista que o prazo destinado ao exame pela Comissão de Educação já tenha, em muito, se esgotado, parece-nos prudente que sobre a matéria seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 14 de março de 1996. - Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Em votação o requerimento de adiamento da votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Requerimento nº 1.587, de 1995, retornará à Ordem do Dia em 25 de abril de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.589, de 1995, do Senador Roberto Requião, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação

da alínea "e" do artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, e dá outras providências.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1995, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 13, de 1996, do Senador Roberto Requião, solicitando, nos termos regimentais, seja incluído em Ordem do Dia, o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1995, de autoria do Senador Joel de Hollanda, que denomina "Governador Nilo Coelho" a BR-428, no Estado de Pernambuco.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1995, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 37, de 1996, do Senador Odacir Soares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1995-Complementar, de sua autoria, que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos da administração direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no art. 37, inciso VII, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 7/96-CCJ

Brasília, 14 de março de 1996

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do que dispõe o parágrafo único do art. 255 do Regi-

mento Interno do Senado Federal, esta Presidência nada tem a opor quanto à inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 94/95-Complementar, de autoria do Senador Odacir Soares, que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos da administração direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no art. 37, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências.

Atenciosamente, - Senador Iris Rezende, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1995-Complementar, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Item 6:

REQUERIMENTO Nº 209, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 1996, do Senador Carlos Bezerra e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 17, de 1996, que altera a Resolução nº 69, de 1995, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia de 12 do corrente, quando teve a sua votação adiada para hoje.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do quarto dia útil subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1995 (nº 4.865/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 674, de 1995, e 37, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento: favorável à emenda nº 1, de Plenário.

Em discussão, em conjunto, o projeto e a emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a emenda de parecer favorável.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1995

(Nº 4.865/94, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, são cobradas de acordo com as normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º Rege-se pela legislação estadual respectiva a cobrança de custas nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal.

§ 2º As custas previstas nas tabelas anexas não excluem as despesas estabelecidas na legislação processual não disciplinadas por esta lei.

Art. 2º O pagamento das custas é feito mediante documento de arrecadação das receitas federais, na Caixa Econômica Federal – CEF, ou, não existindo agência desta instituição no local, em outro banco oficial.

Art. 3º Incumbe ao Diretor de Secretaria fiscalizar o exato recolhimento das custas.

Art. 4º São isentos de pagamento de custas:

I – a União, os Estados, os Municípios, os Territórios Federais, o Distrito Federal e as respectivas autarquias e fundações;

II – os que provarem insuficiência de recursos e os beneficiários da assistência judiciária gratuita;

III – o Ministério Público;

IV – os autores nas ações populares, nas ações civis públicas e nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais feitas pela parte vencedora.

Art. 5º Não são devidas custas nos processos de **habeas corpus e habeas data**.

Art. 6º Nas ações penais subdivididas as custas são pagas ao final pelo réu, se condenado.

Art. 7º A reconvenção e os embargos à execução não se sujeitam ao pagamento de custas.

Art. 8º Os recursos dependentes de instrumento sujeitam-se ao pagamento das despesas de traslado.

Parágrafo único. Se o recurso for unicamente de qualquer das pessoas jurídicas referidas no inciso I do art. 4º, o pagamento das custas e dos traslados será efetuado a final pelo vencido, salvo se este também for isento.

Art. 9º Em caso de incompetência, redistribuído o feito a outro juiz federal, não haverá novo pagamento de custas, nem haverá restituição quando se declinar da competência para outros órgãos jurisdicionais.

Art. 10. A remuneração do perito, do intérprete e do tradutor será fixada pelo Juiz em despacho fundamentado, ouvidas as partes e à vista da proposta de honorários apresentada, considerados o local da prestação do serviço, a natureza, a complexidade e o tempo estimado do trabalho a realizar, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 33 do Código de Processo Civil.

Art. 11. Os depósitos de pedras e metais preciosos e de quantias em dinheiro e a amortização ou liquidação de dívida ativa serão recolhidos, sob responsabilidade da parte, diretamente na Caixa Econômica Federal, ou, na sua inexistência no local, em outro banco oficial, os quais manterão guias próprias para tal finalidade.

§ 1º A remuneração dos depósitos em dinheiro observará as mesmas regras das cadernetas de poupança.

§ 2º O levantamento dos depósitos a que se refere este artigo dependerá de alvará ou de ofício do Juiz.

Art. 12. A unidade utilizada para o cálculo das custas previstas nesta lei é a mesma utilizada para os débitos de natureza fiscal, considerando-se o valor fixado no primeiro dia do mês.

Art. 13. Não se fará levantamento de caução ou de fiança sem o pagamento das custas.

Art. 14. O pagamento das custas e contribuições devidas nos feitos e nos recursos que se processam nos próprios autos efetua-se da forma seguinte:

I – o autor ou requerente pagará metade das custas e contribuições tabeladas, por ocasião da distribuição do feito, ou, não havendo distribuição, logo após o despacho da inicial;

II – aquele que recorrer da sentença pagará a outra metade das custas, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de deserção;

III – não havendo recurso e cumprindo o vencido desde logo a sentença, reembolsará ao vencedor as custas e contribuições por este adiantadas, ficando obrigado ao pagamento previsto no inciso II;

IV – se o vencido, embora não recorrendo da sentença, oferecer defesa à sua execução, ou embargar seu cumprimento, deverá pagar a outra metade, no prazo marcado pelo Juiz, não excedendo de três dias, sob pena de não ter apreciada sua defesa ou impugnação.

§ 1º O abandono ou desistência de feito, ou a existência de transação que lhe ponha termo, em qualquer fase do processo, não dispensa o pagamento das custas e contribuições já exigíveis, nem dá direito a restituição.

§ 2º Somente com o pagamento de importância igual à paga até o momento pelo autor serão admitidos o assistente, o litisconsorte ativo voluntário e o oponente.

§ 3º Nas ações em que o valor estimado for inferior ao da liquidação, a parte não pode prosseguir na execução sem efetuar o pagamento da diferença de custas e contribuições, recalculadas de acordo com a importância a final apurada ou resultante da condenação definitiva.

§ 4º As custas e contribuições serão reembolsadas, a final pelo vencido, ainda que seja uma das entidades referidas no inciso I do art. 4º, nos termos da decisão que o condenar, ou pelas partes, na proporção de seus quinhões, nos processos divisórios e demarcatórios, ou suportadas por quem tiver dado causa ao procedimento judicial.

§ 5º Nos recursos a que se refere este artigo o pagamento efetuado por um recorrente não aproveitada aos demais, salvo se representados pelo mesmo advogado.

Art. 15. A indenização de transporte, de que trata o art. 60 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, destinada ao ressarcimento de despesas realizadas com a utilização do meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, será paga aos Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho da Justiça Federal, que fixará também o percentual correspondente.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se como serviço externo as atividades exercidas no cumprimento das diligências fora das dependências dos Tribunais Regionais Federais ou das Seções Judiciárias em que os Oficiais de Justiça estejam lotados.

Art. 16. Extinto o processo, se a parte responsável pelas custas, devidamente intimada, não as pagar dentro de quinze dias, o Diretor da Secretaria encaminhará os elementos necessários à Procuradoria da Fazenda Nacional, para sua inscrição como dívida ativa da União.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, alterada pelas Leis nºs 6.789, de 28 de maio de 1980, e 7.400, de 6 de novembro de 1985.

TABELA DE CUSTAS

TABELA I

Das Ações Cíveis em Geral

a) Ações cíveis em geral: um por cento sobre o valor da causa, com o mínimo de dez Ufir e o máximo de mil e oitocentas Ufir;

b) processo cautelar e procedimentos de jurisdição voluntária: cinquenta por cento dos valores constantes da letra a;

c) causas de valor inestimável e cumprimento de carta rogatória: dez Ufir.

TABELA II

Das Ações Criminais em Geral

a) ações penais em geral, pelo vencido, a final: duzentas e oitenta Ufir;

b) ações penais privadas: cem Ufir;

c) notificações, interpelações e procedimentos cautelares: cinquenta Ufir.

TABELA III

Da Arrematação, Adjudicação e Remição

Arrematação, adjudicação e remição: meio por cento do respectivo valor, com o mínimo de dez Ufir e o máximo de mil e oitocentas Ufir.

Observação:

As custas serão pagas pela interessada antes da assinatura do auto correspondente.

TABELA IV**Das Certidões e Cartas de Sentenças**

Certidões em geral, por folha expedida:

- a) mediante processamento eletrônico de dados: quarenta por cento do valor da Ufir;
- b) por cópia reprográfica: dez por cento do valor da Ufir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte

PARECER Nº 108, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1995 (nº 4.865, de 1994, na Casa de origem.)

A Comissão Diretora apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1995 (nº 4.865, de 1994, na Casa de origem), que dispõe sobre as custas devidas à União na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de março de 1996. - **José Sarney**, Presidente - **Ney Suassuna**, Relator - **Odacir Soares** - **Antonio Carlos Valadares** - **Eduardo Suplicy**.

ANEXO AO PARECER Nº 108, DE 1996

Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de Primeiro de Segundo Graus e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1, de Plenário)

Dê-se ao § 1º do art. 11 a seguinte redação:

Art. 11.

§ 1º Os depósitos efetuados em dinheiro observarão as mesmas regras das cadernetas de poupança, no que se refere à remuneração básica e ao prazo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - O parecer lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 243, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requiro a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1995 (nº 4.865/4, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências Sala das Comissões, 14 de março de 1996.

Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) - Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores; "então é honesto, a cada crise, deixar morrer de fome os trabalhadores para salvar os dividendos dos acionistas"? Palavras escritas por Émile Zola.

Abalados por sucessivos escândalos surgidos no meio bancário envolvendo bancos privados e oficiais - que produziram rombos incalculáveis no setor financeiro -, 29 Senadores quiseram demonstrar, com seu apoio ao requerimento de nossa iniciativa criando a CPI, que não poderiam permanecer indiferentes a essa onda de abusos.

Torna-se incompreensível para o cidadão comum a injeção de recursos, somente no caso do Nacional, de R\$5,800 bilhões, para permitir a sua incorporação ao Unibanco, depois de ter sido o primeiro flagrado praticando atos fraudulentos de maquiagem de balanços e empréstimos fictícios. O rombo do Nacional foi cinco vezes maior do que o praticado pelo Banco da Rainha da Inglaterra, em função do qual a instituição financeira foi lacrada pelo governo

e, incontinenti, o responsável mandado para a cadeia.

Igualmente não podemos admitir que numa conjuntura econômica de crise como a que estamos vivendo, onde empresários de pequeno e grande porte passam por imensas dificuldades com a retração de crédito - em face das altas taxas de juros cobradas pelos bancos - o dinheiro precioso do sistema financeiro esteja sendo malbaratado, enquanto surgem no Brasil milhares de desempregados e centenas de empresas falidas.

É difícil entender, Sr. Presidente, como, em nome da estabilização da moeda, dê-se preferência a salvar bancos quebrados ao invés de se priorizar os setores produtivos da nossa economia, como a indústria, a agricultura e o comércio, os quais, reativados com a política de contenção de juros, contribuiriam, sem dúvida, com o aumento da renda e da receita da Nação para desenvolver setores sociais estratégicos como a educação, a saúde, a habitação etc. Sem essa preocupação, quando menos se espera, a estabilização tão badalada e perseguida deixa de existir, causando inflação, desemprego e maiores danos sociais à população brasileira.

É inconcebível para a maioria das pessoas tomar conhecimento de que um banco fantasma, o Nacional, que conseguiu "ocultar" do Banco Central a sua contabilidade ilícita por dez anos consecutivos e apresentar aos seus correntistas e investidores um quadro de saúde financeira favorável, tenha dado, com uma banca paralela de empréstimos arditos, um rombo de mais de R\$5 bilhões e ainda assim nada aconteceu até agora contra os responsáveis por tamanha fraude, nem tampouco o Governo manifestou a mínima preocupação em transferir do compulsório recursos tão massivos para preservar a qualquer custo, numa negociação com o Unibanco, até mesmo a parte ruim do banco infrator, a única que sobrou para o Banco Central.

Outra indagação que persiste entre nós Senadores é a de que como o Governo pode criar, logo em cima de escândalo tão movediço do Nacional, um Programa de Apoio aos Bancos - Proer, e tenha escolhido como sendo o primeiro a receber a assistência generosa e rápida deste instrumento logo aquele cujas fraudes mais chamaram a atenção da opinião pública?

Por outro lado, é importante que todas as camadas sociais e políticas de nosso País, independentemente de cor partidária, a imprensa e a sociedade civil organizada, dêem incentivo aos Senadores que tomaram a iniciativa da criação da CPI.

Repudiamos qualquer insinuação maldosa e inconsequente, parta de onde partir, de que a Oposição, que realmente teve a idéia e impulsionou a formação da CPI no Senado, tenha sido usada como instrumento da volúpia de grupos políticos queixosos com o Presidente da República.

Pretendem desviar o eixo da discussão, isto é, a apuração pelo Senado das escandalosas fraudes do sistema financeiro, e tirar o mérito da proposição da CPI, que, ao invés de ser criticada por determinados setores da imprensa nacional, deveria ser recebida como um grande alento à normalização do setor que, em muitos casos, durante anos e anos, afronta a lei como se fosse um Estado agindo dentro do Estado, imune a uma fiscalização mais profunda, inclusive por parte do Legislativo.

A CPI foi criada e ponto! Agora é viabilizá-la, convencendo as lideranças partidárias a indicarem logo os seus membros. Nenhuma justificativa para não apoiá-la, uma vez que, dependendo da vontade dos partidos que compõem a maioria governista, a CPI tanto pode ser mais ampla como mais restrita. Tanto pode abarcar os atos do Banco Central, praticados neste Governo como em governos passados, tendo em vista que o Senado tem autonomia para assim proceder. Qualquer que seja a delimitação da CPI, fatalmente com a abertura da caixa preta do Banco Central, haveremos de descobrir a ponta do **iceberg** que tem causado a fragilidade do sistema financeiro e a permissividade de suas práticas fraudulentas.

O Sr. Vilson Kleinübing - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Senador Vilson Kleinübing, logo em seguida, quando terminar a leitura de nosso discurso, passarei a V. Ex^a a palavra, com muito gosto; e terei tempo suficiente, porque disponho de uma hora para debater o assunto. Anote V. Ex^a todos os pontos com os quais concorda ou discorda, que nós debateremos com a maior tranquilidade. Sentir-me-ei muito honrado com o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Lúcio Alcântara - Em seguida, Senador Antônio Carlos Valadares, gostaria que V. Ex^a me concedesse também um aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Concederei o aparte ao Senador Vilson Kleinübing, Vice-Líder do Governo, a V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara, ao Líder do nosso Partido, Senador Ademir Andrade, como também ao Senador Beni Veras.

Como reza a Constituição em seu art. 192, o Sistema Financeiro Nacional existe para promover o

desenvolvimento do país e atender aos interesses da coletividade. Se em dado momento o conjunto de bancos desse mesmo Sistema fere as normas do Poder Legislativo, não pode este Poder Legislativo cruzar os braços, permitindo a impunidade e acobertando a imoralidade.

É uma falácia a afirmação do Governo e de seus representantes no Congresso de que a abertura de uma CPI dos bancos poderia gerar uma crise no sistema financeiro e colocar em perigo o Plano Real. Se as forças estão em queda, a causa predominante apontada pelos especialistas relaciona-se com a mudança conjuntural das taxas de juros que foram aumentadas nos Estados Unidos, o que provocou, não só naquele país como na Europa e no mundo inteiro, uma inversão negativa na bolsa de valores.

Certamente que a política terrorista disseminada nos últimos dias pela mídia e tendo como principal responsável o Governo - na tentativa de se livrar da CPI - apavora o mercado financeiro com as suas insinuações de que o propósito do Senado é o de voltar-se para uma investigação envolvendo todos os bancos, falidos ou não, o que resulta na incerteza de depositantes e investidores se o seu dinheiro estaria realmente seguro, quando o Banco Central, que deveria se portar como verdadeiro guardião da moeda, tem-se mostrado na prática um órgão fiscalizador deficiente, ineficaz e benevolente.

O Governo apavora-se com a instalação da CPI no Senado e adota num episódio uma conduta ao menos temerária e infeliz, pois que apoiando-a dirá ao povo que nada tem a temer, pois "quem não deve não teme", além de contribuir, com esse gesto democrático, para a tranquilidade do mercado financeiro, cuja fragilidade, como já vimos, atinge só uma parte dos bancos, justamente aqueles que já vinham há muito tempo empreendendo negociatas e atuando de forma artificial.

A CPI se propõe a desvendar possíveis atos criminosos de funcionários públicos e banqueiros que possam ter provocado prejuízos à União e, em especial, ao Banco Central. Ao seu final, o Ministério Público tomará conhecimento, em todos os seus pormenores, das irregularidades praticadas contra o sistema financeiro, bem como apontará os culpados que responderão perante a justiça pelos crimes por acaso cometidos.

É importante assinalar ainda que a CPI, baseada em resultados colhidos em depoimentos e provas documentais, proporá a adoção de uma nova estrutura jurídica, acabando com os vazios que ajudam a

estruturar a fraude, e que dê maior vigor às investigações e punições, de tal modo que banqueiros inescrupulosos possam ser colocados na cadeia sem maiores delongas.

Relatórios reservados sobre a situação dos bancos falidos (como o Banespa, Banerj, Econômico, Nacional, Mercantil de Pernambuco e outros) podem ter sido encaminhados por fiscais do Banco Central - como se suspeita no seio do Senado - à alta direção da instituição, e ali, por pressão política, teriam sido arquivados, sem nenhuma consequência para aqueles bancos nem para os seus dirigentes.

Afirmar que o Proer, que funciona com recursos retirados do compulsório, não causa nenhum transtorno ao Tesouro é querer ludibriar a sociedade brasileira, pois é sabido que proteger esses rombos significa que o Governo é obrigado, para evitar a alta dos preços, a vender títulos públicos, retirando reais da economia e aumentando a sua dívida interna.

A esse respeito, aliás, leia-se a reportagem na Folha de S. Paulo, edição de quarta-feira, 13 de março de 1996, onde encontramos dados que mostram que a crise bancária provocou entre novembro de 95 e janeiro de 96 uma elevação da dívida de cerca de R\$13,788 bilhões. Segundo essa reportagem, da responsabilidade do Jornalista Gustavo Patu (da Sucursal de Brasília), os "juros da dívida interna pressionaram diretamente os gastos do Tesouro Nacional e colaboraram com o aumento do déficit no caixa do Governo". Somente na operação da compra do Nacional pelo Unibanco, os gastos realizados pelo Proer "superaram as compras de dólares pelo Governo (R\$3,885 bilhões entre novembro/95 e janeiro/96), até então a causa maior do endividamento federal". Assim, mais cedo ou mais tarde, tais procedimentos do BC se refletirão na alta da inflação e do custo de vida, atingindo principalmente as camadas mais pobres da população.

Conforme então estamos a demonstrar, com argumentos e dados irrefutáveis, o que está perigando a estabilização da nossa economia não é a constituição da CPI, são as mazelas do sistema bancário, praticadas ao longo de muitos anos, onde prevaleceram sempre a impunidade e a ocultação das fraudes. É a frouxidão da fiscalização do Banco Central; é o conluio entre altos funcionários desta instituição e bancos privados - com olho em algum emprego a ser conseguido no futuro; é a informação tendenciosa do Governo, que articula uma verdadeira orquestração contra a CPI, criando insegurança no mercado para atrair a atenção da opinião pública e sensibilizá-la ante um pretenso perigo de uma investigação

mais independente e mais transparente, cuja condução será de perto acompanhada pelo povo brasileiro.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, espera o povo brasileiro que sejamos dignos do mandato que nos foi outorgado!

Não nos intimidemos face às ameaças claras ou veladas, porque se há reformas em discussão, talvez nenhuma delas seja tão importante quanto uma reforma bancária, já que a contenção da ganância do capital começará com o êxito da CPI, que assegurará maiores conquistas sociais para o Brasil.

Agora atenderei ao apelo do nobre Senador Vilson Kleinübing. V. Ex^a tem o aparte solicitado.

O Sr. Vilson Kleinübing - Senador Antonio Carlos Valadares, ouvi atentamente o discurso de V. Ex^a, e quero tecer alguns comentários sobre o que acabou de proferir, como Senador da República, como cidadão e como uma pessoa que dificilmente ocupa a tribuna, até porque procuro pensar muito antes de me manifestar, aqui, no plenário. Queria fazer algumas correções nas colocações de V. Ex^a, pelo menos tentar, dentro da minha visão, já que a verdade não é absoluta para ninguém. A primeira delas: sou Relator de uma das medidas do Proer, e desde que ele foi criado tenho me manifestado publicamente sobre o assunto e tenho feito isso até com um pouco de orgulho, porque pertencço a um Estado que não tem nenhum banqueiro. Nós somos construtores de fábricas, e tenho dito isso aqui. Mas o Proer não é um programa de financiamento que não tenha taxa de juros, ele tem taxa de juros. Ouvimos aqui publicamente, a menos que a autoridade monetária tenha mentido a todos nós. Aliás, é verdade, nos documentos do Banco Central isso é colocado. Existe uma taxa de juros que é de aproximadamente 26%, e o Banco Central capta a taxas de 24%, portanto, há até uma diferença pró Banco Central de 2%, nesse programa de financiamento chamado Proer. Podemos discutir a sua amplitude, os seus limites, mas não podemos dizer ao povo brasileiro que o Proer é de graça. Ele é um financiamento e os recursos não são do Tesouro Nacional, é um financiamento que vem do depósito compulsório das próprias instituições financeiras dentro do Banco Central. Segunda questão: há um conluio com o Banco Nacional. Então, hoje não li jornal, ninguém leu. O Banco Central já fez uma denúncia contra os administradores do Banco Nacional, denúncia essa que está no Ministério Público. Aliás, esta é a missão do Banco Central. Depois de ter o inquérito, encaminhar ao Ministério Público. Esta também vai ser a

missão da CPI. Se instalada a CPI e se encontrar alguma coisa errada, ela vai encaminhar o inquérito ao Ministério Público. Foi encaminhado com a relação de todos os diretores envolvidos no processo de fraude, em operação de 625 contas, trabalho feito pelos funcionários do Banco Central, que não são funcionários do Governo e, sim, do povo brasileiro. Funcionários do Governo são a diretoria do Banco Central. Os funcionários do Banco Central são funcionários nossos, do povo brasileiro. Os diretores são funcionários do Governo, através da nossa indicação. O inquérito foi para o Ministério Público. Devemos cobrar do Ministério Público com a mesma veemência. Que o Ministério Público faça a denúncia e que a Justiça se pronuncie. Já tivemos a CPI, interna, no próprio Congresso Nacional. A parte política já foi resolvida, com relação aos Parlamentares que perderam seus mandatos. Mas os inquéritos estão todos no Ministério Público e até hoje não foram punidos penalmente. Outra questão: não é possível que não consigamos dar essa informação correta ao povo brasileiro. O Governo ajudou os pequenos na causa da agricultura, por pressão nossa do Congresso. O financiamento da agricultura é de 16% de taxa fixa ao ano, desde 1979 que não existe financiamento agrícola com taxa fixa de 16%, como foi a deste ano, e foi uma pressão legítima dos agricultores através do Congresso Nacional. O Governo, por pressão nossa, do Senado da República, criou um programa, o Proer, para os Estados; doze Estados já assinaram o programa de saneamento de suas contas públicas - foi criado esse programa. O Governo já instituiu um sistema de financiamento da pequena e média empresa. Vi em seu discurso V. Ex^a fazendo o comentário de que a pequena empresa não está sendo atendida. O último voto do Conselho Monetário Nacional estabeleceu, inclusive, que esse financiamento não tem IOF, não tem imposto, não tem depósito compulsório, não tem prazo de carência, os bancos podem fazer o atendimento dessas pequenas empresas com toda a liberdade e com todo o critério. O problema é que essas pequenas não têm cadastro bancário. Então, precisamos modificar o sistema de garantia das pequenas empresas pelas quais estamos lutando. Não lhe tirando as razões sobre uma série de observações que V. Ex^a fez, e eu só gostaria de corrigir com esses atos. Agora, o que é fundamental - é V. Ex^a tem notado que estou batalhando aqui desde o dia em que cheguei, fiz sempre isso durante minha vida pública, e posso fazê-lo até com muita autoridade, Senador Antonio Carlos Valadares. Porque enquanto admi-

nistrador público, ainda não assinei um papagaio em banco, enquanto administrador público não paguei juros a banco. Quer dizer, não permiti que o órgão que eu administrava pagasse juros ao banco. Agora, não são só os juros que aumentam a despesa pública, a despesa pública, por anos seguidos, sendo maior do que a receita, criou um endividamento público gigantesco nos Municípios, Estados e União, e esse endividamento não temos capacidade de controlar. V. Ex^a mesmo é testemunha aqui dentro do Senado de quantas vezes eu disse: pelo amor de Deus vamos parar de autorizar o endividamento público. Vamos parar de autorizar a rolagem de títulos e mais títulos, isso é uma benesse para o Sistema Financeiro. Nós estamos praticando um crime até de mau uso do dinheiro público, quando permitimos que um título público perca o seu valor com taxa de juros cada vez mais elevada transferindo para o recurso público. Por último, Senador Antonio Carlos Valadares, não foi transferido nenhum recurso para os banqueiros do Banco Nacional. Eles cometeram a fraude antes. Os atuais administradores do Banco Central bloquearam os bens deles, e de seus herdeiros; bloquearam os bens dos antigos diretores do Banco Econômico. Há muitas questões a serem esclarecidas. Até convergimos em alguns pontos. Mas essas informações, de justiça, temos que fazer à atual equipe econômica que lá está. Fez um programa de saneamento dos Estados, doze já assinaram, mais seis vão assinar, fez um programa de securitização da agricultura com benefício para o pequeno, com uma taxa de 16%, fez um programa para a pequena empresa que ainda não está em vigor por problemas de cadastro, e o Proer tem uma taxa de juros. Até gostaria de saber, com toda clareza, nesse aspecto; será que estou lendo jornais diferentes de V. Ex^{as}? Será que estou acompanhado questões diferentes de V. Ex^{as}? Quanto à questão da CPI, V. Ex^a tem todo o direito de lutar por ela. Eu prefiro até que o Governo cumpra com a sua missão e nós com a nossa, preferia que o Governo não falasse nunca para nunca ter CPI, porque CPI é necessária, é um instrumento que está na legislação, mas sempre vou torcer para que o Governo não erre nunca, e possamos legislar, e não ficarmos sempre submetidos a esse processo tenso que é uma CPI sobre qualquer segmento ou atitude no Brasil. É esse o esclarecimento que queria fazer do ponto de vista do cidadão. Não estou aqui falando como Vice-Líder do Governo, mas como quem está acompanhando, como Senador de Santa Catarina, procedimentos que beneficiaram meu Estado e segmentos econômicos do

meu Estado e como relator da segunda medida provisória do Proer, cujo primeiro artigo diz o seguinte: "Fica o Banco Central autorizado a bloquear os bens de todos os proprietários, controladores e diretores dos bancos submetidos ao Proer." Para que o Proer exista, é necessário que os donos, os controladores e os diretores saiam da instituição e tenham todos os seus bens bloqueados. Essa lei existe.

Muito obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Senador Vilson Kleinübing, compreendo a posição de V. Ex^a como Vice-Líder do Governo, como Senador que nesta Casa realmente vela contra o endividamento dos Estados e da União. Acompanhei seu trabalho desde o início. Inclusive quando da discussão do Fundo de Estabilização Fiscal, tivemos oportunidade de dizer aqui no plenário, quando da sua aprovação, que esse Programa de saneamento do Governo Federal imposto aos Estados, ao invés de melhorar a vida dos Estados, está piorando, porque eles estão tomando dinheiro emprestado à Caixa Econômica Federal e remetendo para as assembleias legislativas projetos que são verdadeiras cópias daquilo que o FMI exige do Governo Federal: demissão de funcionários públicos, enxugamento. Enfim, geram mais problemas sociais para os governos estaduais do que os resolvem...

... **O Sr. Vilson Kleinübing** - Assina quem quer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Ouvi V. Ex^a com maior respeito e silêncio e gostaria que V. Ex^a me ouvisse. Se V. Ex^a quiser voltar ao tema, eu o ouvirei com prazer.

O Sr. Lúcio Alcântara - Estou aguardando, Senador, aqui na fila. Peço-lhe um aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Pois não, será um prazer também ouvi-lo, Senador Lúcio Alcântara.

O Fundo de Estabilização Fiscal retirou dos Estados mais de R\$3 bilhões. Aí o Líder do nosso Partido, Ademir Andrade, apresentou uma emenda constitucional, que teve assinatura regimental para a sua tramitação. Depois, o Governo pediu aos Senadores que retirassem as assinaturas.

O único Governador que se preocupou com isso e teve condições de trabalhar junto ao Senado foi o Governador Miguel Arraes*, do Estado de Pernambuco, que solicitou ao seu Partido aqui no Senado essa emenda que amenizava a parte referente ao Fundo de Participação dos Estados, que está, em parte, sendo distribuído para a União.

De outro lado, o Proer, que é o programa de apoio aos bancos, não deveria, a meu ver, existir

num Estado em crise, como é o Estado brasileiro. Eu não sei - talvez V. Ex^{as} saibam - se existe proer na Inglaterra, para salvar os bancos falidos ou acobertar rombos de bancos que cometeram fraudes.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Senador Antonio Carlos Valadares, o tempo de V. Ex^a já se esgotou em sete minutos. Há outros oradores inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, V. Ex^a pode me conceder mais tempo, para que eu possa ouvir alguns Srs. Senadores?

Quanto à denúncia do Ministério Público, é uma pena que tenha ocorrido depois que saiu estampado em todos os jornais o noticiário de que a CPI poderia ser instalada.

O Sr. Ademir Andrade - Senador Antonio Carlos Valadares, uso da palavra para prestar um esclarecimento à Mesa e socorrer V. Ex^a em relação à questão de tempo.

Sr. Presidente, o Senador Antonio Carlos Valadares não está falando pela Liderança. S. Ex^a era o primeiro inscrito para a fase posterior a Ordem do Dia. Teria, portanto, 50 minutos para falar, e não 20 minutos. Houve um engano. Na verdade, S. Ex^a não conseguiu falar por causa das comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Senador Ademir Andrade, o Senador Antonio Carlos Valadares está falando como Líder do seu Partido e já ultrapassou o seu tempo em sete minutos. S. Ex^a também está inscrito como orador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, ainda insisto em que gostaria de ouvir os demais Senadores.

Em sessão, eu havia pedido ao Presidente José Sarney para falar logo após a Ordem do Dia, mas S. Ex^a me concedeu a palavra como Líder. Na realidade, o Senador Ronaldo Cunha Lima iria falar como Líder. Pedi-lhe, então, em face da importância do assunto, que me deixasse falar primeiro.

Gostaria de saber se posso falar por mais tempo, para dar oportunidade aos colegas de apartear-me.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Como Líder, V. Ex^a tem direito a 20 minutos. V. Ex^a antecipou-se pedindo para falar como Líder, e seu tempo como Líder está esgotado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Permite V. Ex^a que eu conceda um aparte ao nobre Senador Lúcio Alcântara, que, tenho a certeza, irá ilustrar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) -

Como o pronunciamento de V. Ex^a toma-se importante nesta Casa, a Mesa concede mais alguns minutos para que possamos ouvir o aparte do Senador Lúcio Alcântara. Solicito ao nobre Senador que seja breve.

O Sr. Lúcio Alcântara - Na verdade, pretendo cingir-me a um dos episódios que ocorreu no bojo dessa discussão sobre a CPI. Aliás, quero contestar a afirmação que V. Ex^a fez hoje a propósito do Governador Tasso Jereissati. Nós, homens públicos, em função da nossa própria atividade, somos passíveis da crítica. Toda posição que tomamos - e, ainda, ontem, dizia isso neste plenário - todo o voto que proferimos, toda a opinião que esposamos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Eu não estava falando sobre este assunto agora.

O Sr. Lúcio Alcântara - Vem a pretexto justamente do discurso de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Se V. Ex^a resolve falar sobre o Governador Tasso Jereissati, acho bom porque irresponsável foi o Governador do Ceará ao pronunciar no Japão...

O Sr. Lúcio Alcântara - Com todo o respeito, V. Ex^a acabou de dizer que ouviu calado o Senador Wilson Kleinübing. Ou V. Ex^a concede o aparte, ou não o concede. É um direito de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Concedo o aparte a V. Ex^a. Mas respeito é bom, e o Governador Tasso Jereissati...

O Sr. Lúcio Alcântara - Serenidade, serenidade no debate e na discussão! Tenho o maior respeito, a maior consideração...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Serenidade eu tenho. Mas não posso ter serenidade recebendo o nome de irresponsável e leviano.

O Sr. Lúcio Alcântara - V. Ex^a tem que conviver com opiniões contrárias. São opiniões contrárias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Se isso fosse com V. Ex^a, V. Ex^a não estaria com toda essa serenidade. Conheço seu passado. V. Ex^a é um homem responsável e não é leviano.

O Sr. Lúcio Alcântara - Caberia dizer o seguinte: responsável e leviano é quem não quer apurar, é quem não deseja que esse fato seja examinado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - É o caso do Governador do Ceará, e essa resposta já dei a ele.

O Sr. Lúcio Alcântara - Essa que é a resposta política. Tenho pelo Senador José Sarney o maior apreço. Considero-o um amigo pessoal. É o Presidente da nossa Casa. Nisso nenhum de nós está em

desacordo. Mas há uma resposta política à posição do Governador Tasso Jereissati. Mas o que está havendo aqui? Quer-se contestar isso, tentando-se atingir a sua honorabilidade, tentando-se atingir a sua compostura, seu comportamento. Aí vem a minha discordância. V. Ex^a tem todo o direito de defender sua posição. É um dos Senadores atuantes, operosos, respeitáveis, mas V. Ex^a tem que conviver com a opinião dos contrários, dos que divergem de V. Ex^a. Essa é a essência da democracia. Não há pessoas que não possam ser alvo de crítica, nem as instituições políticas estão a salvo de crítica. O Governador tem uma opinião. É um líder respeitado, é Governador de um Estado pela segunda vez, ex-Presidente Nacional do PSDB. Emitiu sua opinião. Queiramos ou não, temos que conviver com ela. S. Ex^a acha que é uma imprudência, uma irresponsabilidade a constituição da CPI. Podemos discordar de sua opinião, mas temos que lhe dar o direito de falar, de defender a sua opinião. A pretexto de responder, a pretexto de solidarizar-se, o nosso nobre Presidente, o Senador José Sarney, quer investir contra a sua honorabilidade! Estamos no direito, estamos no dever até, como correligionários, como amigos, como pessoas que conhecem o Governador Tasso Jereissati, de repudiar esse tipo de acusação que se quer fazer com ele. Vamos debater no plano das idéias. S. Ex^a pensa de uma forma quanto a CPI, V. Ex^a pensa de outra. O que se deve fazer é discutir, debater. Acreditar que nem as opiniões são passíveis de ser contestadas, nem as instituições podem sofrer qualquer tipo de crítica, evidentemente essa não é uma posição democrática, essa não é uma posição que aceita conviver com os contrários. Reconheço que V. Ex^a tem toda a legitimidade para proceder assim. V. Ex^a é um Senador a quem respeito, por quem tenho amizade pessoal. Mas V. Ex^a há de convir que temos de aceitar opiniões diferentes. Temos de debater e discutir e rejeitar e criticar também essas opiniões. Não podemos simplesmente dizer: aqui não se pode criticar; o Senado e os Senadores são incriticáveis. Isso não é correto. Muito menos podemos querer levantar qualquer tipo de acusação contra um Governador, um homem respeitável, um homem que tem um passado que merece todo o nosso aplauso — não só meu, mas de todo o País e do Ceará. Ninguém é Governador de um Estado por duas vezes sem que tenha uma bagagem moral e política que lhe dê essa votação. É nesse sentido que desejo, no meu aparte, agradecer a V. Ex^a a oportunidade que me dá para repor a discussão nos seus devidos termos: no plano político. O

Governador Tasso, em nenhum momento, atacou a honorabilidade do Presidente Sarney. Discordou de sua posição, talvez duramente, talvez com veemência, talvez excessivamente, mas isso é do debate, das paixões políticas. O Senador José Sarney, como homem experiente e respeitável, sabe disso. Não se tratou de atingir a honorabilidade ou o comportamento moral do Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Senador Lúcio Alcântara, fui, como V. Ex^a sabe, o primeiro signatário desse requerimento. O Governador Tasso Jereissati, no Japão, resolve chamar o Presidente José Sarney de irresponsável, como se S. Ex^a fosse o autor do requerimento. O Governador está diminuindo todos os 29 Srs. Senadores que assinaram a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Senador Antonio Carlos Valadares, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Apenas para concluir, Sr. Presidente, penso que o Governador Tasso Jereissati deveria pensar mais em resolver os problemas do seu Estado. E quando S. Ex^a quiser chamar alguém de irresponsável, que chame seus empregados, os deputados, os vereadores...

O Sr. Lúcio Alcântara - O Governador Tasso Jereissati é um líder político nacional, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Não, S. Ex^a é um Governador de Estado e como tal não pode se intrometer nas atribuições do Senado Federal. Fomos eleitos pelo povo, como S. Ex^a. Mas aqui, no Senado, quem decide se deve haver CPI...

O Sr. Lúcio Alcântara - Então, V. Ex^a quer dizer que ninguém tem direito de emitir uma opinião sobre o Senado?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Não vou aceitar que S. Ex^a nos chame de irresponsáveis. A opinião de S. Ex^a foi para evitar a CPI, por algum motivo subalterno que desconheço.

O Sr. Lúcio Alcântara - S. Ex^a tem legitimidade para emitir uma opinião, Senador, como qualquer cidadão brasileiro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Respeito V. Ex^a e o considero um Senador da mais alta competência, um homem digno, um homem capaz e um Parlamentar atuante nesta Casa. Só não respeito um Governador que vem a público, no exterior, chamar o Presidente de uma instituição de irresponsável. Apresentei o requerimento. Afinal de contas, eu sou Antonio Carlos Valadares ou sou José

Samney? Isso é demais, Sr. Presidente. Por isso, devolvi a pecha, chamando-o de irresponsável.

O Sr. Lúcio Alcantara - V.Exª quer que S. Exª estenda o mesmo juízo a V. Exª?

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ernandes Amorim, 4º Secretário.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, ontem, em meu nome e em nome do PMDB, manifestei nossa solidariedade ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney.

Neste instante, permito-me, ampliando as manifestações de apoio e solidariedade ao Presidente da Casa, ler nota do meu Partido, do Diretório Nacional do PMDB, firmada pelo Deputado Paes de Andrade, Presidente Nacional do PMDB, vazada nos seguintes termos:

O Presidente José Sarney vem recebendo calorosa solidariedade do PMDB. Lideranças expressivas de quase todos os partidos, na Câmara e no Senado, vêm, na mesma linha, manifestando aberta discordância contra a violência das declarações feitas em Tóquio.

Hoje, em Tóquio, o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, disse que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não concorda com a declaração de que o Senador José Sarney seria "irresponsável e leviano". Segundo o porta-voz, o Presidente afirmou que o Presidente Sarney nunca lhe faltou com a colaboração necessária.

O nosso Partido sente-se atingido pela campanha movida contra o Senador José Sarney, ex-Presidente da República e hoje chefe do Poder Legislativo, que é a mais alta expressão da soberania popular nos sistemas democráticos.

O Senador Sarney prestou os mais relevantes serviços à Nação e continua a prestá-los. Como líder de expressivas cor-

rentes do pensamento político brasileiro, coube-lhe criar as condições objetivas a fim de que se constituísse, em 1984, a Aliança Democrática, e se permitisse a transição pacífica do governo militar para o Estado de Direito, com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral.

Ao assumir a Chefia do Estado, o Presidente José Sarney cumpriu os compromissos políticos assumidos pelo senhor Tancredo Neves. Coube-lhe, diante da história, dar legalidade a movimentos ideológicos proscritos desde 1947.

Honrada foi, também, a sua postura de estadista, não envolvendo o Governo na campanha sucessória de 1989. Presidiu o pleito com absoluta isenção. Colocou todas as informações de governo a dispor de quem o sucedeu.

Na Presidência do Congresso Nacional, o Senador José Sarney mantém a mesma conduta de defesa dos interesses permanentes do Brasil, que recomendam o fortalecimento das instituições do Estado, e de luta pelo respeito aos direitos dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, e interpretando o pensamento dos militantes e filiados ao PMDB, reafirmamos o nosso apeço e o nosso respeito a um dos maiores brasileiros de nosso tempo.

Brasília, 14 de março de 1996.

Deputado Paes de Andrade.

Sr. Presidente, renovo, em nome da Liderança do PMDB, a solidariedade ao nosso Presidente, ao Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Com a palavra o Senador Sebastião Rocha. (Pausa)

Com a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, quero prosseguir um pouco na discussão levantada pelo nosso companheiro de Partido, Senador Antonio Carlos Valadares, e prestar a nossa solidariedade.

O Governador Tasso Jereissati, com a autoridade que tem, sendo homem respeitado neste País, tendo o direito a manifestar sua opinião, chamou o Presidente desta Casa de irresponsável e, evidentemente, chamou a todos nós, aos 29 Senadores que assinaram esse requerimento, também de irresponsáveis.

Damos a ele esse direito e, humildemente, ouvimos a sua crítica; agora, podemos revidar a nossa crítica e dizer que irresponsável é ele. Irresponsáveis são todos aqueles que não querem apurar o que a sociedade em peso deste País quer. Irresponsáveis são os que não querem ouvir. Irresponsáveis são os que querem esconder, escamotear a verdade, não permitindo que a CPI seja, de fato, instalada. Então, afirmo que irresponsável é o Governador Tasso Jereissati.

Ouvi aqui as afirmações do Senador Vilson Kleinübing, quando contestava o pronunciamento do nosso colega, Senador Antonio Carlos Valadares, no sentido de que o Proer não emprestava dinheiro sem custos, ou melhor, que cobraria juros pelo dinheiro que estaria passando ao sistema financeiro. Isso é uma verdade.

No entanto, S. Ex^a esqueceu-se de dizer que, para criar o Proer, seria necessário emitir moeda. O Governo emitiu uma parte e criou títulos da dívida pública. Tomou dinheiro emprestado no mercado justamente para evitar a emissão de moeda. Consequentemente, houve um aumento da dívida pública interna do próprio Governo, que está pagando juros muito maiores do que aqueles que estão sendo cobrados do banco que comprou o Nacional, através do sistema Proer.

Segundo, S. Ex^a alega que já houve recursos para a agricultura e também para o médio e pequeno empresário do nosso País. Também é verdade. Mas terão sido suficientes os recursos para o desenvolvimento da nossa agricultura? A perspectiva de colheita no ano de 1996 é de 10 milhões de toneladas a menos do que em 1995, em consequência da falta de apoio do Governo.

Portanto, em hipótese alguma justifica-se que o Governo, apesar de toda a boa vontade, tenha criado o Proer para resolver a questão do Banco Nacional e de outros bancos que estão passando pela mesma situação e, embora tenha dado uma parte, não dê o suficiente para atender a necessidade do setor produtivo no nosso País.

Por último, questionaria por que o Governo não permite que se aprove o Proer? Por que o Congresso Nacional mantém o Proer sob medida provisória? Essa decisão que está permitindo ao Governo tirar dinheiro do compulsório bancário, emitir letras para tomar empréstimo no mercado, para evitar de emitir moeda e, por outra parte, também emitir moeda, tudo isso, para cobrir o rombo do sistema financeiro.

O Proer está em funcionamento. Por que o Senado Federal, o Congresso Nacional, de imediato,

não o aprovam, ou o rejeitam? Por que o Governo não permite que ele seja colocado em votação?

Mas não, já é a terceira vez que o Proer é reeditado no Congresso Nacional, porque não legislamos, não definimos, não manifestamos nossa posição sobre ele. Por isso, é justo, é lógico, que se providencie constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito. E esperamos que as discussões ocorridas aqui tenham deixado para nós uma posição clara e transparente, de que esta comissão funcionará se sete dos seus membros forem indicados pelos partidos políticos que optarem por isso; os partidos que optarem por não fazer essa indicação haverão de prestar contas à sociedade brasileira. Ontem, no Senado Federal, reuniram-se mais de 60 entidades da sociedade civil, que assinaram o manifesto, praticamente lido na íntegra hoje, nesta Casa, pelo Senador Antonio Carlos Valadares em seu pronunciamento.

Cada um deve assumir a responsabilidade dos seus atos. Espero que o PFL, o PSDB e qualquer outro partido que não indique seus membros para formar essa CPI assumam e arquem com as responsabilidades pelos seus atos.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão de ordem.

No dia 23 de janeiro de 1996, apresentei um requerimento de informação, dirigido ao Ministro das Minas e Energia. Indago à Mesa a data em que esse pedido foi encaminhado a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Senador Ademir Andrade, V. Ex^a sabe informar o número do requerimento, para que se tenha uma resposta imediata?

O SR. ADEMIR ANDRADE - Não, Sr. Presidente. Sei apenas a data, porque tenho a cópia. Entreguei-o à Mesa sem tomar conhecimento do número. Mas encaminhei esse requerimento no dia 23 de janeiro, dirigido ao Ministro das Minas e Energia, sobre a questão do ouro no Estado do Pará. Dirigi-me também à Companhia Vale do Rio Doce, para que a mesma nos responda sobre essa questão, sobre a qual já vinha investigando há muito tempo, especificamente a respeito do ouro de Serra Pelada.

E note-se que, 15 dias após apresentar esse requerimento, a Vale anunciava a descoberta de uma mina de 150 toneladas de ouro, localizada em Serra Pelada, que pertence aos garimpeiros, mas a Vale pretende esconder essa verdade da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - A Mesa está tomando as providências e, logo, informará V. Ex^a do destino desse requerimento.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Agradeço a V. Ex^a.

Desde o momento em que o apresentei até hoje, já transcorreu mais de um mês - um mês e quinze dias aproximadamente. E, se já transcorreram 30 dias, a partir do momento em que a Mesa encaminhou esse requerimento ao Ministério, até o dia de hoje, apelo à Mesa para que insista junto ao Ministro das Minas e Energia no sentido de que envie a esta Casa, como é de sua obrigação, de seu dever, as informações solicitadas. Porque, sem dúvida, elas haverão de resolver grande parte dos conflitos que hoje ocorrem na região do Pará, especialmente no Município de Curionópolis e em Serra Pelada, onde há uma divergência, uma briga, uma luta entre os garimpeiros, que estão lá há tanto tempo, e a Vale do Rio Doce, que quer se tornar proprietária daquele ouro lá existente.

É extremamente necessário e urgente que essa resposta seja dada ao Senado Federal. Por isso, faço um apelo no sentido de que seja cobrado do Ministro o cumprimento de suas obrigações constitucionais.

Era este o registro que gostaria de fazer, parabenizando todas as entidades que estiveram presentes ontem ao encontro, tratando da questão da instalação da CPI. Espero que o PMDB, do Presidente Sarney e do Senador Jader Barbalho, mantenha a sua palavra, que não volte atrás e indique efetivamente os seus membros para compor essa comissão. E, também, que o PPB assim o faça, porque o PDT, o PSB e o PT já o fizeram. O Brasil espera que essa comissão venha, de fato, funcionar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao Senador Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (PTB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Paraná vive momentos de justificada euforia.

Na terça-feira passada, uma das maiores montadoras de automóveis do mundo, a Renault francesa, anunciou oficialmente, pela palavra do seu presidente, ao lado do eminente Governador do nosso Estado, arquiteto Jaime Lerner, a decisão pelo Estado do Paraná para montar sua indústria automobilística no País, para atender não só o mercado brasileiro, mas também os do Mercosul.

Trata-se de um investimento da ordem de US\$1.000.000.000,00, que seguramente vai modificar a face do nosso Estado.

Sabemos que uma indústria automobilística é importante não só pela geração de empregos, de tecnologia, de impostos, mas também porque ela tem a capacidade de agregar outras indústrias que se somarão à Renault para a fabricação dos automóveis.

Há um cálculo de que, com esses investimentos, a Renault irá oferecer mais de 2.800 empregos diretos, e as indústrias que se instalarão em torno daquele novo parque automobilístico nacional gerarão mais 15 mil empregos.

A importância desse empreendimento, para o Paraná e para o Brasil, é indiscutível; representa um salto de alguns anos no desenvolvimento do meu Estado. Um salto que pode ser medido pela repercussão alcançada, especialmente no Paraná, do anúncio feito na terça-feira passada, em Paris, pelo Presidente da empresa, Sr. Louis Schweitzer.

Essa importância, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, levou outros Estados-irmãos a disputarem os investimentos da Renault, o que me leva a fazer um parêntese para destacar a capacidade de negociação do Governador Jaime Lerner que contou, como não poderia deixar de ser, com o apoio integral do empresariado, da classe política e dos veículos de comunicação do meu Estado.

Sem estardalhaço, de forma discreta e silenciosa, o Paraná mostrou aos executivos franceses a excelente qualidade de vida de sua Capital, a reconhecida excelência de seu sistema de transporte coletivo, a capacidade de seu sistema de comunicações e também de energia elétrica. Localizado a meio caminho, entre o maior pólo industrial brasileiro, São Paulo, e os países do Mercosul, o Paraná contou também nessa disputa com a proximidade do Porto de Paranaguá, que fica a setenta quilômetros de Curitiba, e com a modernização do Aeroporto Afonso Pena em vias de se transformar no primeiro aeroporto "inteligente" do País.

Dedico ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas palavras de homenagem e agradecimento a uma empresária paranaense que apostou na vinda da Renault para o Brasil e especialmente para o Paraná. Refiro-me a Sr^a Maria Elisa Ferraz Paciornick, Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, que, sob a lúcida orientação do alcaide municipal Rafael Greca de Macedo, ofereceu uma prova incontestável de visão empresarial e confiança em seu Estado.

Ao ler em uma revista francesa, em 1993, que a Renault planejava investimentos na América Latina, a Sr^a Maria Elisa Ferraz Paciornick tomou a ini-

ciativa de enviar à Renault um dossiê sobre o Paraná, sua localização estratégica e seu potencial de desenvolvimento. Acionou, para isso, empresários brasileiros na França, abrindo uma negociação que tomaria impulso no Governo Jaime Lerner.

Cerca de três anos depois, a Sr^a Maria Eliza comemora com os paranaenses a vitória espetacular do bom-senso, da cordialidade e dos investimentos que estão sendo feitos na infra-estrutura do Estado. O Paraná, que se uniu ao Governo em longos meses de negociações, vive hoje a festa diante da boa nova. O Paraná encerra meses de expectativa à espera da decisão da Renault e abre um novo tempo, agora na expectativa de colher os frutos do trabalho e da seriedade, traduzidos numa realidade de mais empregos, mais renda, maior arrecadação e mais investimentos.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa para homenagear e congratular-me com o Governo do Estado do Paraná, com a Prefeitura Municipal de Curitiba e com a Prefeitura de São José dos Pinhais, Município histórico da região metropolitana de Curitiba que sediará a empresa Renault.

Desejo registrar, para finalizar, Sr. Presidente, que este é o maior investimento estrangeiro que se faz durante o atual período de Governo do eminente Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Seguramente, a estabilidade econômico-financeira por que vive o País e a credibilidade que estamos alcançando, graças à soberania da nossa moeda, contribui sensivelmente para que novos investimentos estrangeiros sejam feitos no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - A Mesa informa ao Senador Ademir Andrade que o seu requerimento foi encaminhado ao Sr. Ministro no dia 26 de fevereiro de 1996 e recebido às 17 horas e 28 minutos do mesmo dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - O Senador José Roberto Arruda e outros enviaram à Mesa projeto cuja tramitação, de acordo com o dispositivo do art. 235, III, a, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente.

A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Os Senadores José Roberto Arruda e Teotônio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do dispositivo do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores,

Aldeia Global antevista por Marshall McLuhan nos anos 60 é hoje, mais do que nunca, uma realidade. A velocidade de transmissão de informações, a intensidade de suas repercussões em todos os níveis da vida do homem nos mais distantes pontos, a abrangência de fenômeno, todo esse processo tornou menor a Terra. Aproximou os homens uns dos outros. Tornou-os agentes ativos do processo de aculturação em escala planetária.

A fantástica revolução proporcionada pela informática e pelos meios de comunicação potencializa as possibilidades de a humanidade alçar-se a planos artísticos inimagináveis de conhecimento e saber.

Informação é poder. Sem entrar no mérito das possibilidades de sua manipulação - que tanto podem projetar a humanidade rumo a um destino de grandeza, quanto arrastá-la por sendas obscuras -, é certo que o uso da informação, para o bem ou para o mal, será possível se ela estiver armazenada, catalogada, indexada, segundo princípios científicos, critérios lógicos.

O bibliotecário - cujo dia é comemorado neste 12 de março - é responsável por esse trabalho. Sem ele, a informação, ainda que armazenada, jamais poderia ser recuperada, não poderia ser utilizada para promoção do conhecimento humano.

O bibliotecário é o **Gate Keeper** da informação, seu guardião, profissional cujo trabalho anônimo nem sempre recebe a recompensa do reconhecimento público. Merecedor, portanto, de todas as ho-

menagens. É ele o verdadeiro disseminador da informação pública, vital para o exercício dos direitos da cidadania. Para a democratização do acesso à informação e à cultura.

Estamos falando do bibliotecário anônimo, responsável pela organização e abertura ao público dos acervos reunidos em bibliotecas, esse templo sagrado do saber e da cultura. Do bibliotecário que organiza e mantém arquivos, seja em órgãos públicos, seja em instituições privadas, que são a base do desenvolvimento de todas as atividades econômicas.

Más falamos também dos bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas virtuais, aquelas que vêm sendo criadas pela revolução tecnológica dos anos mais recentes. As bibliotecas sem muros. Que incorporam as novas tecnologias para armazenamento, recuperação de informações – como Internet, CD-Rom etc.

Senhoras e Senhores Senadores,

O Presidente Fernando Henrique Cardoso eleger como uma das prioridades de seu Governo a Educação. Ao lado dos aspectos pedagógicos e materiais que vêm sofrendo verdadeira revolução em sua administração, o Presidente quer que cada município brasileiro tenha pelo menos uma biblioteca. Isso significará a construção de mais de 2 mil bibliotecas em todo o País. O ministro Francisco Weffort está empenhado nesse projeto e promete buscar recursos para viabilizá-lo.

Hoje, existem no Brasil 3 mil bibliotecas públicas, que constituem o Sistema Nacional de Bibliotecas, coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional. Há ainda 900 bibliotecas universitárias, que aos poucos se aproximam do Sistema.

Na próxima semana, o Ministério de Ciência e Tecnologia examinará projeto da Biblioteca Nacional e do Ministério da Cultura para informatizar o Sistema Nacional de Bibliotecas.

No momento em que a tecnologia da informação avança exponencialmente, no momento em que o computador, o CD-ROM, a Internet substituem até, ou complementam, o livro tradicional, nada mais importante e justo que, ao fazermos essa homenagem ao profissional da biblioteconomia no Brasil, lembremos que da sua evolução depende parte importante do incentivo que podemos dar à educação pública no País.

Quero me referir, particularmente, Senhor Presidente, aos profissionais que trabalham na Biblioteca do Senado, centenária instituição nascida da visão maior do Visconde de Abaeté em fins de 1866 – ano em que nasceu com um acervo de 155 volumes.

Hoje, decorridos 130 anos daquela iniciativa histórica, a Biblioteca desta Casa reúne 150 mil volumes, incluindo 3.600 títulos de periódicos, especializados nas áreas de Direito e Ciência Política, mas com publicações que abrangem todos os níveis de conhecimento, com especial destaque para Ciências Sociais. Possui ainda a seção **Hemeroteca**, coleção dos principais jornais de circulação nacional e do Distrito Federal e arquivo de recortes de jornais com acesso por assunto ou nome de pessoas, além de coleção de 130 títulos de documentos microfilmados e um precioso acervo de 2 mil obras raras, incluindo 41 títulos de periódicos.

Todo esse acervo seria inútil sem o trabalho dos bibliotecários que ali trabalham. Por isso, ao registrarmos os nossos cumprimentos a esses dedicados profissionais da biblioteconomia, a forma que encontramos de demonstrar o nosso apreço e o nosso respeito a esses profissionais é exatamente abraçando e cumprimentando pessoalmente aqueles que, aqui no Senado Federal, mantêm uma biblioteca exemplar para o País.

Muito obrigado.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Aproxima-se de sua conclusão a obra da usina hidrelétrica de Xingó. Ali a Chesf, que materializou em energia mais de 3 bilhões de reais de investimentos da União, está aparelhada com instalações e facilidades urbanas da Vila de Xingó que tiveram de ser implantadas para abrigar os milhares de operários e técnicos reunidos durante vários anos para realizar o ambicioso, necessário, diria imprescindível empreendimento.

Uma verdadeira cidade, uma custosa infraestrutura representando investimentos de mais de 170 milhões de reais, estaria condenada agora à ociosidade. Os residentes que operarão rotineiramente a usina não chegam a duas centenas de técnicos. Surge, no entanto, uma iniciativa, uma possibilidade concreta, de aproveitar esse investimento pronto e acabado a favor do desenvolvimento regional: podemos criar em Xingó, e tenho me empenhado com firmeza por esta causa, um pólo de desenvolvimento, com efeitos benéficos sobre o semi-árido de quatro Estados do Nordeste – Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia.

Quero saudar desta tribuna essa idéia criativa, em torno da qual já vão sendo traçados planos detalhados e gerados os primeiros resultados. É iniciativa auspiciosa para o Nordeste, e especialmente elo-

giável por adotar um sistema de parcerias entre importantes órgãos federais e estaduais com amplo espaço para ação complementar de empresários privados e mesmo para cooperativas de profissionais liberais. Dentro deste enfoque, com o apoio e a participação dos Governos de Alagoas e Sergipe, está sendo estruturada com a coordenação da Sudene, a Fundação Desenvolvimento de Xingó, à qual deve caber a tarefa de impulsionar projetos setoriais, entre os quais se destacam um Centro de Excelência em Serviços Públicos de Educação e Saúde e um Centro de Estudos do Semi-Árido. O projeto contempla atividades de pesquisa científica, educação profissionalizante e estímulo à economia do semi-árido, com tecnologia a ele adaptada.

Quase 10 anos depois, esta iniciativa parece alinhada com as conclusões da CPI da Seca de 1987, a qual teve a honra de presidir. A educação e a pesquisa científicas voltadas para a convivência com as condições locais são a saída para reverter o quadro de miséria existente, a exemplo do que ocorreu em outras regiões semi-áridas do mundo. O fator limitante do desenvolvimento do sertão não é a seca, pois os longos períodos de estiagem não são exceções, e sim a regra. Com educação e tecnologia venceremos a seca e o subdesenvolvimento.

É um aspecto moderno e avançado, esse da implantação de subprojetos, no futuro pólo de desenvolvimento de Xingó, por via da cooperação entre diversas entidades. É moderno, porque as formas tradicionais de atuação do Estado se esgotaram. Não pode mais o Estado atuar isolada e diretamente. É preciso ter em vista, antes de tudo, o resultado final, o benefício das populações. O Governo Fernando Henrique Cardoso está consciente dessa necessidade. Uma evidência disso é, por exemplo, a sua política de concessões de serviços públicos, pela qual o Estado passa de executor a supervisor, com ganhos para consumidores e contribuintes.

A utilização da vila de Xingó podendo inclusive representar contrapartida a novos recursos internacionais, é uma demonstração prática de um novo Estado eficiente e inovador em sua forma de atuar. Ele permite a retomada do desenvolvimento, onde é mais necessário, particularmente nos tempos da economia globalizada. Só um novo modelo de parceria com a iniciativa privada – em que o Estado não fuja às suas responsabilidades, defendido de forma tão relevante pelos Senadores do Nordeste em documento entregue ao Presidente da República – pode representar o resgate da economia nordestina da condição de descaso e discriminação a que histo-

ricamente esteve submetida. E o Nordeste necessita, todos sabemos, de fortes estímulos nessa direção. O Nordeste tem cinquenta por cento da sua população vivendo em pobreza absoluta. Suas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo são o dobro das taxas nacionais. O emprego rural vem decrescendo e as metrópoles inchando desordenadamente.

O Pólo de Xingó pretende tornar permanentemente útil um patrimônio de vulto. As instalações urbanas de apoio à obra, em Xingó, ameaçadas de ociosidade, incluem mais de mil e cem casas, além de alojamentos para sete mil pessoas, centros comunitário, comercial e recreativo, hospital, quartel, vias urbanas, água e esgoto, energia elétrica, telefonia.

Estudos conduzidos pela Chesf indicam um rico leque de possibilidades para o aproveitamento dessa infra-estrutura em benefício do semi-árido e da fixação de sua população. Será justamente este leque de alternativas que fundamentará o desenvolvimento da região a partir de agora, com o término do ciclo de 50 anos de investimentos ininterruptos em 8 hidrelétricas na região.

Os governadores de Alagoas e Sergipe mobilizaram-se e têm dividido com o Presidente Fernando Henrique suas expectativas em relação a este projeto. O Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Educação estão sensibilizados para a importância social do Pólo de Xingó, Chesf, Codvasf, Embrapa, IPEA, BNB, Universidades e Escolas Técnicas já estão assegurando suas participações, e novas instituições estão se somando a este esforço.

Em suas linhas principais, o pólo abrangerá três campos de ação que cobrem o leque de alternativas regionais: o científico-educacional, o de serviços públicos e o econômico. No campo científico-educacional, programa-se instalar escola profissionalizante, cursos de agronomia e pedagogia, cursos de capacitação intensiva para a mão-de-obra da região e um centro de geração e difusão de tecnologia do semi-árido. No campo de serviços públicos, a idéia é transformar Xingó em um centro de excelência na prestação de serviços de saúde e em sede regional de serviços de segurança pública. No campo econômico, projeta-se o desenvolvimento da pesca nos lagos das usinas da Chesf, a promoção do turismo, o estímulo à agricultura irrigada e à pecuária de caprinos, entre outros. Dá-se ênfase, na concepção do pólo de Xingó, à formação profissional e à adoção de tecnologias apropriadas. Isso decorre da consciência, hoje existente no Nordeste, de que muitos dos projetos lá desenvolvidos, principalmente no

semi-árido, frustraram-se justamente por descuidar desses aspectos.

Das providências já em curso, destaca-se a negociação com o Ministério da Educação para implantação de uma unidade descentralizada Escola Técnica Federal de Alagoas. Pessoalmente estive diversas vezes defendendo esta iniciativa com o ministro Paulo Renato, que não só demonstrou profundo entusiasmo, como me afirmou que pretende multiplicar um novo modelo de parcerias para a formação técnica no Brasil, como o que se vislumbra para Xingó. Também progride o projeto e instalação de um programa de treinamento e reciclagem pedagógica pela Universidade Federal de Alagoas, com enorme alcance na melhoria de ensino em toda a região, que não conta com professores adequadamente formados, e de uma extensão acadêmica em agronomia pela Universidade Federal de Sergipe. Além disso, com total apoio da Codelvasf será criado um centro para irrigantes e já foram iniciados estudos sobre o desenvolvimento do turismo e da piscicultura na região.

Senhor Presidente: é ainda enorme a distância que separa nossa áreas carentes do Brasil próspero e moderno, que já temos em algumas partes, daquele Brasil menos desigual que haveremos de ter no futuro. Essa distância terá que ser vencida assim, a golpes de criatividade, ousadia de fazer, espírito de parceria, inteligência. O moderno, se quiser ser digno desse nome, tem que estender a mão ao carente, com o espírito constantemente renovado, conhecendo novas fórmulas para superar as dificuldades. É um processo longo. Exige persistência e fé, mas temos certeza que as gerações futuras agradecerão. Trabalhem por Xingó, trabalhem por um nordeste Melhor, trabalhem por seus filhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - A Presidência designa para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária, a realizar-se terça-feira, dia 19 de março de 1996, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h47min.)

ATA DA 15ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 1996

(Publicada no Diário do Senado Federal, de 9 de março de 1996)

RETIFICAÇÃO

Na página 03793, ao final da 2ª coluna, nas assinaturas do Requerimento nº 2137 de 1996,

Onde se lê:

Sala das Sessões, 8 de março de 1996. - Senador José Arruda...

Leia-se:

Sala das Sessões, 8 de março de 1996. - Senador José Roberto Arruda...

ATA DA 16ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1996

(Publicada no Diário do Senado Federal, de 12 de março de 1996)

RETIFICAÇÕES

Na página 3852, 2ª coluna, no texto da Mensagem do Presidente da República nº 132, de 1996,

Onde se lê:

...de Conselheiros do Conselho Administrativo...

Leia-se:

...de Conselheiros do Conselho Administrativo...

Na página 3879, 2ª coluna, na data do Parecer nº 100, de 1996,

Onde se lê:

Sala da Comissão, 5 de março de 1996.

Leia-se:

Sala da Comissão, 6 de março de 1996.

A página 3881, na 1ª coluna, na emenda do Parecer nº 102, de 1996, inclua-se por omissão o autor do Projeto de Lei do Senado nº 277/95, Senador Pedro Simon.

ATA DA 17ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1996

(Publicada no DSF, de 13 de março de 1996)

RETIFICAÇÃO

Na ata, à página nº 03973, 2ª coluna, fala da Presidência,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - A Presidência considera procedente a questão de ordem levantada pelo eminente Senador Epitácio Cafeteira e determina à Secretaria da Mesa a não aplicação do art. 30 do Regimento Interno aos Senadores eventualmente ausentes do plenário em ocasiões como esta.

levantada pelo eminente Senador Epitácio Cafeteira e determina à Secretaria da Mesa a não aplicação do art. 13 do Regimento Interno aos Senadores eventualmente ausentes do plenário em ocasiões como esta.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.214/95, de 5 de dezembro de 1995, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências (reedição da MP-1.179).

1ª Reunião (instalação), realizada em 12 de dezembro de 1995.

Aos doze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, às dezessete horas, na sala número sete, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reúne-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Senadores Ney

Suassuna, Bello Parga, Jader Barbalho, Pedro Piva, Eduardo Suplicy, Arlindo Porto e Deputados Benito Gama, Gonzaga Mota, Edinho Bez. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Bello Parga, que declara instalada a Comissão e, em seguida, passa a eleição da Mesa. Comunica que houve acordo de lideranças no tocante a indicação dos nomes dos Senhores Senador Ney Suassuna para Presidente, e do Deputado Ayrton Xerez para Vice-Presidente da Comissão. Sem restrições dos presentes sobre as indicações, foram ambos eleitos por aclamação. Assumindo a Presidência, o Senador Ney Suassuna designa o Deputado Benito Gama para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, e para constar eu, Ivanilde Pereira Dias, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1996, ÀS 11:04 HORAS.

Às onze horas e quatro minutos do dia seis de março de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador GILBERTO MIRANDA e com a presença dos Senadores Jefferson Peres, Freitas Neto, Beni Veras, Mauro Miranda, Lúdio Coelho, Valdeck Ornelas, Osmar Dias, Bello Parga, João França, Eduardo Suplicy, Esperidião Amin, Arlindo Porto, Valmir Campelo, Joel de Hollanda, Luiz Alberto Oliveira, Geraldo Melo, Vilson Kleinübing, José Fogaça, Fernando Bezerra, Jonas Pinheiro, Pedro Piva, Ney Suassuna, Elcio Álvares, reúne-se a Comissão de

Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Onofre Quinan, Carlos Bezerra, Ramez Tebet, Francelino Pereira, João Rocha, Carlos Patrocínio, Leomar Quintanilha, Lauro Campos e Junia Marise. Havendo número regimental o senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e a seguir passa a ler a carta enviada pelo senhor **CLARIMUNDO JOSÉ DE SANT'ANA, Vice-Presidente do Banco Nacional S/A**, justificando o seu não comparecimento perante esta Comissão. Em discussão o assunto, falam os Senadores Eduardo Suplicy, Elcio Álvares, Gilberto Miranda, José Fogaça, Esperidião Amin e Lúdio Coelho. Fica acertada a criação de um grupo de trabalho a ser coordenado pelo Senador José Fogaça, destinado a "elaborar medidas para regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal". O referido grupo será composto pelos Senadores Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Vilson Kleinübing, Valmir Campelo, Geraldo Melo e Júnia Marise. Passa-se, em seguida, à apreciação da Pauta. O senhor Presidente confere a palavra ao Senador Osmar Dias, relator do **OFÍCIO "S" Nº 05/96**, que "encaminha solicitação do Governo do Estado do Paraná, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 1º Semestre de 1996.", para que leia o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta. Em discussão o relatório, falam os Senadores Roberto Requião, Luiz Alberto Oliveira, Gilberto Miranda, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Esperidião Amin, José Fogaça, Pedro Piva, Elcio Álvares e Vilson Kleinübing. Submetido a votação, o parecer é aprovado. Usa da palavra, a seguir, o Senador Beni Veras, para ler o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta ao **OFÍCIO "S" Nº 06/96**, que "encaminha solicitação do Governo do Estado do Ceará, para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 25.813.068,00, destinada ao desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população de menor renda, com recursos do FGTS, dentro dos programas PRÓ-MORADIA, PRÓ-SANEAMENTO E PRÓ-CONCLUSÃO.". Em discussão o relatório, participam os Senadores Eduardo Suplicy, Gilberto Miranda e Beni Veras. Colocado em votação, o parecer é aprovado. Prosseguindo, o senhor Presidente solicita ao Senador Eduardo Suplicy que leia o parecer oferecido pelo Senador Lauro Campos ao **OFÍCIO "S" Nº 01/96**, que "encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de Osasco-SP, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Osasco - LFTMC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima parcela de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira a sexta

parcelas". O relatório é favorável, nos termos do PRS que apresenta. Usa da palavra para discutir o Senador Pedro Piva. Submetido a votação, o parecer é aprovado. Passa-se, a seguir, à apreciação do **OFÍCIO "S" Nº 08/96**, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que "dispõe sobre as operações externas de natureza financeiras de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a que se refere o artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, de caráter não reembolsável.". Atendendo a solicitação do relator, Senador Ramez Tebet - ausente da reunião -, a Presidência solicita ao Senador Bello Parga, que leia o parecer favorável por ele apresentado. Não havendo quem queira discutir, o parecer é colocado em votação e é aprovado. Usa da palavra, em seguida, o Senador Luiz Alberto Oliveira para ler o parecer favorável oferecido pelo Senador Ney Suassuna ao **PLC Nº 111/95**, que "acrescenta incisos ao art. 30 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.", de autoria do Deputado Odelmo Leão. Não havendo discussão, o relatório é submetido a votação e é aprovado. A seguir, o senhor Presidente solicita ao Senador José Fogaça que leia o parecer favorável oferecido pelo Senador Ney Suassuna ao **PRS Nº 123/95**, que "dispõe sobre a prestação de informações à Comissão de Assuntos Econômicos sobre a execução da política monetária pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.", de autoria do Senador Gilberto Miranda. Em discussão o parecer, é concedida vista ao Senador Vilson Kleinübing pelo prazo regimental de cinco dias. Não havendo mais quorum para deliberar, a Presidência comunica que ficarão adiadas, para uma próxima reunião, as seguintes matérias: **EMENDA Nº 01 DE PLENÁRIO, OFERECIDA AO PRS Nº 94/95; MSF Nº 359/95; PLC Nº 122/93; PLS Nº 28/95; PLS Nº 99/95-COMPLEMENTAR; PLS Nº 213/95; PLS Nº 214/95; PLS Nº 230/95; PLS Nº 298/95 e PLS Nº 303/95**. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerra a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

Senador Gilberto Miranda

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Srs. Senadores, está aberta a segunda reunião da 2ª Sessão Legislativa.

A pauta de 5 de março está sendo realizada no dia 6 de março tendo em vista que não teremos o depoimento do Sr. Clarimundo de Santana.

Recebi uma carta - e gostaria de lê-la, pedindo que fosse passada aos Srs. Senadores -, enviada ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Gilberto Miranda:

"Sr. Presidente, agradeço o convite formulado através do Ofício CAE nº 8/96, de 29 de fevereiro, no sentido do meu comparecimento a essa nobre Comissão, às 10h do dia de amanhã, para prestar esclarecimentos acerca de procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional.

Lamento não me encontrar em condições de atender ao convite de V. Exª, pela premente necessidade de reunir elementos e de analisá-los para defesa dos meus direitos, tendo em vista as matérias reiteradamente veiculadas pelos meios de comunicação.

Também peço licença para observar que, consoante largamente se noticiou e efetivamente se viu no dia de hoje, duas outras Comissões do Congresso Nacional que se ocupam do denominado Proer e de temas correlatos vêm ouvindo depoimentos sobre o assunto.

Diante do aspecto apontado, que se sobrepõe ao mencionado impedimento meu, de me ausentar da cidade amanhã e nos próximos dias e, conseqüentemente, de aceitar o convite dessa Comissão, pondero a V. Exª que as atividades a se desenvolverem nas aludidas Comissões, integradas também por eminentes Senadores, poderiam bastar para a obtenção dos elementos de que necessita o Senado para a suas autodeliberações, evitando-se inócuas duplicidades.

Creio que a relevância dos fatos agora apresentados afasta qualquer cogitação sobre propósito meu de desatender não a uma intimação, que não foi feita, mas a um convite a mim dirigido.

Na oportunidade, apresento a V. Exª e aos ilustres membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a manifestação do meu respeito.

Atenciosamente,

Clarimundo José de Santana."

A palavra está franqueada aos Srs. Senadores para discutir esta carta que recebemos, se alguém assim o desejar.

O SR. VILSON KLEINÜBING - (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não. Ele deixa claro, Senador Kleinübing, que não quer vir, que não vem, e a carta, na minha interpretação e na da assessoria, é até um tanto arrogante. Acho que ele não foi muito feliz na carta, ou seus advogados não o foram.

Mas a Comissão de Economia...

O SR. (Não Identificado) - Ele está convocado também para as outras duas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - É. A Comissão de Economia não tem poderes para obrigar. Ela pode convidar, como há outras pessoas convidadas. Amanhã, teremos o depoimento de um funcionário do Banco Central, às 10h.

Então, gostaria de ouvir os Srs. Senadores com relação a esse caso.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Infelizmente, a atitude do Sr. Clarimundo José de Santana, ao se negar a prestar esses esclarecimentos perante o Senado, vem dar força ao argumento daqueles que estão propondo a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para o exame dos assuntos relativos ao comportamento das instituições financeiras que agora estão sendo beneficiadas pelo Proer ou que, de alguma forma, estão recebendo recursos em função do Proer.

Sabe-se que o Sr. Clarimundo José de Santana é das pessoas que mais conhecem todos os procedimentos utilizados pelo Banco Nacional. Seu depoimento é de extraordinária importância para o esclarecimento, inclusive para complementar aquilo que, ontem, expôs o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola.

Seria uma forma de ver, um outro lado, o lado de dentro da instituição Banco Nacional, para conhecermos a prática de atos que levaram o Banco Nacional à situação tão grave e que fizeram o Banco Central, o Governo proceder a um mecanismo de colocar recursos a taxas de juros muito menores do que as do mercado.

São mecanismos de isenção fiscal para que, por exemplo, o Unibanco estivesse agora assumindo o Banco Nacional em condições, segundo a visão do Governo, de se conseguir a estabilidade do sistema financeiro nacional, mas que entendemos como uma forma de prover recursos extraordinários com repercussões para o Tesouro Nacional. Recursos que, na compreensão das autoridades monetárias, são de todos os contribuintes, dadas às taxas de juros positivos de 11,7%, conforme ontem expôs o Presidente Gustavo Loyola, mas que, em verdade, constituem

créditos a taxas de juros que não são oferecidas normalmente ao conjunto dos depositantes.

Se é recurso dos depositantes, para o conjunto dos mesmos eles não têm acesso. Mas há aqueles que estão absorvendo instituições como o Banco Nacional e as demais instituições que tiveram problemas e estão sendo objeto dos mecanismos do Proer. Isso está sendo possível.

Assim, Sr. Presidente, avalio como importante a necessidade de o Congresso Nacional, por meio de comissões como a de Assuntos Econômicos, ouvir o Sr. Clarimundo José de Santana. Havendo negativas desse tipo, a conclusão é que se faz necessária uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, perante uma CPI, nenhum cidadão brasileiro pode negar-se a prestar um depoimento como o que aqui foi solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes colegas, quero passar uma informação à Comissão.

Estive conversando recentemente com o Ministro Pedro Malan e, num debate anterior, quando sugeri a participação de dois procuradores da República para acompanharem o inquérito do Banco Central, disseram-me que, dentro de 10 dias, no mais tardar, o Banco Central já teria condições de, apanhando as peças referentes ao Banco Nacional, encaminhá-las à Justiça, para que os elementos responsáveis, se fossem cometidas fraudes ou atos ilícitos, respondessem perante a Justiça.

Pelo que tenho lido, o Sr. Clarimundo José de Santana é um dos principais envolvidos na fraude do Banco Nacional. E não tenho dúvida nenhuma de que o Banco Central, na obrigação dos seus deveres, vai remeter as peças para a Justiça. A partir daí, estará aberto o procedimento criminal, principalmente contra esse cidadão, a quem se imputa a responsabilidade maior da fraude do Banco Nacional.

Era o esclarecimento que desejava fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A matéria continua em discussão.

Antes de passar a palavra ao Senador José Fogaça, eu gostaria de participar aos Srs. Senadores que o PMDB indicou, na minha opinião, um dos mais brilhantes Senadores que já passaram por esta Casa. Tive oportunidade de conviver com o Senador José Fogaça na legislatura passada, assim como com o Senador Esperidião Amin e com outros Senadores veteranos. Creio que todos nós, da Comissão

de Assuntos Econômicos, ganhamos com a indicação do PMDB. Tenho certeza que a contribuição será da melhor.

O Senador José Fogaça é dedicado, estudioso dos assuntos e brutalmente competente.

Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Obrigado, Presidente Gilberto Miranda. Suas palavras são muito estimulantes. Registro meu agradecimento ao convite que V. Ex^a me formulou para participar desta Comissão.

O assunto é o do encarregado executivo do Banco Nacional.

Neste País se instala, com uma rapidez impressionante, com uma rapidez brutal - para usar o adjetivo de V. Ex^a -, uma aliança covarde e, ao mesmo tempo, perversa, ou seja, aquela que trata de liberar empresários, executivos, famílias poderosas e fulminantemente assestar baterias contra funcionários públicos e políticos. Tenho a impressão, senão, mais que isso, uma concreta suspeita de que no caso do Banco Nacional executivos, donos, controladores, administradores, proprietários, famílias etc., serão rigorosamente mantidos no paradisíaco e doce território da impunidade. Mas cabeças de funcionários - tenha certeza disso, Sr. Presidente -, irão rolar, serão decepadas. Nós estamos aqui assistindo ao comportamento desses setores.

Esta Comissão, no meu modo de entender, deve engendrar todos os procedimentos possíveis para que as baterias possam ser assestadas contra essas pessoas que, em todas as Comissões Parlamentares de Inquérito, passam pela mais deliciosa das impunidades. A gente cassa deputados, a gente demite funcionários e muitas vezes vão para a cadeia alguns representantes que atuam na esfera do Poder Público, mas não tenho registro de pessoas que se beneficiaram com o dinheiro público, que se beneficiaram com decisões de caráter público e estatal e que se mantiveram nessa situação. Não tenho notícias de que tenham sido punidas.

Esta Comissão já convocou o Presidente do Banco Central - o Congresso ouviu, ontem, o Presidente do Banco Central - mas se concordarmos com isso, ou seja, que o mundo só tem um lado, que essa moeda só tem um lado, estaremos, no meu modo de entender, reiterando, consolidando, congelando uma das mais brutais injustiças deste País. No mundo dos culpados só existe um tipo de culpado, que é aquele que não tem ligações com o poder econômico, que não tem ramais de defesa na estrutura de poder do dinheiro e da sociedade. Essa pessoa paga duramente e muitas vezes até de maneira

justa porque também cometeu alguma omissão ou foi conivente. Mas os autores dos crimes contra o patrimônio público, contra o dinheiro do povo brasileiro têm sido rigorosamente mantidos nesse território tão tranqüilo da impunidade.

Quero apenas manifestar, neste momento, a minha enorme insatisfação, a minha enorme repulsa a esse tipo de procedimento que se instala com uma rapidez impressionante, dentro do Congresso, e faz, com a imprensa brasileira, uma aliança que acho perversa, e que faz rolar cabeças de funcionários, mas se esqueça de empresários, de famílias poderosas, de pessoas que vão continuar, no Brasil ou lá fora, valendo-se do dinheiro, dos recursos que auferiram, ao longo desses processos tenebrosos e desconhecidos por nós todos, mas sabidamente viciados.

Espero que nós, membros desta Comissão, numa assunção de responsabilidades, consigamos dar uma demonstração de que alguma coisa neste País está mudando e que não vai ser apenas um funcionário eventual do Banco Central que irá satisfazer a sede de sangue, mas sim os culpados fulcrais e essenciais por esse estado de coisas que, pela primeira vez, irão para o pelourinho da punição pública, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A palavra está franqueada aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, devido a uma interrupção involuntária, não pude ouvir a conclusão a respeito da reflexão do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não houve conclusão, nobre Senador. O que disse o Senador Suplicy foi que a única maneira de poder trazê-los é através de uma CPI, e que S. Ex^a não via outra alternativa.

O Líder do Governo ponderou que o Ministério Público deverá receber a peça em 10 dias para que sejam tomadas as providências.

O Senador José Fogaça disse do repúdio, segundo a visão de S. Ex^a vê, de só serem criticados os funcionários públicos e os políticos.

Este o resumo, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, acompanhei a reflexão do Senador José Fogaça. Aliás, quero externar o mesmo juízo que V. Ex^a externou a respeito da capacidade com que, certamente, V. Ex^a irá contribuir para esta Comissão. Mas,

além desse sentimento de impotência, se o sujeito não quiser vir, não vem.

Sr. Presidente, quero aqui fazer uma reflexão pública - e espero que o meu amigo Senador Elcio Alvares a ouça -: ainda não sou favorável à criação de uma CPI. Não vejo nela um instrumento para colaborar com a sociedade para que se consiga pôr cobro a este quadro escandaloso - para mim este é um quadro escandaloso. Acredito que devamos conhecer detalhes, na minha opinião, para depois sabermos que caminho seguir.

Hoje vieram me provocar dizendo que não tenho estímulo para a CPI por que o ex-Senador José Paulo Bisol não está aqui, portanto, não tenho quem trabalhe pelo meu Partido.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Poderá colaborar com a CPI. É uma boa sugestão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Creio que, na hipótese mais suave, devemos deixar aqui consignado que o Senado não se sente satisfeito com esse tipo de resposta, e considero essa recusa um obstáculo à apuração dos fatos.

Quero deixar registrada esta opinião.

Entendo que é preciso esclarecer a situação até para não desejar fazer a CPI, porque quero fazer uma avaliação melhor da situação. Essa recusa do Sr. Clarimundo é um veneno para mim. É uma coisa que se marca no "caderninho", porque é uma pedra que foi colocada no caminho limpo sem preconceito de esclarecimento dos fatos. Quero deixar isso registrado.

Se se sucederem coisas desse tipo, daqui a pouco essa idéia da CPI pode vicejar por ser a única forma de esclarecer! Não tenho ainda uma posição definida sobre o assunto, mas essa recusa é um fato muito sério no que considero a análise limpa e despida de emoção, tão fria quanto possível, a respeito de uma situação que, na minha opinião, é escandalosa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Acho que, de modo geral, a colocação de V. Ex^a é a de todos nós: a impotência de não se poder fazer nada, mas, efetivamente, pode desaguar para um caminho que, necessariamente, não seria o melhor. Mas a vinda desse senhor a esta Comissão poderá esclarecer muita coisa, e aqui seria o melhor lugar para isso.

A palavra continua franqueada.

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO - Também não penso que uma CPI, no momento, seria conveniente. O que concluo, acompanhando cuidadosamente as discussões em torno desses episódios dos bancos, é a absoluta incapacidade do Banco Central de

exercer uma das suas funções principais, que é a de evitar esses acontecimentos.

No caso desses três bancos, as irregularidades vinham ocorrendo há tempo, principalmente o descumprimento das leis e regulamentos, que impedia que os bancos negociassem com os seus acionistas controladores, como é o caso do Banespa, com parentes de diretores, e nada aconteceu. O que estamos assistindo é o Banco Central servir para homologar situações irremediáveis, com o comprometimento de recursos enormes da Nação brasileira.

Não sei o que deve ser feito. No primeiro instante, só penso que o Senado precisa examinar este assunto cuidadosamente no sentido de propor à área do Executivo um caminho para darmos maior eficiência ao Banco Central. No caso dos três bancos, houve um forte componente político - em todos eles. Isto é muito grave e está atingindo enormemente o Presidente da República, porque está demonstrando absoluta incompetência para gerir um setor tão importante para a Nação brasileira quanto este. Mas, penso que as pessoas experientes do Senado deveriam refletir sobre estas coisas que estão acontecendo.

Era isto que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão, esclarecendo ao Plenário que, na próxima quarta-feira, às 10h, estão convidados para vir a esta Comissão os irmãos Magalhães Pinto.

O SR. LÚDIO COELHO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. LÚDIO COELHO - Sr. Presidente, muitos vêm a esta Comissão para explicar o que todos sabemos. O que temos que fazer é encontrar meios para evitar esses acontecimentos. Porque todos sabemos o que está acontecendo. Com essas irregularidades, esses desrespeitos às leis, nada fazemos para evitar. Eles vêm confirmar o que está acontecendo. E daí? O que adianta isso para nós?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador, esses requerimentos já foram votados na reunião passada e todos foram aprovados.

Antes da reunião da CAE, tivemos uma conversa com os Srs. Senadores na sala da Secretaria. Por consenso, chegou-se à conclusão de se propor à Comissão a criação de um grupo de Srs. Senadores para regulamentar o art. 192.

Portanto, peço os nomes dos Srs. Senadores para comporem o grupo. A proposta do Presidente

da Comissão está em nome do Senador José Fogaça para Coordenador do Grupo, representando o PMDB. O nome do Senador Espiridião Amin, do PTB, do Senador Eduardo Suplicy, pelo PT, Senador Vilson Kleinübing, pelo PFL, Senador Luiz Alberto, pelo PTB, Senador Geraldo Melo, pelo PSDB, e a Senadora Júnia Marise, pelo PDT.

Pediria ao Senador José Fogaça que, como Coordenador, reunisse o grupo, usando toda a estrutura da Comissão, num prazo mais breve possível. Este seria o trabalho principal da subcomissão.

Também conversamos, Senador José Fogaça, antes que V. Ex^a chegasse a esta pequena reunião, que esse grupo apresentaria à Comissão de Assuntos Econômicos, até o dia 18, um projeto de resolução que permitisse um maior controle sobre as atividades do Banco Central com relação ao Proer.

Sabemos que os Proer não serão votados como medida provisória. Então, esse grupo se reuniria e proporá alguma coisa que não desse tanta flexibilidade ou que desse a flexibilidade necessária ao Banco Central durante esse período.

Continua em discussão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Em primeiro lugar, quero repreender V. Ex^a, porque é a segunda vez que V. Ex^a não me consulta para uma tarefa de responsabilidade, como não me consultou quanto à presença na Comissão. Eu tenho que fazer uma reflexão sobre a minha qualificação para esse tipo de trabalho, que tem um aspecto técnico relevante. De qualquer forma, minha orientação aqui é não recusar tarefas, por mais pesadas ou espinhosas que possam ser.

Parece-me que é preciso, antes de mais nada, detectar ou orientar quanto à natureza do projeto; se um projeto de resolução, que tem uma eficácia mais interna, seria o instrumento legislativo adequado.

De qualquer maneira, parece-me que a existência da Comissão, primeiro, é da maior necessidade, a urgência do trabalho é absolutamente veraz e incontestável e, em terceiro lugar, quero dizer que é possível ainda refletir sobre o aspecto de quem pode ficar com esta coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Sobre projeto de resolução, eu poderia conversar depois de terminada a reunião, tendo em vista um projeto que já está tramitando e que poderia ser alguma coisa intermediária.

Com relação à consulta, praticamente não consultamos ninguém. Conversamos sobre o assunto. Quem trouxe esse problema à discussão foi o Senador Elcio Alvares.

Caberia ao PMDB, como maior Partido, a coordenação. V. Ex^a e todos do PMDB estão capacitados para essa missão. V. Ex^a tem condições de sobra, pelo que vi, de coordenar, e tenho certeza que aceitará.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu queria sugerir que a assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos pudesse reunir, se possível ainda na manhã de hoje ou até o início da tarde, todos os projetos que tramitam no Senado e na Câmara que tratam da regulamentação do art. 192 e distribuir cópia desses projetos, até o final do dia, aos membros da Comissão apontados por V. Ex^a, para que tenhamos um ponto de partida para o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está aceita a sugestão de V. Ex^a. O Secretário Dirceu vai providenciar e remeter aos membros do grupo, para que comecem a estudar.

Srs. Senadores, passamos à pauta normal dos trabalhos.

Com a palavra o Senador Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a inversão da pauta, para que possamos analisar, em primeiro lugar, o ofício em que o Banco Central encaminha solicitação do Governo do Estado do Paraná, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado, cujos recursos serão destinadas ao giro da dívida mobiliária do Estado, vencível no primeiro semestre de 1996, cujo Relator é o Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Luiz Alberto, já tenho em mãos um requerimento do Senador Osmar Dias, do início da reunião, pedindo que o Item nº 2 da pauta extra seja discutido em primeiro lugar.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com a inversão de pauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de rolagem de dívida. Praticamente todos os Estados já encaminharam seus pedidos

ao Senado Federal. Esse pedido de inversão de pauta é porque o vencimento é dia 15/03/96, o que nos obriga a pedir essa inversão. Como o relatório praticamente é resumido pelo projeto de resolução, vou ler o voto e o projeto de resolução para agilizar os trabalhos.

Compete efetivamente a este Senado Federal, nos termos do art.52, incisos V e VIII, da Constituição Federal, autorização de operações de natureza financeira de interesse da União, dos Estados e do Distrito Federal, tanto no caráter de dívida fundada como dívida mobiliária, como no caso a operação ora relatada. O Estado do Paraná possuía, em 30/10, um dívida mobiliária de R\$290 milhões. Quanto ao perfil dessa dívida, observa-se que 12,85% da mesma tem vencimento em 1996; 41,06%, em 1998; e 46,09%, em 2000. Com a efetivação da operação em análise as proporções passarão para 41,06%, em 1998; 12,85%, em 1999; e 46,09%, em 2000. Em 29/12/95, cerca de 48% dos títulos do Estado estavam na categoria definitiva em mercados e outros 48% eram financiados no **over night**.

Concluindo, pois, que se encontram atendidas as condições estabelecidas na Resolução nº69/95, sob parecer favorável ao atendimento do pleito do Governo do Estado do Paraná, sendo indicado o percentual de 98% para rolagem de sua dívida mobiliária, vincenda no primeiro semestre de 1996, nos termos do seguinte Projeto de Resolução.

Portanto, atendendo ao critério estabelecido pela Comissão de Assuntos Econômicos, estou propondo a rolagem de 98% da dívida mobiliária do Estado do Paraná, mesmo porque esse Estado é um dos que possui, em relação ao seu orçamento, uma das menores dívidas.

Sr. Presidente, consulto se é necessário ler o projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não, V. Ex^a pode concluir.

O SR. OSMAR DIAS - É que o Senador Espiridião Amin estava ocupado enquanto eu lia o relatório. Estou propondo a rolagem de 98% da dívida mobiliária do Estado, atendido, inclusive, proposta do Senador Amin. O valor é de R\$290 milhões, portanto, uma dívida pequena em relação a outros Estados da União. O vencimento é 15/03, e o Estado tem capacidade de pagamento de 48% dessa dívida, mas, já que o critério estabelecido pela Comissão de Assuntos Econômicos é 98%, estou propondo 98% e espero a aprovação deste projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, o Paraná tem uma das menores dívidas do País...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Porque teve um bom Governador antes.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - ... e até pouco tempo atrás tinha uma folha de pagamento de 56%. Não é exatamente a situação atual quando a folha de pagamento já chega aos 80%, graças a alguns equívocos administrativos.

A rolagem dessa dívida deveria ser normalmente de 51%, mas eu, como paranaense, espero que a Comissão de Economia sequer discuta o requerimento do Senador Osmar Dias para rolagem de 98%, porque a imoralidade na rolagem das dívidas públicas já foi estabelecida no Congresso Nacional. Repetindo o Ponté Preta: "Ou restaura-se a moralidade ou todos nos locupletamos." O Paraná não espera nem mais nem menos do que, indevidamente, os outros Estados receberam.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A palavra está franqueada aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Alberto de Oliveira para discutir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Gostaria de congratular-me com o relatório do Senador Osmar Dias, que possibilita ao Estado do Paraná a rolagem de 98% da sua dívida mobiliária. Poderia ser 100% como fizemos para outros Estados, como o Estado do Bahia, e poderia ser, por exemplo, 100% como o Senado já autorizou ao eminente ex-Governador do Estado do Paraná, Senador Roberto Requião, que solicitou a rolagem de 100% da dívida quando Governador do Estado e, efetivamente, recebeu o aval do Senado Federal. Naquela época, S. Ex^a ficou muito satisfeito, e até telefonou para agradecer a atuação que tive em defesa dos interesses do seu Governo, que, na ocasião, representava os interesses superiores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Nobre Senador, antes de passar a palavra ao Senador Roberto Requião, eu gostaria de esclarecer a V. Ex^a que não foi privilégio do seu Governo ter a rolagem de 100% da dívida aprovada. Todos os Estados brasileiros - e isto começou com pedidos de Mato Grosso e de Goiás - tiveram a rolagem de 100% aprovada. V. Ex^a não recebeu nenhum privilégio.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, citado que fui, quero voltar à tese anterior. O que eu requeri foi a mesma imoralidade que se atribui ao conjunto dos Estados brasileiros e que leva a Nação à insolvência. E contei com a colaboração ativa do Senador Luiz Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria, respondendo também, citado que fui, de dizer que, lamentavelmente, o Senador Roberto Requião muda de opinião com relativa rapidez. Quando S. Ex^a, como representante do povo paranaense, fez a solicitação, por escrito, S. Ex^a, provavelmente, não acreditava que estava solicitando por escrito, com a responsabilidade de Governador do Estado, e assinando em nome do povo do Paraná. S. Ex^a, provavelmente, não estava imaginando que estava solicitando uma imoralidade ao Senado e ao Banco Central.

Entretanto, como eu conheço o Senador Roberto Requião há muitos anos, tivemos o prazer de fazer 11 debates na Assembléia Legislativa, a respeito, inclusive, do endividamento externo do Paraná - eu tive oportunidade de contribuir para o Governo de S. Ex^a na ocasião em que ele solicitou um empréstimo internacional do BIRD no valor de US\$310 milhões, e pude, nesta Comissão, até agilizar o processo -, eu creio que o importante não é a colocação, até certo ponto leviana, do Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, não é só o Senador Antonio Carlos Magalhães que cobra desaforos com energia. V. Ex^a se contenha, ou farei como o Sr. Antonio Carlos Magalhães e o faço calar pela força.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Então faça se for homem, faça. V. Ex^a é leviano.

(Tumulto na Comissão.)

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, apenas desejo lembrar que o que está sendo discutido na Comissão de Assuntos Econômicos é o relatório que fiz propondo a rolagem de 98% da dívida do Estado do Paraná. Não estamos discutindo relatórios antigos, Sr. Presidente.

Eu gostaria, então, de voltar à discussão do meu relatório e pedir que os Srs. Senadores aprovassem a rolagem dessa dívida, como fizeram com a dos outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Continua em discussão a matéria.

O nobre Senador Esperidião Amin deseja, ainda, usar da palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLEY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Supley.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, entendo que há necessidade de uma atitude responsável da nossa parte com respeito a resolução que vamos seguir. Se vamos estabelecer normas disciplinadoras para que cada Estado tenha um procedimento que gradualmente torne mais saudável as finanças dos Estados, inclusive com repercussão para as finanças do Tesouro, então há a necessidade de nós as levarmos a sério.

No ano passado, houve aqui uma decisão, sugerida pelo Senador Vilson Kleinübing, no sentido de que permita a rolagem de 98% da dívida dos Estados. Daí, começamos a abrir mão.

É o momento de analisar, como disse o Senador Roberto Requião, se vamos abrir a possibilidade para todos, procedermos sem qualquer disciplina ou vamos sugerir uma norma disciplinadora que seja gradual, factível e que possa, inclusive, de alguma forma, levar em conta a recomendação de como se disciplinar as finanças do Tesouro, com suas repercussões vindas dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Gostaria de esclarecer a V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Supply, que o Senador Esperidião Amin deve está finalizando um trabalho, com o objetivo de resolver esse problema dos ralos.

Perguntaria ao Senador Esperidião Amin em que fase o trabalho e quando poderemos apresentá-lo nesta comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço permissão para não fazer um relato, mas prestar contas e fazer um pedido.

O pedido que quero fazer é ao nobre Senador José Fogaça, que é o relator do meu projeto de resolução que extingue a Resolução nº 70/95. Não estou aqui cobrando, mas pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - S. Ex^a só a recebeu no dia de ontem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Eu sei disso, mas quero fazer um apelo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Foi encaminhado pela Secretaria da Comissão, mas só bateu na minha mesa hoje pela manhã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Mas gostaria de fazer um apelo. É em homenagem ao Senador José Fogaça que não vou pedir o (inaudível).

Seria uma desconsideração minha: no primeiro projeto que recebe para relatar pedir urgência, conseguisse ou não. Seria uma desconsideração. Porque este é o maior ralo.

Mas, quero fazer um apelo, porque este é o maior ralo. Nós deferimos...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Que permite todas essas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Permite, o diabo. Nós abrimos mão de competência constitucional do Senado Federal ao dizermos: "Ficam os Estados autorizados a firmar contratos de acordo com o que

disser, com o que tiver dito e com o que venha a dizer o Conselho Monetário Nacional." Composto por quem? Dois Ministros e o Presidente do Banco Central. Aceitar o que tenha dito ou o que venha a dizer o referido conselho.

Então, não temos como consertar esta Resolução nº 70/95, pelo menos é a informação jurídica que eu tenho. O nobre Senador José Fogaça vai estudar e ver se tenho razão ou não. Tem de haver uma correção e eu não vejo como corrigi-la mais; talvez tenhamos que extirpar.

Segundo, os ralos são 4, nobres Senadores. Dentro desta visão que foi até o cerne deste último incidente e que tem sido o cerne do discurso do Senador Vilson Kleinübing, estou fazendo uma comparação entre o que tem pago os Estados e os Municípios em matéria de taxas de juros, encargos financeiros de Antecipação de Receita Orçamentária, ARO.

O meu Estado renovou agora, no dia 25 de janeiro, R\$122 milhões de antecipação de receita, que equivale a praticamente um mês de receita. É claro que o Estado não podia pagar no dia 25 de janeiro um mês de receita. Como é que vai pagar? Renovou para o ano que vem a 2,90 ao mês mais TBF. Isso deve dar 52% de juros ao ano. Com a receita do Estado estagnada, é claro que isso não será pago. Essa taxa de juros está 8% acima da média e 16% acima da média da taxa de juros do mercado financeiro que o Banco do Estado de Santa Catarina cobra das prefeituras que fazem antecipação de receita com ele.

É feita para não ser paga. Renova para janeiro de 1997 e é claro que nessa época não terá dinheiro para pagar 150, 160, 180 milhões. Considerando 50% de acréscimo sobre isso, pagará 170 milhões, 180 milhões com uma receita que está, praticamente, estável. Essa é mais uma coisa que se cria. É um ralo a mais.

Sobre a antecipação de receita, há um estudo pronto, e o Banco Central concorda em divulgá-lo. Já que não existe tabela de juros, o índice médio da taxa de juros será a praticada pelo mercado. Se exceder a isso, a antecipação de receita será negada pelo Banco Central e virá para o Senado, e a Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal e o Tribunal de Contas respectivo serão notificados. Já está escrito isso, em conjunto com o Banco Central. Ou seja, a antecipação de receita continua a ser automática. Não precisará passar pelo Senado, se o encargo financeiro não for absurdo. Se for, o Banco Central nega e manda para o Senado, e a Assembléia ou Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas serão notificados.

Segundo ralo são as estatais. Sobre isso, abrem-se dois leques...

O SR. (Não Identificado) - Estados e Municípios, não é Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sim, porque as estatais federais estão abrangidas pela Resolução 96/89. As estatais dos Estados e Municípios estão fora de controle. O exemplo da CESP, que vimos aqui, é clássico. Há o caso do meu Estado, do Paraná, de Minas Gerais e outros. Agora virou moda. Estão criando estatais semifinanceiras para colocar debêntures baseadas em ações que os Estados têm e que não fazem parte do controle acionário, por exemplo, da CELESC, da COPEL ou da CEMIG. Alavancam com isso o dobro do que alavancariam se privatizassem essas ações, se as vendessem em leilão, e vão pagar juros durante cinco anos, inviabilizando, inclusive, administrações sucessoras, com um detalhe: isso não passa nem pelo Senado nem pelo Banco Central. Esse é um ralo que existe hoje.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Feito pelos mesmos grupos econômicos em todos os Estados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Já existe uma organização para fazer isso.

O SR. (Não Identificado) - Qual é o banco?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não é operação financeira, é colocação de debêntures, é corretora.

O SR. (Não Identificado) - (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não, corretoras não officias. No meu Estado foi o Bradesco, sem concorrência. Estão especializados nisso. Essa é uma nova forma de aumentar o compromisso; já que não pode aumentar a dívida, aumenta o compromisso. Quem é o responsável pela INVESC? É o Tesouro do Estado de Santa Catarina, só que o Senado não autorizou, não passou pelo Banco Central.

Isso é uma indústria. Estou cuidando disso, vou trazer a proposta. Não dá para o Senado fazer isso sem o mínimo de cooperação com o Banco Central e com a CVM, neste caso. E com a CVM, que já foi instada, estou prestando conta.

O SR. ELCIO ALVARES - O que a CVM disse?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Já fez umas três operações. O que passou, passou. Temos que trancar. O Banco Central está trancando agora. O que estou relatando é da maior gravidade.

Outra trapalhada: convênios internacionais para comprar equipamento lá fora sem concorrência. V. Ex^a lembra da operação Israel-São Paulo? Ou seja, faz-se um acordo internacional, o Proex deles... Todos os países têm Proex, e até mais generosos que o nosso, o nosso Proex foi criado aqui nesta Comissão, na legislatura anterior, depois que houve aquele incidente que envolveu o atual Deputado Eli-seu Rezende.

Então, por exemplo, o Governo da Itália financia a venda de caminhões de bombeiro que tem similar nacional, superfaturados às vezes, sem concorrência. A operação, contudo, não passa pelo Senado, porque, pela Constituição brasileira, somente o Presidente da República pode mandar acordo internacional gravoso ao patrimônio nacional. Então, o acordo internacional não existe perante o Congresso. Veio para esta Comissão um desses e foi devolvido. Além disso, a operação de crédito passa a ser interna, porque o Banco do Brasil é que financia o Estado: ele recebe o Proex de lá, coloca o dinheiro para comprar o equipamento e a responsabilidade do Estado passa a ser com o Banco do Brasil. Portanto, não passa pelo Senado.

Finalmente, há o ralo do câmbio, que é uma questão mais técnica - então, são quatro ralos que nós já identificamos -, pelo qual está vazando, repito, ou endividamento, ou responsabilidade do Tesouro dos Estados e dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Quando V. Ex^a poderá submeter ao Presidente da Comissão para que se coloque em votação?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - A primeira resolução, que versa sobre a ARO, só depende da fixação do nome pelo Banco Central desse índice de taxa de juros aceitáveis. A segunda depende de contato com a CVM, que já foi feito pelo Banco Central.

Acredito, Sr. Presidente, que as duas primeiras resoluções, em menos de 15 dias, eu possa trazer para cá. Talvez até a primeira, nesta semana, eu já encaminhe, não quero assumir esse compromisso para depois não cumprir. Até o fim do mês já teremos condições de regular a ARO.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Só para complementar, no caso das AROs, existe uma reserva de mercado no Brasil. São seis a oito bancos de segunda linha que a prefeitura ou o governador pedem a cotação. A cotação de quem é para ganhar vem numa taxa mais elevada, bem acima do mercado, e os outros, numa cotação lá embaixo, porque é difícil fazer concorrência a esse respeito.

Por isso, outro dia, insisti aqui no debate com as autoridades econômicas, para que essa operação seja feita em um banco oficial - Banco do Brasil ou CEF -, não do Estado, até porque são alterações garantidas com ICMS, é passada a procuração pelo Governador com o ICMS.

A segunda observação é que temos que tomar muito cuidado, Srs. Senadores, pois estamos autorizando rolagem de 100% para quem não pode e para quem pode pagar. Na origem, estamos fazendo o que o Clarimundo fez, até que uma hora estoura um rombo grande e alguém terá que pagar a conta. Estamos ro-

lando dívida sobre dívida, acrescenta-se o juro, dívida sobre dívida, juro... até que uma hora explode.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 1.

Concedo a palavra ao Senador Beni Veras, Relator da matéria.

O SR. BENI VERAS - Trata-se de solicitação do Governo do Estado do Ceará para que possa contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$25.813.068,00, destinados ao desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população de menor renda, com recursos do FGTS, dentro dos programas Pró-Moradia, Pró-Saneamento e Pró...

Conclusão. As condições são normais para aquele tipo de operação realizada junto à Caixa Econômica Federal.

Solicito aos Srs. Senadores que autorizem essa permissão para o Governo do Estado do Ceará contratar esse empréstimo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Há no relatório uma referência ao fato de que - refiro-me ao que está ao alto da página 13, segundo parágrafo:

Tendo em vista que o percentual aplicado no ensino atingiu 22,8% da receita de impostos, valor bastante próximo dos 25% exigidos pela Constituição, acredito não ter havido predisposição do Governo Estadual para fugir à regra. Ocorreu, isto sim, um pequeno desvio em relação à meta inicialmente traçada.

Além disso, informa o Governo do Estado do Ceará, em documentação que instrui o processo, que a complementação da despesa ocorrerá no presente exercício, prática comum na gerência de orçamentos públicos.

Não tenho conhecimento, Sr. Presidente, de que esta realmente seja uma prática comum de não se está cumprindo a exigência de 25% estabelecidos pela Constituição de percentual de gastos na área da educação. Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente. Não se está colocando água no café, não é?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não, não está, Senador.

É a agitação dos últimos acontecimentos financeiros do País.

O SR. BENI VERAS - Senador Eduardo Suplicy, a diferença é de 2,5%.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Senão vamos voltar ao maracujá, Sr. Presidente.

O SR. BENI VERAS - 2,5%. E é propósito do Governo do Estado do Ceará no ano corrente completar esses recursos que faltaram nos estabelecimentos de educação no ano anterior. É um compromisso assumido pelo Governo do Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de solicitar ao Governo do Estado do Ceará que realmente haja demonstração ao longo do presente exercício - e o Senador Beni Veras, dado este compromisso, verificar que a comissão possa receber a informação do cumprimento efetivo do que aqui está, uma vez que existe a disposição por parte do Governo Estadual de cumprir o compromisso. Como não ocorreu no período passado que efetivamente isto venha a ocorrer e que a demonstração do fato seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Vamos exigir isso, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Para concluir a pauta extra, pediria a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, que lesse o relatório do Senador Lauro Campos, que é favorável.

O SR. EDUARDO SUPLICY -

(Leitura de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA - Sr. Presidente, todos da Casa conhecem minha posição em casos semelhantes, sempre a favor dos Municípios, dos Estados que estão numa situação de insolvência. Só fico triste que se trate de um empréstimo interno, portanto, muito mais caro do que os empréstimos externos.

O Senador Lauro Campos, que é contra os empréstimos externos, no meu entender, falha nessa sua posição. Como acabamos de ver, empréstimos internos são tomados com correção monetária e, as vezes, mais 30, 40%; e o empréstimo externo é sempre mais barato. É uma pena, mas sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que se trata de um empréstimo condicional que só pode ser interno, para a finalidade a que se destina.

O SR. PEDRO PIVA - Senador Suplicy, estou colocando apenas minha posição. Quando disse que era uma pena que se tratasse de um empréstimo interno e não externo, é porque este último seria mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2.

Relator Senador Ramez Tebet.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga para fazer a leitura do parecer.

O SR. BELLO PARGA -

(Leitura de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão o Item nº 2 da pauta normal. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3.

Projeto de autoria do Deputado Odélmo Leão e Relator Senador Ney Suassuna.

Peço ao Senador Luiz Alberto que leia o relatório.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA -

(Leitura de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item nº 4.

Projeto de autoria do Senador Gilberto Miranda. Não estando presente o Senador Ney Suassuna, convido o Senador José Fogaça para ler o parecer do Senador Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, trata-se de parecer sobre o Projeto de Resolução nº 123, de 1995, que dispõe sobre a prestação de informações à Comissão de Assuntos Econômicos sobre a execução da política monetária pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.

O parecer, que é de autoria do Senador Ney Suassuna, conclui pela aprovação, manifestando-se favoravelmente e estabelecendo claramente "nada tendo a opor quanto ao mérito da proposição".

De acordo com o § 2º, art. 6º, da Lei nº 969, de 1995, o Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária trimestral aprovada pelo Conselho Monetário Nacional.

É, portanto, indispensável que aquela comissão possa dispor de um conjunto mínimo de informações relativas à condução da política monetária nacional a serem prestadas pelo Banco Central do Brasil, a fim de poder elaborar, com a devida adequação, o parecer que será submetido ao Congresso, justificando-se de forma inequívoca a relevância do tema de que trata o presente projeto de resolução.

Sr. Presidente, quero salientar que sou responsável pela introdução desta emenda na Lei nº 969, de 1995, uma vez que fui o Relator da Medida provisória do Real, que se converteu nesta lei.

Em negociação, na época, com o então Ministro da Fazenda Rubens Ricupero, chegamos a essa definição. Mais tarde, sucessivamente, foi possível que as medidas provisórias subseqüentes incorporassem esta emenda. O próprio Governo acolheu uma proposta do Congresso, do Relator da medida provisória, e passou a enunciar na medida provisória que, através de um decreto legislativo, poderia o Congresso Nacional rejeitar a programação monetária trimestral estabelecida pelo Banco Central.

Agora, com essa proposta do Senador Gilberto Miranda, penso que se enriquece este instrumental pela necessidade de um maior provimento de informações. O relatório trimestral do Banco Central que nos chega às mãos, pelo menos quando eu era membro da Comissão de Economia recebia isso sistematicamente, logo os membros atuais devem estar recebendo. No entanto, segundo depoimento do nosso Presidente, isso tem vindo com um certo atraso.

Sendo assim, o projeto é oportuno e o parecer do Relator é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedido vista a V. Exª.

Está encerrada a reunião por falta de quorum.

(Levanta-se a reunião às 12h20min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1996, ÀS 10:30 HORAS.**

Às dez horas e trinta minutos do dia sete de março de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador GILBERTO MIRANDA e com a presença dos Senadores Onofre Quinan, Bello Parga, Carlos Patrocínio, Jefferson Peres, Pedro Piva, Lauro Campos, Valmir Campelo, Arlindo Porto, João França, Ademir Andrade, Joel de Hollanda e Romero Jucá, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Ney Suassuna, Carlos Bezerra, Ramez Tebet, Fernando Bezerra, José Fogaça, Francelino Pereira, Vilson Kleinübing, João Rocha, Jonas Pinheiro, Freitas Neto, Beni Veras, Geraldo Melo, Esperidião Amin, Leomar Quintanilha, Eduardo Suplicy, Osmar Dias e Junia Marise. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e a seguir passa a ler a carta enviada pelo senhor **ADILSON FERREIRA, Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil S/A**, justificando o seu não comparecimento perante esta Comissão. Em discussão o assunto, falam os Senadores Lauro Campos, Joel de Hollanda e João França. Fica acertado que seja novamente convidado a o Senhor **ADILSON FERREIRA, Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil S/A**, para prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional; bem como, registrado o repúdio pelo seu não comparecimento na presente data. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerra a reunião às dez horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

Senador Gilberto Miranda Batista

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Hoje deveríamos ouvir o Gerente de Fiscalização do Banco Central, Dr. Adilson Ferreira, mas, na tarde de ontem, recebemos do Banco Central do Brasil uma correspondência endereçada ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, nos seguintes termos:

"Prezado Senador,

Refiro-me ao honroso convite CAE nº 9, de 1996, de 29 de fevereiro de 1996, para participar de reunião extraordinária nessa Comissão de Assuntos Econômicos desse Senado, dia 7 de março, às 10h, para prestar esclarecimento acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional S. A.

A propósito, solicito a V. Ex^a a especial gentileza de adiar a minha participação para, juntamente com o Diretor de Fiscalização, este Banco Central estar presente nessa Comissão em nova data a ser definida, considerando que o Diretor é o responsável hierárquico pelo Departamento de Fiscalização e não foi convidado para a referida reunião.

Na oportunidade, apresento a V. Ex^a as minhas cordiais saudações.

Adilson Rodrigues Ferreira."

A matéria está aberta para discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ontem já se furtou de prestar declarações diante desta Comissão o notório Diretor do Banco Nacional, Sr. Clarismundo Santana, natural de Patos de Minas, que confessou estar produzindo moeda escritural *ex-neo*, a partir do nada. A gravidade do crime por ele perpetrado, deveria ser examinado detalhadamente diante desta Comissão, mas o referido senhor aqui não compareceu.

Diante desse quadro, que é do conhecimento da Nação, um quadro de gravidade que aflora agora e que contamina, pelo menos, 26 bancos que já foram liquidados e mais 25 bancos que se acham sob intervenção, fora as outras instituições financeiras, seria de se esperar que o Diretor do Banco Central, o Sr. Adilson Ferreira, viesse aqui, tivesse interesse em vir aqui, para esclarecer certos meandros, certas partes, certos aspectos bastante suspeitos dessa conduta do Banco Central nos últimos tempos.

Infelizmente, não atendendo a dispositivo legal e praticando uma descortesia para conosco, Senadores que aqui comparecemos para ouvi-lo, o Sr. Diretor do Banco Central se furtou a isto. De modo

que, então, manifesto o desejo de que a Comissão de Assuntos Econômicos, através de V. Ex^a, faça chegar ao conhecimento da Direção do Banco Central o nosso protesto contra esta ausência indevida e injustificável de seu Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Lauro Campos, ainda hoje expedirei um ofício comunicando ao Dr. Adilson Ferreira que o ouviremos na próxima terça-feira, às 10h 30min, e esclarecendo que o Diretor não foi convidado por esta Comissão por não ter sido seu nome incluído na votação que determinou os que por nós seriam ouvidos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Sr. Presidente, solicito um esclarecimento, porque, pelo que entendi da leitura do ofício-resposta do Banco Central, não houve a comunicação da recusa para vir prestar esclarecimentos, mas sim, sendo o Sr. Adilson Ferreira um subordinado, a sugestão de convidarmos o Diretor da Diretoria que viria juntamente com S. S^a prestar esclarecimentos. Não sei, então, se o convite agora será feito ao Diretor da Diretoria ou ao Diretor de Departamento, que é o Sr. Adilson Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Há duas reuniões da CAE se originou o convite, foi colocado em votação e os Srs. Senadores da Comissão o aprovaram, por unanimidade, somente para o Sr. Adilson Rodrigues Ferreira, tendo em vista que S. S^a declarou a jornais de circulação nacional que o Senhor Presidente da República e o Banco Central já sabiam, desde o dia 6 de agosto, dos problemas do Banco Nacional. Quem fez a declaração foi o Dr. Adilson, não foi o Diretor do Banco. Por isso, algum dos Srs. Senadores apresentou o nome do Sr. Adilson para que aqui viesse, claro, confirmar suas declarações.

Sendo S. S^a o Gerente de Fiscalização, sabemos também que atua mais diretamente na ponta e que é o primeiro a saber e ler realmente os relatórios que são feitos com relação à fiscalização. Sem dúvida alguma, acredito, com tantas instituições financeiras no País, o Diretor venha a saber só da parte final que lhe interessa, sendo que "o grosso" passa mesmo, como sabemos, em qualquer empresa, em qualquer lugar, pela gerência. Por isso os Srs. Senadores convidaram o Gerente e não o Diretor. O Diretor não está convidado, mas isso não quer dizer que não possa estar presente e, se for o caso, ele subsidiar o Sr. Gerente do Banco Central.

Fica, então, marcada para a próxima terça-feira, às 10h 30min, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para ouvirmos o Gerente de Fiscalização, Dr. Adilson Rodrigues Ferreira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h 41min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1996, ÀS 10:40 HORAS.**

Às dez horas e quarenta minutos do dia doze de março de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador GILBERTO MIRANDA e com a presença dos Senadores Ney Suassuna, Carlos Bezerra, José Fogaça, Vilson Kleinübing, Jonas Pinheiro, Bello Parga, Freitas Neto, João Rocha, Carlos Patrocínio, Beni Veras, Jefferson Peres, Pedro Piva, Eduardo Suplicy, Valmir Campelo, Arlindo Porto, João França, Osmar Dias, Junia Marise, Ademir Andrade, Roberto Requião, Pedro Simon, Joel de Hollanda, Lúdio Coelho, Lúcio Alcântara, José Eduardo Dutra e Antonio Carlos Valadares; reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Ramez Tebet, Fernando Bezerra, Francelino Pereira, Geraldo Melo, Esperidião Amin, Leomar Quintanilha e Lauro Campos. Havendo número regimental o senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e a seguir passa a ler a carta enviada pelo senhor **ADILSON FERREIRA, Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil S/A**, alegando estar impossibilitado de comparecer perante a Comissão em virtude de viagem a serviço. Em discussão o assunto, falam os Senadores Osmar Dias, Ademir Andrade, Roberto Requião, Vilson Kleinübing, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy, Júnia Marise, Jefferson Peres, Antonio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, José Fogaça, Pedro Piva, Bello Parga, Carlos Bezerra e Pedro Simon. Fica acertado que seja novamente convidado a o Senhor **ADILSON FERREIRA, Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil S/A**, para prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional; bem como, renovado o repúdio pelo seu não comparecimento na presente data. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerra a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

Senador Gilberto Miranda Batista

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Hoje iríamos ouvir na Comissão, a convite, o Sr. Adilson Rodrigues Ferreira, gerente do Banco Central do Brasil, responsável pela área de fiscalização. Recebemos um ofício do Banco Central do Brasil:

Brasília, 16 de março de 1995.

Refiro-me ao Ofício CAE 022/96, de 07.03.96, por meio do qual essa Comissão de Assuntos Econômicos reitera o convite para o meu comparecimento nesse Senado em 12.03.96, às 10h30min, a fim de prestar esclarecimento dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional.

Não obstante o interesse em atender ao honroso convite dessa Comissão, informo a V. Ex^a a impossibilidade de minha presença à referida reunião, por estar ausente de Brasília, em viagem a serviço.

É a segunda vez que a Comissão de Assuntos Econômicos convoca o Dr. Adilson Rodrigues Ferreira para comparecer aqui; sendo ele que deu entrevistas dizendo que o Senhor Presidente da República, desde 6 de agosto, sabia do caso do Banco Nacional, há três reuniões passadas a CAE decidiu convocar uma série de pessoas ligadas ao Governo e a essa investigação.

É a segunda vez que ele não comparece, e ontem também o Sr. Clarismundo Santana não compareceu, no Rio de Janeiro, à Procuradoria do Estado, e se negou a prestar esclarecimentos.

Temos uma pauta dos novos depoimentos na Comissão, mas, antes de ler a pauta, eu gostaria de discutir a não-presença do Dr. Adilson aqui. Na minha opinião, isso reforça mais uma vez a tese de que todos aqueles que assinaram o pedido de CPI estão certos. Se o Governo quer efetivamente que a Comissão de Assuntos Econômicos, à qual está ligada esta matéria, saiba detalhadamente dos procedimentos e dos relatórios feitos nos últimos dez anos do Banco Nacional, tanto o Ministro da Fazenda quanto o Ministro do Banco Central deveriam pedir que o Dr. Adilson viesse à Comissão. Ele não está vindo, há uma semana que ele recebeu o comunicado, e a viagem poderia ter sido cancelada. Lamento, mais uma vez, e vou convidá-lo pela terceira vez, estabelecendo uma data; mas a matéria está em discussão, pelo não-comparecimento do Dr. Adilson Ferreira.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, V. Ex^a disse, em resumo, o que eu gostaria de dizer. Assinei a CPI dos bancos, e os jornais do final de semana publicaram uma eventual posição do Presidente da República, sobre a qual já me pronunciei ontem a respeito, que, se for verdadeira, é para mim uma grande decepção. Não acredito que o Presidente da República pudesse aventar a possibilidade de convidar o Senador Jefferson Peres e eu para deixarmos o Partido, mesmo porque esse convite não deveria ter sido feito pela imprensa.

Continuo aguardando o pronunciamento oficial do PSDB, mas agora estou cada vez mais convicto de que a assinatura que dei no requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares foi bem dada; eu o faria de novo hoje e, todas as vezes em que houver uma CPI para investigar os bancos, eu assinarei.

Aqui há aqueles que querem investigar os detalhes e aqueles que não querem investigar, não sei por quais motivos; essa desobediência ao convite da Comissão de Assuntos Econômicos por duas vezes reafirma, portanto, o nosso desejo de investigar; e penso que ele não poderá negar-se a vir depor numa CPI. Por isso, a CPI tem que ser realizada, e espero que os Líderes de todos os partidos indiquem realmente os integrantes da Comissão, para que ela possa efetivamente ser realizada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Senador Gilberto Miranda, eu gostaria de concordar com as afirmações de V. Ex^a no sentido de insistir na presença do funcionário do Banco Central.

Agora, eu gostaria de indagar de V. Ex^a se realmente o PMDB fará a indicação dos membros da CPI do Sistema Financeiro. Porque a reportagem que saiu na revista *Veja* desta semana é extremamente grave, sobre as atitudes de Senadores desta Casa. E essa reportagem inclusive atribui exclusivamente a V. Ex^a a iniciativa da criação dessa CPI.

O que gostaríamos de saber é se o PMDB já está comprometido, se o PMDB de fato vai indicar os seus membros para comporem essa comissão e que fundamentos tão graves existem nas denúncias feitas pela reportagem da revista *Veja*. Creio que isso é muito importante.

Estou vendo o empenho de V. Ex^a em trazer esse depoente aqui, o Sr. Adilson, e inclusive em mostrar a necessidade da CPI, com a qual todos concordamos que seja feita.

Mas há no ar a dúvida de que o PMDB fará a

indicação de seus membros, de que tudo que está sendo feito é apenas para negociar certas coisas.

Creio que precisamos dar uma resposta à altura às colocações que são feitas pela imprensa e às dúvidas da sociedade neste momento.

De forma que deixo aqui uma indagação a V. Ex^a, como pessoa muito influente no PMDB, muito ligada ao Líder Jader Barbalho e ao próprio Presidente Sarney. Eu gostaria de ter a certeza de que o PMDB fará a indicação de seus membros nessa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Ademir Andrade, creio que V. Ex^a tocou num assunto muito importante, que eu pretendia abordar no plenário do Senado. Mas aproveitarei para falar nesta comissão, da qual sou Presidente.

A revista *Veja*, em parte, acerta e, em parte, erra violentamente. Em nenhum momento existiu uma reunião à noite, depois da sessão do Senado, da qual participaram o Senador Jader Barbalho; o Presidente do Senado, Senador José Sarney e os Senadores Renan Calheiros e Gilberto Miranda para tomar chope, comer batata frita e quebrar a crista do Governo. Primeiro, eu não gosto de chope - todos sabem que gosto de vinho e da melhor qualidade. Batata frita não cabia nessa oportunidade porque não existiu.

Portanto, em nenhum momento existiu essa reunião; em hipótese alguma. A reunião é mentirosa, é fantasiosa; a revista ouviu falar alguma coisa e escreveu.

Em muitas coisas a revista acerta.

Com relação à influência de V. Ex^a, agradeço o elogio, mas não tenho influência para isso. Só tenho meu voto aqui e lá no plenário.

Agora, com relação à indicação, quem pode responder é meu Líder. Horas antes de ele viajar, numa reunião que teve com os Líderes de outros partidos que apóiam o Governo, no gabinete da Liderança, na qual eu estava presente, ele reafirmou que, a pedido do Governo, não indicaria, no dia da viagem, para não colocar mais fogo. Mas, em hipótese alguma, ele deixaria de indicar os membros. Tenho certeza de que o Senador Jader Barbalho indicará os quatro nomes para a comissão na terça-feira, tão logo chegue. Não só os quatro titulares como os quatro suplentes. Sem dúvida nenhuma.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador Gilberto Miranda, não é importante que tenha havido uma

reunião com chope e batata frita. O importante é que essa CPI não acabe em pizza!

Quando assinei a CPI, assinei com a convicção de que era necessária. Precisamos aprofundar essa questão do Proer, do comportamento do Banco Central; precisamos modificar o sistema financeiro nacional, e seria muito interessante que isso fosse feito com a colaboração do Presidente da República, que deveria ter aderido à CPI no primeiro momento, porque ela não é contra ele, é a favor do Brasil.

Mas, para diminuir as dúvidas do Senador Ademir Andrade, assumo com ele um compromisso: Se o PMDB não indicar os membros da CPI, desligo-me do Partido, porque, como os Srs. Senadores que assinaram essa proposta, não o fiz por brincadeira. A questão é muito séria; é muito mais séria do que pode parecer em um primeiro momento.

No domingo, o jornal *O Globo* publicou na página de economia nº 43, em artigo amplo, uma notícia de que o parceiro do Excel na compra do Banco Econômico, um banco suíço, **Union Banqueur Privée**, teve seus diretores presos em Miami, acusados de tráfico de cocaína e lavagem de recursos do narcotráfico. Os diretores estão negociando com os promotores americanos a diminuição de suas penas, ao tempo em que se comprometem a atuar como testemunhas de acusação nas próximas etapas do processo. E foram notificados pelo juiz Moreno que terão de entregar aos Estados Unidos US\$15 milhões que retiraram do país ilegalmente em nome de narcotraficantes ou criminosos de colarinho branco.

A questão é muito séria, e não podemos admitir mais que o Senado seja desprestigiado, diminuído, com a recusa infundada de funcionários públicos a comparecerem, a convite, a esta Comissão de Economia. A função do Senado é esta: ouvir os funcionários públicos de todos os escalões, para que possamos nos informar, modificar legislações e tomar providências na nossa função de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Essa questão do sistema financeiro nacional, no entanto, à medida em que notícias como essa, de *O Globo*, são reveladas ao País, deixa de ser uma questão de CPI e passa a ser uma questão de polícia. Espero que a CPI seja instalada rapidamente, e os Partidos que se recusarem a indicar os nomes vão pagar caro nos palanques eleitorais e estarão claramente defendendo um sistema financeiro extremamente corrompido. O pretexto de que haveria um

desequilíbrio do sistema financeiro com a CPI equívale, como disse ontem no Plenário, a um pretexto provável de alguém que dissesse que o narcotráfico do Rio de Janeiro não poderia ser combatido porque os depósitos dos narcotraficantes davam saúde ao sistema financeiro e bancário brasileiro. Não tem cabimento. Se existe roubo e se existe crime, queremos o saneamento.

Termino com uma opinião do Sr. Ronaldo Nogueira, Diretor do Fundo Brasil, que tem um patrimônio de US\$400 milhões, que defende a CPI dos Bancos e acredita que ela ajudará a sanear o sistema e não afetará a confiança dos investidores estrangeiros no Brasil.

Sugeri aos Senadores que firmaram o pedido de CPI que, neste período de relações epistolares entre o Congresso e o Presidente da República, escrevêssemos nós também uma carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, deixando claro, em primeiro lugar, que não acreditamos que ele seja desonesto; acreditamos na sua seriedade; que esta CPI não é contra o Governo, é a favor do Brasil, e que cobramos dele, como tantas vezes cobrou de nós, que acredite no Senado da República, se some a esse processo de modificação profunda do sistema financeiro.

De resto, Sr. Presidente, estamos aqui em uma situação ridícula: quando um funcionáriozinho do Banco Central escreve uma carta dizendo que vai viajar e não comparece quando convocado ou convidado a uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Serei signatário da carta juntamente com V. Ex^a.

Com a palavra o nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer uma observação prática. No meu entendimento, o Senado e o Congresso Nacional não se organizaram, corretamente, para esse processo de audiências com as pessoas envolvidas tanto na questão das duas medidas provisórias quanto na questão do Banco Nacional.

Temos duas comissões que estão examinando as medidas provisórias. O Congresso, até hoje, não disse nem sim, nem não a nenhuma das medidas. Nós, Senadores e Deputados, através de nossos Líderes, não tivemos a oportunidade de dizer que somos a favor ou contra o Proer. Os relatores ainda não conseguiram fazer os relatórios. Eu estou

com o relatório da segunda medida provisória pronto. Já consegui fazer com que o Governo, na reedição que está saindo hoje, por pressão dos membros da Comissão, incluísse, nessa segunda medida provisória, a punição a auditores, responsabilizar os auditores; e a prestação de contas, ao Senado da República, do Proer, a cada 30 dias.

Na Comissão do Proer, presidida pelo Senador Ney Suassuna e pelo Deputado Gonzaga Mota, foi feita uma pauta de convites a autoridades do Governo, para comparecerem e prestarem esclarecimentos, fruto de um requerimento do Deputado Milton Temer, do PT - essa pauta inclusive foi divulgada.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, autorizamos uma segunda pauta, e o Presidente inclusive faz hoje uma sequência de convites, a fim de que compareçam à Comissão para debater.

Agora, temos a terceira pauta - se efetivamente for instituída a CPI -, que é convocar todos novamente - convocar, não convidar - para participarem da CPI.

Então, quero dizer, em nome da Liderança do Governo, que se eu estivesse no lugar desse funcionário, sem desmerecer o Congresso Nacional e sem desmerecer, em absoluto, a Comissão de Assuntos Econômicos, também aguardaria que o Congresso se organizasse, através das comissões, ou então que o Senador Ney Suassuna e o Deputado Gonzaga Mota suspendessem o processo de audiências nas comissões do assunto que é inerente.

Fomos designados pelo Congresso Nacional para examinar o Proer; fomos designados pelo Congresso Nacional para aprovar ou rejeitar o programa. Portanto, nós, inclusive, temos autoridade para convocar. Existe uma pauta. Então, vamos desautorizar aquela pauta e vamos optar pela pauta da CAE ou pela pauta da CPI.

Essa é a primeira observação que queria fazer.

A segunda, queria fazer ao meu querido companheiro e amigo, ex-Governador do Paraná, Senador Roberto Requião.

O Excel não comprou ainda o Banco Econômico. Pelo contrário, tenho visto, no Congresso Nacional, companheiros nossos exigindo do Governo uma solução, facilitando a compra do banco pelo Excel. Quem está fazendo essa pressão são companheiros nossos aqui do Congresso Nacional. Talvez até o Governo não esteja autorizando essa operação com o Excel, exatamente pelas denúncias aqui feitas pelo Senador Roberto Requião.

Então, nada contra o Governo nesse aspecto, pois ele está tomando cuidado para que o Banco Econômico seja comprado por um banco que possa realmente conduzir as coisas corretamente. Mas todo mundo sabe que temos companheiros pressionando o Governo para agilizar a operação de compra do Banco Econômico.

Eram essas as observações que eu queria fazer. Creio que temos uma pauta para trabalhar hoje a respeito do Brasil. O funcionário Adilson não está presente. Temos que trabalhar esse assunto.

Os nossos líderes têm que dizer o que vale: se vale aquilo que foi a designação nossa para examinar as medidas provisórias e também para fazer lá as audiências, ou se vale a pauta da CAE, ou a da CPI. Senão, vamos estar demonstrando que somos desorganizados, e o Congresso Nacional, que quer organização, que quer lisura, quer a seriedade de todo mundo, pelo menos, tem que ser organizado no processo de seleção no convite das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Gostaria de esclarecer a V. Ex^a, Senador Vilson Kleinübing que não aceito, pois não cabe ao Senado, nem à Comissão de Assuntos Econômicos, a colocação de V. Ex^a de que o Congresso Nacional seja desorganizado. Não concordo em hipótese alguma e vou responder por quê. V. Ex^a estava presente e votou favoravelmente - porque não consta voto contrário - à convocação de todas essas pessoas que estão aqui relacionadas para comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sabe V. Ex^a que as medidas provisórias têm validade por 30 dias e são renováveis. A Comissão de Assuntos Econômicos tem um mandato de dois anos para cada Presidente e os Srs. Membros. A Comissão de Assuntos Econômicos leva sua vida normal e tenta saber absolutamente tudo o que diz respeito à parte econômica no Senado Federal.

No caso, o Sr. Adilson Ferreira não foi convidado para qualquer das comissões que analisam as duas medidas provisórias. Ele somente foi convidado para comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos. No caso, não cabe. Os outros que estão aqui indicados foram votados pela Comissão, aprovamos por unanimidade e, simplesmente, marcamos a pauta.

Com relação aos outros assuntos do Proer, trata-se de questão dos grupos de medidas provisórias criados nas comissões. Não é o caso da Comissão de Economia.

Com a palavra ao Sr. Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Senador Gilberto Miranda, eu estava presente assim como todos os membros da Comissão. Nós lhe autorizamos, naquele dia, a entrar em contato com o Presidente da comissão que examina as medidas provisórias, pois eu mesmo levantei essa questão de que lá havia sido feito um roteiro de pedidos de audiência para, em conjunto, o Presidente da CAE, o Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna e o Presidente da outra Comissão, Gonzaga Motta, os três, em conjunto, organizassem uma pauta seqüencial para as audiências.

Essa reunião, ao que me consta, não houve. Houve essa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Posso responder a V. Ex^a. Tivemos uma oportunidade, o Senador Ney Suassuna com o Deputado Gonzaga Motta, o Líder do Governo no Congresso, Deputado Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul; conversamos, discutimos e decidimos por não se criar uma supercomissão, pelo fato de, daí a uma semana, terminar o prazo de uma das medidas provisórias, que teria que ser renovado. Essa matéria depois foi discutida no Palácio do Planalto com a presença do Ministro Pedro Malan, dos Líderes do Governo e de todos os Srs. Líderes que apóiam o Governo, o Presidente da República participou dessa reunião, e entendemos melhor não juntar as três comissões para não se criar uma supercomissão.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Não foi isso que perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O Líder do Governo no Senado, Senador Elcio Alvares, ponderou ao Sr. Presidente e saíram da reunião. A Comissão de Assuntos Econômicos que havia votado, levaria normalmente e não se formaria uma supercomissão. Estou respondendo a V. Ex^a.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Não. V. Ex^a não está respondendo a mim. Não precisa responder a minha pessoa, pois não estou lhe contestando. Estou dizendo o seguinte: somente fiz uma observação quando disse que estava desorganizado. Estou dizendo que no dia que foi autorizado ao Presidente da CAE fazer uma pauta, eu mesmo tive o cuidado - pode pegar as notas taquigráficas - de sugerir que fosse feito em conjunto, com as outras comissões, porque elas também tinham uma pauta de convocação.

Esse encontro para se fazer uma pauta única de comunicações não aconteceu. Era somente a isso que queria chegar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a não entendeu. Acabei de dizer que fizemos um **conference call**, como V. Ex^a sabe, e chegamos à conclusão da inviabilidade e decidimos que as duas medidas provisórias seguiriam o seu rito normal e a CAE seguiria sua vida normal.

O SR. VILSON KLEINÜBING - O Sr. Senador Ney Suassuna está presente?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Sim, está.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Estou equivocado, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA - Não, V. Ex^a não está equivocado, mas ambos estão com a razão.

O Deputado Germano Rigotto solicitou às três comissões - as duas das medidas provisórias e à comissão permanente de economia - que fizessem a reunião. Em seguida, houve a argumentação de que uma era permanente e as outras duas não, exatamente sobre esse assunto, ou seja, de que uma iria caducar, razão pela qual deveriam ser as duas comissões. Assim ficou acertado e assim foi feito.

É óbvio que se pudéssemos reunir-nos - se as reuniões fossem realizadas separadamente, o Presidente do Banco Central viria três vezes aqui - haveria racionalização de tempo. Os Senadores seriam os mesmos. Infelizmente não foi possível.

No Proer, estamos com algumas dificuldades. Por exemplo, não pudemos chamar ainda o Banco Econômico, porque ainda não foi acionado nenhum recurso do Proer para o Banco Econômico propriamente dito. Não foi feita a negociação. Estamos aguardando, provavelmente será feita esta semana. E aí a comissão que analisa a medida provisória poderá solicitar ambas. E as nossas, unidas, poderão fazê-lo.

Em relação ao Banco Nacional, temos a convocação para esta semana. Mas houve o período de luto que os Senadores e Deputados acharam por bem respeitar - o que se chama normalmente nojo, sete dias de luto. Por isso retiramos. Amanhã deveremos estar ouvindo a auditoria. As duas comissões deverão estar ouvindo a auditoria. A confirmação refere-se apenas em definir se será amanhã ou quinta-feira. Estão sendo tomadas as providências, e até o meio-dia saberemos. Estão convidados todos os se-

nadores que queiram participar. Agora, se pudéssemos racionalizar, não resta dúvida, seria menor a perda de tempo. Mas o argumento é forte no sentido de que as comissões se exauzem, enquanto a Comissão de Economia é permanente. Por isso digo que os dois estão com a razão.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. Só para concluir, faço esta observação: se pudéssemos organizar uma pauta em conjunto - o Presidente da CAE, o Presidente das duas Comissões - e se eventualmente os Líderes indicassem os nomes da CPI, estaríamos racionalizando e mostrando ao Brasil que vamos fazer um trabalho correto e sequencial. É essa minha opinião. Veja, é minha opinião. Alguém pode contraditar. Talvez em Santa Catarina sejamos diferentes, pois gostamos de fazer as coisas um pouquinho mais organizadas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Discrepância de V. Ex^a. Acho que estamos bem organizados. Tanto é que nossa pauta está pronta, a Comissão vai continuar convidando e vamos seguir nossa pauta normal.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy; depois a Senadora Júnia Marise.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, ainda hoje cedo o Presidente do PFL, no programa **Bom-Dia Brasil**, assim como o Líder do Governo, Elcio Alvares, falando da Alemanha à CBN, vêm nos informar que não vai seu partido indicar membros para a CPI.

Ora, Sr. Presidente, o ofício do Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Adilson Rodrigues Ferreira, só vem confirmar a necessidade de realização da CPI sobre o sistema financeiro. Obviamente o Chefe do Departamento de Fiscalização, ao proceder assim, resolveu dizer que há outras viagens a serviço mais importantes do que comparecer ao Senado Federal. Isso não poderia ser realizado senão com a anuência do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda.

Podem estar certos, o PFL, o PSDB, os partidos que formam a base governamental que o procedimento de procurar inviabilizar a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Sistema Financeiro só vai piorar a situação do ponto de vista daquilo que o Governo diz estar querendo defender, que é a estabilidade das instituições financeiras.

A forma mediante a qual se faz essa fiscalização, às vezes, sofre até correção por parte dos responsáveis pela inspeção, pelos fiscalizadores. De-

pois há arranjos políticos ao nível das autoridades, das chefias, que fizeram com que tantas providências não fossem tomadas a tempo. Se não se examinar, se não se fizer uma radiografia em profundidade desse procedimento - a CPI tem condições de fazer - aí, sim, a estabilidade do Sistema Financeiro brasileiro estará em risco.

Esse o diagnóstico que fazemos, Sr. Presidente.

O Senador Roberto Requião mencionou, aqui, episódios relativos ao Banco Excel que estão repercutindo inclusive no exterior.

Sr. Presidente, indago se o Presidente do Banco Central, o Sr. Gustavo Loyola, já encaminhou, por escrito, as respostas às perguntas formuladas durante o seu depoimento na semana passada. Essa pergunta estende-se também aos Presidentes das demais comissões.

Obviamente recordo-me que essa é uma resposta que deverá ser dada pelos presidentes das Comissões que analisam as medidas provisórias. Gostaria de saber a respeito, por tratar-se de assunto correlato.

Uma das perguntas feitas ao Presidente Gustavo Loyola foi exatamente sobre os procedimentos do Banco Central quando foram constatadas irregularidades na administração das contas CC5 nas remessas de recursos ao exterior, em 1991. Quais os procedimentos adotados quando constatadas irregularidades? O Presidente Gustavo Loyola mencionou que a resposta àquela pergunta, bem como a outras relativas aos procedimentos do Banco Nacional e do Econômico demandariam maiores cuidados, porque talvez viessem a infringir a questão do sigilo bancário, mas que S. S^a responderia, ficando de enviar as respostas.

Sr. Presidente, gostaria de saber, ainda hoje, se as respostas já foram encaminhadas ao Senado Federal. A mesma pergunta também a encaminharei aos Presidentes das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Econômicos está reunida para ouvir o depoimento do funcionário Adilson Ferreira, convocado para prestar esclarecimentos sobre os procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional, que não compareceu. Na semana anterior um outro funcionário também não compareceu a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Nobre Senadora, trata-se da mesma pessoa.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, preliminarmente, estamos aqui discutindo algumas questões de fundo que dizem respeito a questões que ultrapassam a responsabilidade da Comissão de Assuntos Econômicos, seus objetivos em relação às questões na área do sistema financeiro e econômica do País, área de responsabilidade da nossa Comissão. Não estamos aqui apenas para ficarmos aprovando projeto de rolagem de dívida de empréstimo externo, mas sim para nos aprofundarmos na questão da fiscalização e de informações que dizem respeito a todos os setores da economia do nosso País. Certamente, esse não é o momento de ficarmos discutindo firulas.

V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, está agindo dentro das suas possibilidades e cumprindo integralmente com o seu dever, não apenas de Presidente da Comissão, mas também como Senador.

A Comissão, através de V. Ex^a, faz os convites. Ora, Sr. Presidente, convite é convocação para comparecer ao Senado Federal a fim de prestar informações. Isso é uma convocação, e qualquer cidadão tem que recebê-la como tal. Pergunto, então, tendo como base a pauta elaborada, se os demais "convidados" não vierem, o que diremos perante a Nação? Quais as providências que a Presidência desta Comissão pode tomar no sentido de não ficarmos aqui como estamos agora, e como estivemos na semana passada. Certamente, a continuar esse procedimento, vamos estar aqui nos próximos dias até os dias 3 e 4 de abril. Acredito que o Ministro e o Presidente do Banco Central comparecerão, por serem representantes do Governo. E essas outras pessoas que estão sendo convocadas, será que terão o mesmo procedimento?

Ora, Sr. Presidente, acredito que V. Ex^a deverá e tem toda a responsabilidade para exigir, nos termos que lhe confere a Presidência desta Comissão, que esses senhores venham a esta Comissão, a fim de que não fiquemos, mais uma vez, na situação em que estamos hoje diante desta questão.

Sr. Presidente, falava em Plenário do Senado que não via a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito como uma derrota do Governo. Não vejo por esta ótica, e acredito que ninguém, no Senado, está pretendendo transformar uma Comissão Parla-

mentar de Inquérito em um palanque eleitoral. Nós, Senadores, temos uma grande responsabilidade nesse contexto por que queremos salvaguardar o Sistema Financeiro deste País, pois pensamos ser fundamental para a nossa economia. Falo isso, Sr. Presidente, como Líder da Oposição, para que possamos discutir a respeito do assunto. A sociedade brasileira está a exigir isso. Fico perplexa quando vejo, por exemplo, o Presidente do PFL dizer que não concordam e que não vão indicar os nomes para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito. Ora, Sr. Presidente, esse é um grande momento de passarmos a limpo, como já se falou no passado. As próprias autoridades do Sistema Financeiro e do empresariado nacional estão vendo isso como uma coisa normal e salutar para o País.

É importante que o Senado Federal e as Lideranças dos Partidos que apóiam o Governo tenham a compreensão deste momento, que é fundamental, para que instalemos a CPI e iniciemos imediatamente os trabalhos no sentido de verificar a fundo todas essas informações e darmos transparência a essas informações à sociedade.

Concluindo, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que tome as providências cabíveis a fim de que esses convidados dêem uma explicação com relação às suas ausências.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar V. Ex^a que, como Presidente desta Comissão, tem se conduzido com muita dignidade e responsabilidade.

Acredito ser da maior importância a pauta desta Comissão. Por isso, ela tem que exercer o seu papel, independentemente das demais Comissões que estão discutindo outras questões em relação às medidas provisórias, principalmente a respeito do Proer, penso que a Comissão de Assuntos Econômicos tem que dar uma resposta à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Nobre Senadora Júnia Marise, agradeço as palavras de V. Ex^a.

Comunico a V. Ex^a que - já consultamos a Assessoria - a Comissão de Assuntos Econômicos, como qualquer outra Comissão, só pode fazer o convite. Apenas uma CPI pode, efetivamente, fazer convocação. Então, a repetição desse fato só reforça a idéia de uma CPI.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PERES - Sr. Presidente, estou procurando encarar este e outros fatos com a maior serenidade e com a responsabilidade que me impõem o mandato que exerço.

Creio que o nobre Senador Vilson Kleinübing, em parte, tem razão quando diz que o Congresso, enquanto instituição, tem sua parcela de culpa sim. Nós não podemos ocultar isso. O pior que pode nos acontecer é não termos autocrítica.

O Congresso é culpado, sim, de uma medida provisória da importância da que instituiu o Proer, que é tão radicalmente contestado por muitos Senadores, que a medida até hoje não foi apreciada pelo Congresso. Dir-se-á que é porque, ali, existe uma hemorragia de MPs, que o Congresso está assoberbado com centenas delas. Então, por que o Congresso ainda não disciplinou a edição de MPs, como pode fazê-lo, e como é do seu dever? Existem até projetos tramitando nesta Casa. Por que deixa que o Executivo tenha esse poder de emitir a seu bel-prazer MPs? Logo, o Congresso é culpado? Sim, também. Vamos dividir as culpas, esta é que é a verdade.

Quanto ao assunto específico, que é o convite a esse funcionário do Banco Central. Convite, no meu entender, ou se recusa ou se aceita. Inegavelmente é um direito nosso convidar e um direito desse funcionário aceitar ou recusar. Penso que não deixa de ser uma descortesia para com a Casa, mas até compreendo a posição desse funcionário. É um funcionário de segundo escalão, demissível *ad nutum* do cargo em comissão que exercem, não como funcionário do Banco, deve se sentir até amedrontado, mesmo que não tenha nada a esconder. Numa atmosfera carregada de eletricidade como essa, do momento no País, funcionário de segundo escalão, demissível *ad nutum*, vir aqui correndo o risco de, numa frase mal colocada ou mal interpretada, sofrer sanções de seu chefe, perder até o cargo, entendo como esse funcionário se sente ao vir aqui, que não queira vir.

Sou contra a convocação de funcionário do segundo escalão. Pode até ser útil numa CPI, aliás, até motoristas podem ser muito úteis numa CPI, uma experiência já nos mostrou. Mas penso que uma Comissão especializada da Casa, uma Comissão temática deveria convocar apenas Ministros e dirigentes de órgãos, se não, vamos sofrer um desgaste muito grande. V. Ex^a diz que vai convocar uma terceira vez. Pergunto-lhe: vai con-

vocar uma quarta, uma quinta, uma décima? Então, cairemos num anedotário, viraremos piada. Creio que temos que deliberar, discutir com serenidade, encarar esse fato para sabermos o que fazer. Foi um erro, com o devido respeito pelos demais membros da Comissão que aprovaram, convocar funcionários do Banco. Deveriam convocar os diretores do Banco que, aliás, foram aprovados por nós, respondem perante nós que os escolhemos. Aliás, é um outro erro do Congresso: arguição de Presidente do Banco Central é um ritual, vazio, não é como o Congresso americano faz, durante dias, é um processo que implica, muitas vezes, em recusa. Aqui, nunca se recusa nada; é mera encenação, é o formalismo, é o modelo institucional formal do Brasil, pouco eficiente, principalmente, pouco eficaz, porque nós mesmos não reformulamos as nossas instituições.

Enfim, creio que a Comissão deve repensar essa decisão, a meu ver, equivocada, de convocar funcionários do segundo e terceiro escalões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Jefferson Péres, não sei identificar qual foi o Sr. Senador que indicou, na relação de nomes, a convocação desse funcionário. Mas o fato deveu-se, naquele momento, porque esse funcionário é o responsável pela fiscalização dos bancos, o gerente, e ter afirmado, segundo colocações naquela reunião em que isso foi votado, que as autoridades já sabiam desde o dia 6 de agosto, quando os Diretores do Banco Central dizem que só ficaram sabendo em outubro. Este foi o motivo pelo qual ele foi convocado. Só para responder a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PERES - V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com prazer, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PERES - O departamento que esse funcionário chefia é vinculado diretamente a algum diretor, que é quem deveria vir aqui. Verificamos que, há dois ou três dias, talvez um funcionário do Banco Central ou um Diretor - já não sei mais -, por uma declaração impensada, quase leva um banco à falência, à quebraadeira.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, muito embora seja suplente desta Co-

missão - quem está representando é o Senador Ademir Andrade - eu gostaria de fazer algumas ponderações, tendo em vista declarações ou informações tendenciosas que são divulgadas freqüentemente por determinados setores da Imprensa, como no caso do Sivam.

Naquele caso, procurou-se investigar o secundário e deixou-se o principal em segundo plano. A preocupação era saber quem fez a montagem do esquema da escuta telefônica e não se procurou investigar se aquela escuta telefônica teria redundado na prática de um crime de tráfico de influência de um alto funcionário do Governo. Isso foi para as calendas gregas e, hoje, ninguém mais fala no assunto. O que se falou na época, com muita ênfase foi: - Quem fez a escuta? Quem montou o esquema?

No que diz respeito à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, no final desta semana, ficamos estarelecidos com as reportagens que vieram a público por intermédio da Revista *Veja* e da Revista *IstoÉ*. Elas não se detiveram sobre o fato escabroso denunciado por elas mesmas: o escândalo maior do sistema financeiro que foi o rombo de 5 bilhões e 300 milhões praticado pelo Banco Nacional que, durante 10 anos, não só "enganou" as autoridades monetárias deste País, como conseguiu dar prejuízos irreparáveis a correntistas, depositantes e investidores que acreditaram no nosso sistema financeiro.

Não compreendo, Sr. Presidente, como um Senador eleito pelo povo - como eu fui -, tomando conhecimento de que estava em andamento, no Congresso Nacional, a tentativa da instalação de uma Comissão Mista e, apesar dos esforços do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, não foi possível a coleta das assinaturas necessárias. Procurei o próprio Senador José Eduardo Dutra, por quem tenho a maior admiração e respeito - inclusive é do meu Estado e fomos eleitos juntos numa coligação de Partidos - e disse-lhe que a Comissão Mista não decolava no Senado Federal. Era preciso, diante do escândalo que estava abalando toda a Nação, uma providência do Senado para que não fôssemos taxados de omissos ou indiferentes.

O Senador José Eduardo reconheceu que não passava de 23 assinaturas e que, realmente, eu poderia fazer uma tentativa. Um dos primeiros Senadores - permita-me essa inconfidência - que eu procurei foi um Senador do PFL, meu amigo. Ele é um dos críticos mais tenazes do Sistema Financeiro -

sistema esse que vem desviando recursos consideráveis da Nação, que poderiam ser utilizados na agricultura, na indústria ou no comércio, que estão quebrados -: o Senador João Rocha.

Procurei o Senador João Rocha. S. Ex^a, com aquela experiência adquirida ao longo dos tempos, nos embates do Senado e/ou como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, disse-me que se fosse uma comissão do Senado, assinaria. Foi quando eu me animei, e comecei a coleta de assinaturas. Procurei todos os Senadores, de diferentes partidos. Até o próprio Líder do Governo, aconselhando que ao invés de criar obstáculos deveria até incentivar, notadamente porque o Banco Central muitas vezes age como se fosse uma verdadeira caixa preta. E o próprio Governo, em muitos casos, é o último a saber. Então colhemos assinaturas de todos os partidos, Sr. Presidente, do PMDB, do PFL, do PSB, do PT, do PTB, do PSDB, todos os partidos com representação no Senado, assinaram. Ou seja, isso significa que há um desejo do Senado Federal de que se apure, sem que se ofereça a ninguém um palanque. Não consta que nenhum Senador da República seja candidato a Prefeito ou a Vereador nessas eleições. O que se quer é o interesse do País.

Está lá na Constituição que o Sistema Financeiro Nacional é criado para promover o desenvolvimento do País e atender os interesses da Nação, da coletividade. Não consta que o, que o Banco Central tem feito nesses últimos anos, não apenas no Governo Fernando Henrique Cardoso, - e aí acusam a CPI de investir apenas contra o Governo Fernando Henrique e não existe essa intenção. Essas atitudes do Banco Central e o comportamento indecoroso dos banqueiros do Banco Nacional, do Banco Econômico, do Banco Mercantil, do Banespa, do Banerj, estão condizentes, Sr. Presidente, com os interesses da Nação e desenvolvimento do País? Eles estão afrontando a nossa Constituição! Estão querendo desmoralizar o Senado! É um Estado dentro do Estado! Eles são intocáveis. Ninguém toca em banqueiro neste País. Ninguém toca no Banco Central. Ninguém toca nos bancos.

Nós somos investigados desde o começo quando somos candidatos. Somos obrigados a apresentar declaração de renda, estamos sujeitos a fiscalização a qualquer momento. Estamos sob o foco de opinião pública. Agora, essas figuras que se jul-

gam mais importantes que nós, esses pobres mortais como nós se julgam imunes a qualquer fiscalização do Senado.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que esta CPI não é a CPI que procuraram instigar nas revistas de grande circulação nacional, não é a CPI de Sarney, porque o Presidente Sarney é um homem da maior correção, é um homem que considero um verdadeiro estadista e que jamais tentaria, por motivos pequenos, formar uma CPI para desestabilizar o Governo ou o Sistema Financeiro, dado o compromisso que ele tem, não só como Presidente do Senado, também como Presidente do Congresso Nacional, de promover a tranquilidade e a paz para que nós dentro do meio político e para que as instituições não sofram qualquer perigo que ameacem a sua continuidade.

De modo, Sr. Presidente, que fui procurado por esses repórteres das Revistas *Veja* e *IstoÉ*. Eles não queriam falar sobre CPI, só queriam falar sobre Sarney. Eu disse a eles que se o Senador Sarney tivesse realmente me ajudado a coletar essas assinaturas eu não teria apenas vinte e nove não; com o prestígio que S. Ex^a dispõe neste Senado da República, eu teria mais de cinquenta assinaturas. Não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente. Isso é uma campanha orquestrada para desmoralizar a CPI, para desmoralizar o Senado, para desmoralizar o Congresso Nacional, para inviabilizar a sua efetivação.

De modo, Sr. Presidente, que com essas palavras apresento o meu mais veemente protesto e digo que esta CPI é uma CPI suprapartidária, não é a CPI do palanque de quem quer que seja, não é a CPI contra o Presidente da República, porque não consta que Sua Excelência tenha fraudado o Banco Nacional, não consta que ao longo do dez anos Sua Excelência tenha sido Ministro ou Presidente da República. Tudo isso é o espírito da vitimologia que querem impor à Nação para desviar o assunto principal, que é a descoberta das falcatruas do Sistema Financeiro em detrimento de uma fiscalização que precisa ser feita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar quero registrar que, no que diz respeito à minha participação no episódio, confirmo todas as palavras que foram

pronunciadas pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Em segundo lugar, não entendo essa ojeriza que o Governo Fernando Henrique Cardoso tem a CPI. Todos sabemos que este Governo foi filho de uma CPI.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a meu ver, o que está em discussão, neste momento grave por que passa a vida política nacional, é a própria importância do Congresso Nacional e do Senado da República no fortalecimento da democracia brasileira.

Por isso, eu gostaria de "relativizar", quando se diz que o Congresso tem culpa em tudo o que está acontecendo, porque o Congresso não é uma coisa amorfa, que está alheia à influência do Executivo. Uma série de questões que foram levantadas ainda não foram aprovadas por uma ação efetiva das Lideranças do Governo no Congresso Nacional, como por exemplo, a regulamentação das MPs.

No primeiro semestre do ano passado, estava em pauta no Senado da República o projeto do então Deputado Nelson Jobim, atual Ministro da Justiça, que limitava a reedição de MPs. E esse projeto não foi a voto em função da ação das Lideranças do Governo, que propuseram seu adiamento. Quando o Ministro Nelson Jobim era Deputado, interessava que o Congresso tomasse posição sobre as MPs. Agora ele é Ministro da Justiça, talvez não interesse tanto. Então, vamos "relativizar", quando se fala que é o Congresso.

Eu já disse algumas vezes que, no meu entendimento, as Lideranças do Governo estão ultrapassando uma linha que considero perigosa, que é a de defender legitimamente os interesses do Executivo no Congresso Nacional. Mas estamos ultrapassando essa linha, na medida em que, muitas vezes, esses interesses do Executivo, esses interesses do Governo - e o Governo é provisório e a instituição é permanente - estão afrontando as atribuições constitucionais do Congresso Nacional.

E aí vem a estratégia de, desrespeitando uma vontade do Senado da República, através de um requerimento de CPI - porque como já disse o Senador Pedro Simon, à medida que o Regimento do Senado, do Congresso e da Câmara prevê que o requerimento para instalação de uma CPI exige 27 assinaturas, está implícito que a CPI é instrumento também de garantia das minorias. À medida que as Lideranças do Governo se utilizam de um estratégia como esse de não indicar seus representantes

para evitar a instalação da CPI, está desrespeitando uma vontade da Casa. E para ver que essa prática não é só no que diz respeito à CPI, diz-se que é porque vai causar quebra do sistema, etc - recomendo até aos Srs. Senadores que leiam o artigo do jornalista Aloysio Biondi, publicado hoje na **Folha de S. Paulo**, onde ele mostra exemplos da Coreia, da Itália, do Japão, dos Estados Unidos, de casos tão ou mais escabrosos do que esse e que deram como resultado a prisão de banqueiros, a destituição de dirigentes, de políticos, etc..

Mas quando cito que muitas vezes os Líderes do Governo estão, através de suas estratégias, desrespeitando a vontade da Casa, cito outro exemplo, mais prosaico, que não é a CPI: se os Srs. Senadores tiverem a curiosidade de pegar os avulsos da Casa, verão que lá existe uma Comissão que foi criada a partir de requerimento aprovado no plenário da Casa, um requerimento de autoria de um Senador do PSDB, Senador Lúcio Alcântara, que cria uma Comissão para começar a estudar as leis que vão regulamentar as mudanças na Constituição. Essa comissão, até hoje, não foi instalada, porque o Líder do PSDB não indicou os seus membros; um requerimento de autoria de um Senador do PSDB, que foi aprovado pelo Plenário da Casa, e que não teve a comissão instalada porque o Líder do PSDB não indicou. Isso é culpa do Senado? Isso é culpa do Congresso? Ou isso é culpa das Lideranças do Governo que não estão entendendo o papel que têm, no meu sentir, de defender legitimamente os interesses do Executivo, do Governo, mas sem ultrapassar as fronteiras das prerrogativas do Congresso Nacional?

Entendemos que essa posição das Lideranças do Governo está contribuindo para a desmoralização do Senado. É isso que dá margem a que um cidadão de segundo escalão se recuse a comparecer, a atender a um convite do Senado. É isso que faz com que os membros do primeiro escalão, ao comparecerem às comissões permanentes do Congresso, se recusem a responder a uma série de perguntas que consideramos importantes, como já foi citado aqui o exemplo da pergunta feita pelo Senador Eduardo Suplicy ao Dr. Gustavo Loyola, que não a respondeu - e que foi reforçada por mim -, a qual ele disse que responderia por escrito e, até hoje, pelo que saiba, não chegou.

São medidas como essa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que vêm sendo tomadas pelos Líderes

do Governo, que contribuem para o enfraquecimento da instituição Congresso Nacional e da instituição Senado da República.

Para concluir, gostaria de estender um convite a todos os Senadores, um convite que está sendo formulado pelas lideranças do PT, do PDT, do PSB e do PPS e pelo Senador Antonio Carlos Valadares, autor do requerimento, convidando diversas entidades da sociedade civil para uma reunião, amanhã, às 17h, na sala 07, da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, para discutir uma estratégia relativa à questão da CPI e pressionar as Lideranças do Governo no sentido de que esta seja efetivamente instalada, como foi a vontade do Senado da República, de acordo com o requerimento que teve o número regimental de assinaturas. Já tivemos a confirmação de representantes da CUT, da CGT, da Força Sindical, da CNBB, da OAB e da ABI, que estarão presentes nessa reunião e estamos convocando todos os Senadores, particularmente aqueles que são signatários do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, quero comunicar V. Ex^a que convoquei para hoje, às 18h, a primeira reunião da Subcomissão que visa elaborar uma proposta para a regulamentação do sistema financeiro. Portanto, atendendo à indicação de V. Ex^a, já marcamos o primeiro momento de trabalho da Comissão.

Sr. Presidente, eu talvez não trouxesse o comentário e a reflexão que pretendo fazer, caso não houvesse tantas intervenções a respeito dessa matéria. Mas parece-me que há uma reflexão que precisa ser feita. O que vou dizer é constrangedoramente simplório, não tem nenhuma eloquência.

Grande parte das pessoas que estão aqui listadas, como convocadas para depor na Comissão, são pessoas que o mercado financeiro costuma chamar de **Insiders**: são pessoas que estão por dentro das informações, detentoras de um volume significativo de informações e, portanto, pessoas cuja fala, cuja expressão, cuja manifestação gera efeitos, inevitavelmente. Então, são pessoas que, através da liberação ou não de informações, modificam tendências do próprio mercado. Nesse ambiente, que para muitos aqui é desconhecido, inclusive para mim que nunca tive, na minha vida, nenhuma atividade nem próxima disso, mas para a maioria das pessoas isso é desconhecido.

No entanto, diferentemente de outros ambientes e outras áreas produtivas do País, a área financeira tem uma característica: nela, a informação não é um meio, como nos outros sistemas, mas um fato; a informação é poder, é dinheiro. A informação muda vidas, tira vidas dentro do mercado financeiro.

A questão em que os Senadores deveriam pensar, Sr. Presidente, é a seguinte: estamos convocando **insiders** para darem depoimentos extremamente delicados, que têm uma peculiaridade típica do **inside information**, que é a informação que tem peso, que muda decisões de quem conhece o mercado.

Podemos imaginar, Sr. Presidente, que algumas dessas pessoas virão aqui prestar depoimento e liberarão informações que têm esse conteúdo de **inside information** inadvertidamente? Não. Elas gostariam ou poderiam vir caso houvesse garantia de reserva, ou seja, manutenção garantida do sigilo da informação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Só para responder a V. Ex^a, Senador José Fogaça.

Essas pessoas, quando falsificaram contas, quando criaram todo esse tipo de falcatura, quando deram desfalque à Nação, do mais pobre ao mais rico, de quase US\$ 6 bilhões, eles não pediram garantia nenhuma, Senador.

Então, penso que não temos que garantir a esse tipo de gente absolutamente nada, porque, inclusive, o Banco Nacional já foi absolvido, os relatórios de investigação, ou seja, de fiscalização já foram feitos. Não acredito que eles tragam muita coisa, mas acredito que, com a vinda aqui, outras informações aparecerão. Penso que V. Ex^a tem razão. Poderemos até fazer reuniões secretas, mas isso não garante que nenhuma pessoa passe essas informações e recaia depois sobre todos os Srs. Senadores. Por isso, ninguém pediu, quando da deliberação pela CAE, que fosse secreta, então ficou reunião aberta, Senador.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Veja V. Ex^a. Há soluções para situações como essas. A reunião pode ser reservada ou secreta, e todos os Senadores, coletivamente, passam a responder civil e criminalmente pelas consequências. Se isso for regimentalmente, constitucionalmente estabelecido, creio que as coisas mudam muito.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a faria um requerimento, no sentido de que os pró-

ximos depoimentos fossem em reunião secreta, eu submeto agora à votação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Não, Sr. Presidente, não é isso que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - É que pode ser, acho que é bom.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Mas a reunião secreta sem uma instrumentação legal que dê garantias não vale nada. É isso que estou querendo dizer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Bom, a garantia é a palavra de cada um dos Srs. Senadores, Senador José Fogaça. Não sei qual outra garantia poderíamos pedir aos Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Exatamente. A palavra dos Senadores e mais a taxa de credibilidade que o Congresso tem junto à população. Essa é a garantia que damos aos depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, queria fazer duas indagações à Mesa inclusive sobre assuntos diversos.

A primeira indagação é: nós fazemos uma carta-convite. Se o cidadão disser "não venho", o que podemos fazer? Existe alguma medida legal?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não.

O SR. NEY SUASSUNA - Nada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Nada. Só a CPI.

O SR. NEY SUASSUNA - Então, só a sanção da recriminação moral porque não veio.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Só a CPI supre, porque ele é obrigado a vir.

O SR. NEY SUASSUNA - Segunda - é completamente diferente o assunto.

Nós estamos em março e não conseguimos, até agora, tomar nenhuma medida sobre o Orçamento.

V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, sabe quando será alocado, votado, ou ainda não passou?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Espera-se votar o Orçamento até o final de março, Senador Ney Suassuna, segundo informações que recebi do Deputado Iberê Ferreira.

O SR. NEY SUASSUNA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu queria submeter aos Srs. Senadores requerimento

do Presidente, em nome da CAE, ao Banco Central do Brasil, para que ele nos remeta os relatórios das fiscalizações feitas no Banco Nacional nos últimos dez anos.

Em discussão.

Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Estamos diante da mesma situação que acabo de examinar, Sr. Presidente.

Apóio o requerimento de V. Ex^a, desde que V. Ex^a seja o único a receber os relatórios e que fique como responsável pelas informações nele contidas, porque tenho enorme confiança pessoal em V. Ex^a. Sei que vai tratar isso com muita responsabilidade e podemos, tranqüilamente, tal como o Presidente do Banco Central está fazendo com o Senador Eduardo Suplicy, requerer que seja individuado.

Isso já ocorreu quando o ex-Senador Jamil Haddad requereu à então Ministra Zélia Cardoso de Mello a informação sobre movimentação de contas bancárias de uma série de pessoas. Veio um calhamaço de documentos. E houve um pacto entre os Senadores, naquela decisão, de que só ele seria o detentor das informações contidas ali sobre a conta bancária das pessoas.

Como só ele era o responsável, se alguma coisa viesse a ter consequências nefastas num meio ambiente onde o fato é a informação, ele seria a única pessoa que poderia ter divulgado.

Entendo que em se tratando de documentos sigilosos deve ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Não seria o mesmo caso de não ser mandado e não podermos fazer nada?

Se vier, vai chegar uma massa gigantesca de documentos. Quem é o expert que vai fazer uma análise, com o medo de que vazem informações que possam prejudicar algumas pessoas que não têm nada a ver com isso?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Ney Suassuna, gostaria de responder a V. Ex^a que se enveredarmos por esse caminho seremos simplesmente figuras decorativas. Não vamos averiguar nada e não vamos saber nada.

Temos de criar meios para que isso seja analisado realmente.

Agora, respondendo também ao Senador José Fogaça, a intenção é que os Srs. Membros da Comissão de Assuntos Econômicos venham a saber das informações que constem dos relatórios, para que venhamos a saber se há um, dois, cinco, dez anos a fiscalização do Banco Central tinha detectado esse tipo de procedimento do Banco Nacional.

Não adianta só o Presidente da Comissão ter a informação se não passá-las aos Srs. Senadores.

A idéia do requerimento é a de que quando chegar a informação à Comissão, seja xerocopiada e mandada uma cópia para cada um dos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a permite apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de pedir a atenção do Senador José Fogaça pelo seguinte: relativamente à pergunta formulada ao Presidente do Banco Central sobre o Banco Excel, ali se trata de fatos que ele considerou como de sigilo bancário. Na verdade, a resposta mais importante ali não tem a ver propriamente com o sigilo bancário, porque se trata de um procedimento que ocorreu em 1991, quando o Departamento de Câmbio do Banco Central constatou problemas com o envio de remessas de recursos para o exterior. A revista *Istoé* desta semana informa que então era Chefe do Departamento de Câmbio do Banco Central o Sr. Gilberto Nobre. Parece que - ao menos por essa informação - aquele episódio acabou sendo arquivado. Ainda que tivesse ocorrido um procedimento, que foi arquivado, segundo a revista *Istoé*, um pouco mais tarde, o Sr. Gilberto Nobre foi convidado pelo Banco Excel para se tornar seu Vice-Presidente. Ele é justamente a pessoa que hoje está realizando a negociação. Pode tudo ser uma coincidência mas certamente precisa ser objeto de averiguação por parte do Senado e, no caso, avalio, da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PEDRO PIVA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra, primeiramente, ao nobre Senador Pedro Piva e, em seguida, ao nobre Senador Bello Parga e ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO PIVA - Sr. Presidente, ouvi a ponderação de V. Ex^a. Concordo inteiramente com a posição de V. Ex^a. Um Senador não pode receber toda a informação e ficar como guardião do cofre. Então, que fique onde quiser - que fique no Banco Central... Se a informação vier para a Comissão de Assuntos Econômicos, tem que ser distribuída para todos os Srs. Senadores, para que deliberem. Nós confiamos na responsabilidade de todos os Srs. Senadores. Senão, realmente é inútil essa vinda de documentos. Concordo com V. Ex^a. O nobre Senador Ney Suassuna, que acaba de sair, é da mesma opinião. Não sei qual é a opinião de V. Ex^{as}. Voto de acordo com a sua proposição e que seja distribuída aos Srs. Senadores, que terão a responsabilidade de não divulgar as informações recebidas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, V. Ex^a fez o requerimento e o submete à Comissão, mas não leu a justificação. Peço a V. Ex^a que faça esse obséquio.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A justificação é simples. Quem deveria dar as informações, quem seria responsável para prestar esses esclarecimentos sobre os 10 anos é exatamente o gerente do Banco Central que, pela segunda vez, não comparece à Comissão. Seria então uma forma de fazermos um último convite a S. S^a. Se ele não aparecer, nós receberemos os relatórios e saberemos aquilo que íamos perguntar, que deve estar escrito nos relatórios porque acredito que o pessoal do Banco Central que faz fiscalização é sério. Deve haver muita coisa escrita no Banco Central e, conseqüentemente, nós teremos acesso a essas informações.

Essa é justificação.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Continua com a palavra o nobre Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, eu indagaria de V. Ex^a se essa medida não estaria se superpondo à CPI recentemente constituída, se isso não estaria nos objetivos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Absolutamente, nobre Senador Bello Parga. À Comissão de Assuntos Econômicos cabe fiscalizar todos os órgãos relativos à parte de poder econômicos de acordo com o Regimento. Nós, então, simplesmente, estamos fiscalizando aqueles que fiscalizaram os bancos dessa área, nobre Senador.

O Regimento Interno, no seu art. 90, inciso IX diz:

"Art. 90.

IX - acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência", o que é o caso, Sr. Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, é fácil entender a interrogação que está havendo em torno de toda essa matéria. Na verdade, são duas Comissões Especiais, Comissões Mistas. Todos nós queremos seja esclarecida essa matéria e ainda não obtivemos resposta. Primeiro, vem o ofício do cidadão que estamos convidando, que diz apenas isto:

"Não obstante querer atender ao honroso convite desta Comissão, informo a V. Ex^a a impossibilidade de me apresentar à referida Comissão por estar ausente de Brasília em viagem de serviço."

Quer dizer, como ele tem uma viagem de serviço fora de Brasília, ele não vem aqui porque é uma viagem de recreação. Ele deixou a viagem de recreação à Comissão de Assuntos Econômicos por causa de outra. Talvez no próximo fim de semana S. S^a não tenha viagem de serviço e possa atender-nos. Isso é uma deslealdade.

Concordo com o Senador José Fogaça, cuja argumentação é muito correta, no sentido de nós vermos o que é e o que não é. O Presidente do Banco Central ou alguém poderia falar com V. Ex^a, com o Presidente do Senado ou com as lideranças para esclarecer essa questão. Não seria preciso usar o termo que foi empregado aqui. Penso que poderia ter sido feito algo diferente, porque o que aconteceu aqui foi uma agressão gratuita.

O discurso do Senador José Fogaça está correto, é uma análise. Temos que analisar as questões. S. Ex^a vem até aqui porque tem informações privilegiadas, mas deve-se pensar: será que é o caso de falar ou não, S. Ex^a pode ou não dizer. Tudo bem, penso que é correto. Até ele transfere essa atribuição para o seu superior: olha, quero dizer para os senhores... Porque não é o chefe do Departamento de Fiscalização que toma uma decisão como essa, é uma decisão que tem que ser tomada pelo Presidente do Banco Central, ele não vai ou assume a sua responsabilidade, ou ele vai e eu assumo a responsabilidade.

Então, isso é uma grosseria. Não acredito, não me passa pela cabeça que esse funcionário tenha

desejado fazer essa grosseria. Agora, é despreparado, é um cidadão que não está à altura do acontecimento; se ele faz isso com o Senado, o que deve fazer com as outras questões? Se na hora em que ele está na corda bamba, está na vitrina, todo mundo olhando para ele, responde dessa maneira ao Senado, como podemos esperar dessa gente a tranquilidade e a serenidade para levar essa questão?

Em segundo lugar, quero também concordar com o Senador José Fogaça quando S. Ex^a diz que há questões muito delicadas, e nós temos que ver como vamos agir com relação a essas questões.

Na verdade, quando se dá uma informação no sistema financeiro - diz bem o Senador José Fogaça -, há muita coisa atrás dela, essa informação pode quebrar ou não um banco, pode ter vantagens e desvantagens.

Concordo com o Senador José Fogaça: o que fizeram com o Banco Mercantil de Descontos foi uma barbaridade. De repente, o cidadão, o Procurador do Banco Central, que tem Lioia no nome, mas não é parente do Loyola, deu uma declaração: primeiro disse que se tratava de um grande banco, então já atingiu. Qual é o maior banco? Então, é o BRADESCO, grande banco, já pegaram o maior banco privado. Depois não era o BRADESCO. O Banco Central demitiu o cidadão. Mas reparem que, com tudo que se pode falar do Senado Federal até hoje, não houve uma grosseria ridícula, banal, vulgar e irresponsável como a feita pelo Sr. Lioia, esse procurador. De repente, colocou em risco todo o sistema financeiro com uma declaração irresponsável do cidadão.

Reparem que não foi o Senado, mas o próprio Banco Central que criou essa situação. Aliás, diga-se de passagem, no Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, metade das crises por que está passando o País nasceram no Banco Central, tais como: declaração, ausência, omissão, presença exagerada do Banco Central, metade das crises do Governo estão lá no Banco Central. Se analisarmos, não é o Senado, não é o PT, não é o Lula e não é ninguém, essas crises surgem dentro do Governo. É um telefonema que, de repente, denuncia o projeto Sivam. Estava tudo bem, não havia problema, o Sivam ia ser aprovado e, de repente, estoura um telefonema, uma gravação dentro do Palácio, infelizmente, e dizem que está correndo dinheiro. O negócio era uma barbaridade, um escândalo, e fomos averiguar. E onde nas-

ceu tudo isso? Dentro do Governo. Essas questões nasceram dentro do Governo.

Eu li em um jornal que vai haver um convite para dois ilustres Senadores saírem do PSDB porque assinaram o requerimento para a CPI. Mas não sei o que o Governo vai fazer com o Sr. Mário Covas, porque não pode demiti-lo já que é Governador de São Paulo pois S. Ex^a disse que se fosse Senador também assinava o requerimento da CPI. Como fica essa questão?

Na verdade, com todo o carinho que tenho pelo nobre deputado socialista, sou correligionário...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Senador socialista...

O SR. PEDRO SIMON - Senador socialista, eu sabia que tinha alguma coisa errada. S. Ex^a é mais Senador do que socialista... Eu não tenho nada com relação ao Sr. José Sarney, mas também não sou tão fã dele assim. Vou ser muito sincero - perdoe-me a sinceridade -, vejo aqui um ato político do Senador José Sarney. Para a minha comissão da CPI dos corruptores, S. Ex^a não teve ato dessa natureza

O SR. CARLOS BEZERRA - Também foi um ato político.

O SR. PEDRO SIMON - Também foi um ato político; porque naquela ocasião ele estava bem com o Governo Federal. Quer dizer, saiu a CPI dos Corruptores, com trinta assinaturas, e nenhum dos que votaram, dos que assinaram agora, não o fizeram àquela época. E, na hora, o que ele fez? Deixou o tempo passar.

Estou com o requerimento; estou com recursos, porque, para mim, o Presidente Sarney violou a Constituição. Diz a Constituição que CPI é direito das minorias. Na CPI que eu pedi, não. Na CPI dos Corruptores, não envolvia nada, não era nem um fato atual, eram fatos pretéritos, era uma comissão consequência da CPI do impeachment e da CPI do Orçamento. V. Ex^a fez parte e sabe disso. Aquilo era um mar de informações.

Lá pelas tantas, o Congresso nos deu uma única prorrogação, ou seja, mais vinte dias. Então, tivemos que tomar uma decisão. Ou investigávamos os parlamentares, ou os corruptores. Se investigássemos os corruptores, iriam dizer que tínhamos colocado na gaveta os parlamentares. Decidimos, então, que iríamos investigar os parlamentares e determinar como primeiro índice da CPI a imediata instalação da CPI dos Corruptores. Foi o que fiz: pedi a CPI. E o Sr. José Sarney... O tempo passou.

Quantas vezes fomos para a tribuna - está aqui

o Senador Suplicy, então Líder, como testemunha - para cobrar que se instalasse a CPI dos Corruptores? Quantas vezes fomos para a tribuna?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Muitas.

O SR. PEDRO SIMON - Todos indicaram, menos o PSDB e o PFL. E o Sr. José Sarney ficou com o requerimento na gaveta e, no último dia da Sessão Legislativa, mandou arquivá-lo. Estou recorrendo do arquivamento.

Mas por que o Sr. José Sarney, naquela altura, mandou arquivar e agora está dizendo que vai constituir? É por causa do marimbondo lá de Minas Gerais? Ou é por causa de uma reportagem, na minha opinião, injusta, desnecessária, grosseira que saiu na revista *Veja*. Não sei por que o Senhor Fernando Henrique tem algo a ver com aquela reportagem? Não sei por que querer-se atribuir que o Palácio tenha algo a ver com a reportagem da *Veja* sobre as aposentadorias especiais? Mas, na realidade, houve uma decisão diferente do Sr. Sarney.

Agora, isso não impede. Eu assinei o requerimento, e se o Sr. Sarney nos ajudou, que bom! Isso não tira o mérito da nossa CPI. O que sei é que o primeiro autor, que é o ilustre Senador do Sergipe, sabe por que a convocou, por que a pediu. E sabemos por que S. Ex^a pediu. E é o motivo mais sério que tem, volto a dizer que não vejo nada mais sério na História deste País do que o que aconteceu com o Banco Nacional. Não é o Banco Nacional o que está me assustando. O Banco Nacional, durante dez anos, tinha dois balanços; o Banco Central, o Tribunal de Contas, a Receita Federal, o Senado, ninguém tomou conhecimento disso - 750 contas fantasmas. Fiquei impressionado, ontem, com a entrevista do Deputado Delfim Netto no Jô Soares. Foi uma coisa até meio engraçada. Não sei se V. Ex^{as} viram o programa. Com toda aquela autoridade de seu passado de Ministro da Fazenda, ele disse: "É rudimentar dizer. Mas isso não dá para entender, porque o Banco Nacional ter 750 contas fantasmas durante 10 anos e ninguém sabe."

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em 1993, houve recadastramento.

O SR. PEDRO SIMON - E ninguém sabe! O Deputado Delfim disse ainda que é só fazer por amostragem; qualquer fiscalização do Banco Central, quando chega em algum banco, vai olhar quais os maiores devedores do Banco, quais as maiores contas. E, de repente, vai dizer que são 750 contas de um bilhão. Por amostragem, ele pega meia dúzia

dessas contas e pergunta quem são os titulares, onde moram. De repente, vai ver que todos os endereços são do próprio Banco Nacional.

Então, a entrevista do Deputado Delfim, ontem, no Jô Soares, foi algo acaciano. Eu me assustei. Mas a verdade é que há dez anos o Banco Nacional faz isso.

Não estou preocupado com o Banco Nacional. Estou preocupado em saber se é apenas o Banco Nacional. Será que é só o Banco Nacional que durante dez anos teve dois balanços, com 750 contas fantasmas e agiu como agiu? Ou é banco, empreiteira, empresa, cidadão comum, muita gente que está fazendo a mesma coisa? Perdi a credibilidade, sinceramente, no Banco Central; perdi a credibilidade na arrecadação, na Receita Federal. Aí é que acho que alguma coisa tem que ser feita. Aí é que estranho que o Presidente Fernando Henrique não tenha tido essa preocupação, preocupação inclusive, pois se ele tivesse recriado a Comissão Especial de Investigação, que havia no Governo Itamar, governo ao qual ele serviu, uma comissão do mais alto nível. É o que eu faria se fosse Presidente da República. Não confiaria nem no Senado, quer dizer, confiaria desconfiando do Senador, nessa Comissão, no Banco Central, no Ministro da Fazenda, no Diabo, mas queria gente minha que entendesse do assunto, que fossem da minha confiança, para me dizer o que estava acontecendo.

Não é apenas o Malan que é Ministro da Fazenda, não é apenas um Loyola que é o Presidente do Banco Central, não apenas aqui o Congresso que tem posições políticas, não são apenas os empresários, não é a Direção do Banco Nacional, eu queria gente de credibilidade, de confiabilidade, que fizessem um estudo e levassem na mão do Presidente da República.

E não estou vendo isso. Estou vendo que estamos preocupados, tomando medidas inclusive antagônicas, mas todo o mundo querendo acertar; do outro lado, não se sabe nem o que o Governo quer. O Governo vai deixar criar a CPI? O Governo não vai deixar criar a CPI? O Sr. Sarney vai manter o ponto de vista na minha Comissão? Os dois vão indicar? Vai mudar o ponto de vista do Sr. Sarney, que agora está dizendo que se indicarem ele nomeia? O que vai acontecer?

Com toda sinceridade, eu me assusto, porque a questão é séria. Volto a dizer que tenho confiança no Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não

vejo que ele tenha nenhuma participação nisso. Não vejo, isso é muito claro; se achasse, eu diria que tem. Não vejo nada que envolva a figura do Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, apenas acho que Sua Excelência está agindo com muita tolerância num assunto em que poderia ser mais sério. O Sr. Fernando Henrique Cardoso é um homem de bem? É. Ele é um homem digno? É. Tem a credibilidade de toda a Nação? Tem. Então, acha que ele não tem problema. Ele está enganado. Ele tem credibilidade, mas essa questão é mais grave do que ele pensa, é mais profunda do que ele pensa. Não visa ele, mas visa uma situação que está aí. E até agora nós não temos nenhuma resposta. Não temos nenhuma resposta. O que ficou perante a sociedade é uma iniciativa do ilustre Senador, correta, uma interrogação sobre o que quis o Presidente do Senado, José Sarney, com a sua gente de repente assinando o requerimento da CPI, sem mais e nem menos. Com todo respeito que tenho com o seu colega de representação do PMDB do Amapá, mas me parece que ele não é um especialista na matéria e ele deve assinado porque o Presidente Sarney pediu que ele assinasse, parece-me que é o óbvio. Igual a esse eu poderia citar um monte.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu posso garantir à V. Ex^a que em nenhum momento o Presidente Sarney fez esse pedido, o Senador Valadares me contou que assinou de livre e espontânea vontade, assim como o Senador Gilvan Borges.

O SR. PEDRO SIMON - Pode ser.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON - Nós não estamos discutindo sobre essa matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Que negócio de reunião de Sarney, nunca existiu isso para pedir para assinarmos a CPI. Sr. Presidente, posso afirmar ao Senador Pedro Simon que ... Senador Carlos Bezerra, V. Ex^a pode falar, depois eu falo.

O SR. CARLOS BEZERRA - Senador Pedro Simon eu acho que o Governo está com obsessão anti-Sarney, e isso é um erro grave. Atribuir ao Presidente Sarney...

O SR. PEDRO SIMON - E isso é meio recíproco. Houve uma época que era Sarney e Ulysses. Agora é Sarney e Fernando Henrique. Só tem uma pessoa que é a mesma.

O SR. CARLOS BEZERRA - Atribuir ao Presidente Sarney a existência da CPI. Eu, por exemplo, assinei esta CPI porque tenho uma posição histórica desde quando era Líder estudantil, nas pelepas da UNE, uma das bandeiras das nossas lutas a a reforma financeira, dentre as reformas de bases que o País lutava por elas, no Governo do João Goulart. Não era estatizar, não. Os bancos cobravam juros de 2,5%, e nós achávamos que aquilo era uma agiotagem. E eu via na minha cidade um agiota que cobrava 5%, era como se fosse um leproso na comunidade. "Olha ali aquele cobra 5%. Hoje os bancos cobram 10%, 12%. E a coisa agora, meu Deus, deixou-me perplexo, porque conseguiram falir bancos ganhando tanto dinheiro. Isso aqui é o paraíso dos bancos. São tão incompetentes, no meu entendimento, que se desse uma mina de ouro para esse pessoal eles conseguiriam falir a mina de ouro.

Então, é uma convicção arraigada desde garoto e luto por isso. Considero esse nosso sistema financeiro nefasto. Ele tem que ser mudado, tem que ser modificado. Daí a se dizer que o Sr. José Sarney influenciou a minha assinatura e a de outras pessoas... A mim ninguém pediu que assinasse. Eu assinei por uma questão de consciência, de convicção.

Penso, como V. Ex^a, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não tem nada a ver com isso. Eu confio também no Presidente; acho que ele é um homem honesto, um homem correto.

De modo que essa questão está mal encaminhada, e eu concordo plenamente com V. Ex^a. O que o Governo deve fazer é ajudar a ajustar o sistema financeiro o mais rapidamente possível. Esta é a principal reforma, é a número 1; a primeira reforma que deve ser feita é esta, a do sistema financeiro. Ela é fundamental para o futuro do País. Agradeço o aparte a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, quero dizer que jamais me passou pela cabeça aventar qualquer coisa com relação a V. Ex^a, até porque conheço as posições de V. Ex^a.

Em segundo lugar, quero dizer, pois pode haver alguma dúvida sobre o meu pensamento, que acho perfeitamente normal, se o Presidente do Senado Federal decidiu facilitar a criação da CPI, se decidiu pedir que assinassem o documento de criação da CPI, que o fizesse. É um direito que ele tem, pois ele é um cidadão, é um Senador da República.

E, na minha opinião, essa é uma decisão positiva. O fato do Presidente do Senado, Senador José Sarney, achar que é importante criar uma CPI do sistema bancário merece o meu respeito, o meu aplauso. É bom que eu esclareça isso.

Quero dizer que não me importa saber quais as razões que levaram o Senador José Sarney a interferir - ou a não interferir - na criação da CPI. Estou me baseando no que a imprensa está publicando. A imprensa está divulgando como praticamente certo que o Palácio do Planalto interpreta que a CPI saiu por causa do Sr. José Sarney. Para mim isso é indiferente. O Palácio, independentemente das mágoas que possa ter com o Sr. José Sarney porque S. Ex^a fez isso, deveria entender que a CPI é absolutamente necessária.

Nota dez para o Sr. Mário Covas, pois ele continua o mesmo. S. Ex^a insistia que queria uma CPI que apurasse a situação do Banespa, que queria uma CPI que apurasse a situação da Vasp. S. Ex^a é o mesmo Mário Covas; ele não mudou. E nós não podemos mudar de repente!

O Governo poderia mudar. Se o Governo tivesse designado uma comissão, se, a esta altura, tivesse apurado; se tivesse se reunido aqui, e se viesse o próprio Presidente, ou o Ministro da Fazenda, e dissesse que, com relação a isso, tinham realizado alguma coisa e nos apresentassem... Mas não há nada! O Governo não fez nada até agora. Pelo contrário, fica a interrogação.

Ouvimos, por exemplo, quando houve o depoimento do Presidente do Banco Central, situações interessantíssimas. O Sr. Benito Gama foi duro com o Presidente do Banco Central, com relação ao tratamento dado ao Banco Econômico e ao Banco Nacional.

O Vice-Líder do PT na Câmara dos Deputados, que estava respondendo pela Liderança, deixou uma opinião muito clara: a de que o Governo Federal havia tomado uma posição com relação ao que ele chamou - palavras do Líder do PT - "tubaronato do Nordeste" e outra com relação ao "tubaronato do Centro-Sul".

O Sr. Antonio Carlos foi muito firme na exigência de saber o que iria acontecer.

As informações são de que teria havido um entendimento. Mas, quanto a esses entendimentos, Excel, etc., temos que tomar conhecimento deles.

Sobre o que foi questionado pelo Senador Eduardo Suplicy eu também li. É uma afirmativa

muito grave e, se não me engano, saiu publicada na Istoé. A Istoé faz uma afirmativa muito grave sobre um cidadão que fazia parte da direção do Banco Central, depois foi para o Excel, depois saiu. A revista levanta interrogações muito sérias sobre isso. No entanto, as informações que temos são de que o projeto já estaria resolvido.

Vejam como os fatos estão acontecendo à nossa revelia e, enquanto isso, o ilustre cidadão não pode vir aqui perder tempo conosco, porque está trabalhando. Por isso, Sr. Presidente, a situação é mais grave do que se pensa e o Governo não está dando a ela a importância que deveria dar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES Senador Pedro Simon, o Regimento Comum do Senador Federal e da Câmara dos Deputados permite que, em casos como este, o Presidente do Senado avoque para si a indicação dos membros dos Partidos que não fizeram a indicação...

O SR. PEDRO SIMON - É verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - ... que não participaram da indicação.

Ora, por que não aproveitamos um momento como este, em que há o risco das Lideranças do PSDB e do PFL não indicarem os membros, e não fazemos, o mais rápido possível, uma reforma no Regimento Interno do Senado, a fim de que seja cumprido o desejo daqueles que assinaram o requerimento não só de V. Ex^a, o da CPI dos Corruptores, como o desejo daqueles que assinaram o requerimento para a composição da CPI.

Seria uma fórmula para contornar essa dificuldade que estamos tendo no momento.

O SR. PEDRO SIMON - Sou totalmente favorável ao que V. Ex^a está propondo, tanto que foi por causa disso que recorri do arquivamento da CPI dos Corruptores, mas deixei claro: acho que esta hora, este momento é da CPI de V. Ex^a.

Mas recorri só para que não se fosse considerada coisa julgada; e, certamente, dizendo que o Senador José Sarney, Presidente do Senado, não cumpriu o Regimento e não cumpriu a Constituição. Porque, se a Constituição diz que a CPI é um direito da minoria e se um terço pedir a sua criação, e se todos os Líderes, à exceção de dois - do PFL e do PSDB - indicarem, o Presidente José Sarney deveria ter instalado a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Sem dúvida.

O SR. PEDRO SIMON - Devia ter instalado e

não instalou. E só estou recorrendo para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e para o Plenário, e dizendo com todas as letras: acho que agora não é o momento; não me venham com essa história de querer agora criar a CPI dos Corruptores e deixar a dos Bancos, não. Agora é a hora da CPI dos Bancos. E, se tiver que assinar prioridade, assino prioridade para a de V. Ex^a.

Eu apenas recorri para que não transitasse em julgado pelo fato de dois Líderes não terem indicado e o Presidente mandar arquivar.

Face, então, ao trabalho de V. Ex^a é que fiz isso e estou plenamente de acordo com V. Ex^a. Cabe ao Presidente do Senado Federal - não está no Regimento do Senado, mas está no Regimento Comum. O que diz o Regimento Comum: "Se os membros das Lideranças não indicaram, cabe ao Presidente do Senado indicar". Acho que, se está no Regimento Comum, vale também para a nossa Comissão. Se vale para uma comissão mista, porque não vale para uma comissão do Senado não indicar? Cabe ao Presidente do Senado fazer a indicação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Senador Pedro Simon, um breve aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O Regimento do Senado não prevê explicitamente a possibilidade de o Presidente indicar. Mas o Regimento do Senado diz o seguinte: que os casos omissos são decididos pelo Presidente.

O SR. PEDRO SIMON - Exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - S.Exa. pode decidir à luz do que existe no Regimento da Câmara e no Regimento Comum - Câmara e Senado.

O SR. PEDRO SIMON - É mais do que evidente.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO PIVA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA - Nobre Senador Pedro Simon, ouvi a exposição de V. Ex^a e de todos os outros Senadores desta Comissão e quero dizer o seguinte: o Governador de São Paulo, Dr. Mário Covas, ao contrário de outras pessoas aqui convocadas e que não compareceram, S.Exa., convidado, pede que se marque para a próxima semana novo depoimento, como um esclarecimento à Casa acer-

ca do Banespa, para que todos possam julgar com isenção sobre a real situação deste Banco, embora S.Exa.o tenha pego já com intervenção, no seu primeiro dia de governo, não tendo nada a ver com essa situação criada em governos anteriores. S. Ex^a pede, por meu intermédio que possa aqui comparecer para esclarecer aos Srs. Senadores sobre toda essa problemática do Banespa.

Então, peço ao Sr. Presidente, através do Secretário-Geral, que marque, que converse com o secretário do Sr. Governador, que realmente tem uma agenda cheia, que vejo ter reuniões terça, quarta e quinta, que marque para o Sr. Governador, S. Ex^a aceita e pede para vir a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Pedro Piva...

O SR. PEDRO PIVA - S. Exa.tem tempo disponível para comparecer a esta Casa, que foi dele e agora respeita, e se submete ao seu julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Pedro Piva, vamos ver uma data e comunicaremos a V. Ex^a e ao Governador.

Mas eu gostaria de esclarecer também aos Srs. Senadores que, ontem, falava por telefone com o ex-Governador de São Paulo, Orestes Quércia, e que S.Exa. parabenizava o Senado pela criação da Comissão da CPI. S.Exa. acha que é fórum muito importante e que lá deveria ser discutido também o caso Banespa, e que S.Exa. gostaria muito de ser convidado a vir a esta CPI.

O SR. PEDRO PIVA - O problema, Sr. Presidente, do Sr. Orestes Quércia não é meu. O meu problema, como Senador de São Paulo, pelo PSDB, é que o atual Governador de São Paulo, Dr. Mário Covas, compareça, o que S. Ex^a quer fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Mas acho muito interessante porque temos condições de convidar os ex-governadores de São Paulo, os ex-presidentes do Banco, também vamos ouvir, no caso, o Banespa.

O SR. PEDRO SIMON - Sim. Acho que as questões estão bem colocadas. Só que V. Ex^a, quando diz, que o "problema do Orestes Quércia não é meu", dá a entender que é do Presidente da Comissão.

O SR. PEDRO PIVA - Não. Não é isso, absolutamente. Defendi a minha posição.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acho que, talvez, pelo calendário aqui, quem sabe, seria interessante se o horário adequado para o Governador fosse no dia 19, que será terça-feira próxima, se possível, obviamente. V. Ex^a terá a condição de dialogar com ele, mas poderíamos já estar de sobrevaviso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Suplicy, foi lido ontem no plenário do Senado e veio para a Comissão hoje. Passando os olhos rapidamente, temos a análise financeira de todo o processo. São apenas duas folhas para uma análise financeira do montante de 7,5 bilhões de reais, um pouco maior do que o do Nacional. Eu gostaria que os Srs. Senadores lessem, e, se fosse o caso, voltássemos a discutir que dados, que informações mais seriam necessárias, e aí convidaríamos o ex-Senador Mário Covas, Governador de São Paulo. Se os Srs. Senadores não tiverem informações suficientes para embasarem suas perguntas, a oitiva não cumprirá sua finalidade. Deveríamos aproveitar para tirar todas as dúvidas e, se for o caso, atrasar um ou dois dias não será problema. Nós podemos convidar o Governador Mário Covas para que ele venha a partir das 19 horas; assim ele não perderia um dia de trabalho em São Paulo.

O SR. PEDRO PIVA - O Governador Mário Covas já foi convidado para esta Comissão, já foi aprovado. Ele pede apenas que se marque a data. Ele está pronto a prestar qualquer esclarecimento. Será mais fácil para ele fazê-lo pessoalmente a todos os Srs. Senadores, do que por carta ou outro meio qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Quero aproveitar para lembrar que no dia 19 teremos reunião da Comissão. No dia 20, quarta-feira, novamente reiteraremos o convite ao Dr. Adilson Ferreira, junto com Marcos Magalhães Pinto e Eduardo Magalhães Pinto. No dia 21, teremos Luiz Carlos Álvares. No dia 27, Clarimundo José de Santana. No dia 28, Marco Aurélio Maciel, da CAPMG. No dia 03 de abril, está convidado o Dr. Pêrsio Arida, ex-Presi-

dente do Banco Central. O Presidente da CVM, Francisco Augusto da Costa e Silva, dia 04 de abril. O Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, no dia 10 de abril. E Ministro Pedro Malan, no dia 11 de abril. O Senador e Governador de São Paulo, aproveitaremos para ouvir em qualquer um dos dias da próxima ou da segunda semana na parte da noite, e outros ex-governadores de São Paulo ou ex-presidentes do BANESPA que os Srs. Senadores resolvam convidar.

O SR. PEDRO PIVA - Não é uma acareação, é? Porque, em primeiro lugar, precisamos saber se os outros também aceitam.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tenho lido no jornal que há vários Senadores, inclusive eu, que estariam reivindicando a relatoria do caso BANESPA. Não tenho feito esta reivindicação. Se designado, obviamente cumprirei com o meu dever. A atribuição de designar o Relator é de V. Ex^a. Eu pergunto se V. Exa. já designou o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, em nenhum momento, pediu para ser relator, assim como nenhum outro Senador desta Comissão. Acredito que a documentação que chegou é insuficiente para que os Srs. Senadores possam decidir sobre o caso BANESPA. O Estado de São Paulo, o Governo Federal e o Banco Central tiveram meses e meses de negociações.

Temos ouvido e lido na imprensa que aquilo que é oferecido como garantia, o próprio Governo, o próprio SPU de São Paulo afirma que os Aeroportos de São Paulo, de Cumbica e de Congonhas pertencem à União.

Então, acredito que cabe a esta Comissão pedir mais informações para dar subsídios aos Srs. Senadores, para que possam analisar. Se algum ônus recair sobre esses imóveis, São Paulo é um Estado rico, tenho certeza de que terá outros imóveis para dar em garantia.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, a respeito do requerimento que V. Ex^a disse que iria fazer, solicitando os relatórios de fiscalização fiscalização do Banco Nacional nos últimos dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Nobre Senador, a reunião já se esvaziou e eu preferi não colocar a matéria em votação. Mas entrarei hoje, no plenário do Senado, como Senador - dadas as ponderações do Senador José Fogaça -, com requerimento, pedindo as informações. Na próxima reunião, poderemos submetê-lo a todos os Srs. Senadores. Solicito, desde já, que o Secretário o coloque na pauta.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA - Queria esclarecer ao Sr. Presidente que as garantias aos aeroportos, à FEPASA, etc, não são garantias do empréstimo, mas dação em pagamento. As garantias são o próprio ICM do Estado de São Paulo e as ações do próprio banco.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Pretendo, Senador Pedro Piva, dar aos Srs. Senadores, antes da chegada do Governador Mário Covas a esta Comissão, condições para que todos venham a analisar, efetivamente, se essa parte dada em dação em pagamento, se ela pertence ao Estado de São Paulo, porque toda a imprensa está cansada em afirmar que ela não pertence ao Estado. Só pretendo pedir cópia das escrituras e de tudo aquilo que diz respeito a esse acordo para dar como elemento aos Srs. Senadores que as analise, e depois ouviremos o Governador de São Paulo.

O SR. PEDRO PIVA - Perfeito. É o que o Governador deseja.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h33min.)

Ato nº 258/96 que aposentou Pedro Lacerda Ramalho, publicado no DSF de 05.03.96.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato para incluir o artigo 37 da Resolução SF nº 42, de 1993.

Senado Federal, em 14 de março de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL NÚMERO 290, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, e de acordo com a competência que lhe foi delegada pelo Ato nº 12, de 1995, da Comissão Diretora do Senado Federal, tendo em vista o que consta do Processo nº PD0476/95-1 e a autorização dada pela Comissão Diretora do Senado Federal através do Ato nº 18, de 1995, e de acordo com a Resolução nº 51, de 1993, RESOLVE:

Nomear LEILA MENEZES XAVIER, DANIELLE BELGA SEDLMAIER, JOÃO ROBERTO DA CUNHA e SERGIO ARTUR PIRES FERREIRA DA SILVA, para a Categoria de Especialista em Informática Legislativa, Nível III, Área 1, Especialidade Análise de Sistemas, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, em virtude de aprovação em concurso público promovido pelo Tribunal de Contas da União, cujo resultado final consta do Edital nº 16/ISC, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, pp. 4120, do dia 1º de março de 1996.

Senado Federal, em 13 de março de 1996



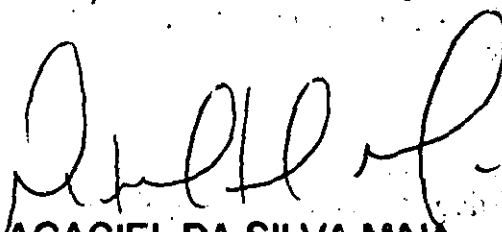
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR GERAL

Nº 291 /96

O DIRETOR GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0188/95-6, **RESOLVE APOSENTAR**, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de serviço, **JOSÉ DE SOUZA PINTO SOBRINHO**, matrícula 1930, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, 1a. Classe, Padrão I/M16, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal - CEGRAF, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94, transformada na forma determinada pela Medida Provisória nº 1.307/96.

Senado Federal, em 14 de março de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

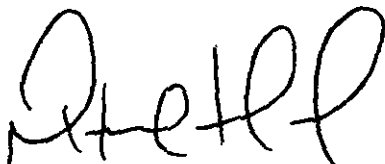
Nº.292 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 2650/96-7,

RESOLVE designar o servidor **SERGIO MURILO GOMES DADA**, matrícula 4276, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 -

Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a FUNÇÃO COMMISSIONADA de Auxiliar de Plenário, Símbolo FC-02, da Secretaria Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 12 de fevereiro de 1996.

Senado Federal, 14 de março de 1996



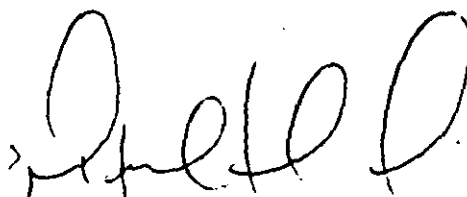
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 293, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3268/96-9,

RESOLVE dispensar o servidor EURÍPEDES RIBEIRO, matrícula 3269, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, da FUNÇÃO COMMISSIONADA de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador José Fogaça, com efeitos financeiros a partir de 06 de março de 1996, e lotá-lo no Gabinete do Senador Roberto Freire a partir da mesma data.

Senado Federal, 14 de março de 1996.



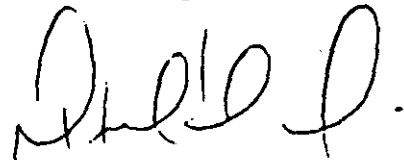
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 294, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3268/96-9,

RESOLVE designar o servidor **EURÍPEDES RIBEIRO**, matrícula 3269, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Roberto Freire, com efeitos financeiros a partir de 06 de março de 1996.

Senado Federal, 14 de março de 1996.



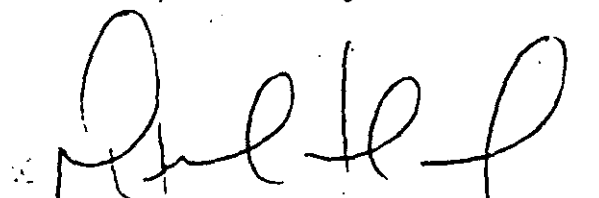
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 295, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3417/96-4,

RESOLVE dispensar a servidora **ELIANE DELMONTE DE BAERE**, matrícula 3332, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Taquigrafia, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Chefe da Seção de Informática, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 08 de março de 1996, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de março de 1996.



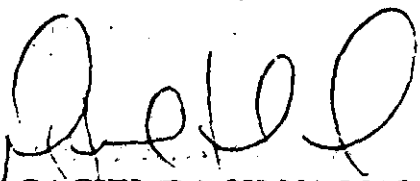
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 296, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3418/96-0,

RESOLVE dispensar o servidor **CARLOS JOSÉ BAHIA DE MENEZES**, matrícula 3413, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Taquigrafia, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de Taquígrafo Legislativo, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 08 de março de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de março de 1996.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 297, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3418/96-0,

RESOLVE designar o servidor **CARLOS JOSÉ BAHIA DE MENEZES**, matrícula 3413, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Taquigrafia, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**

de Chefe da Seção de Informática, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 08 de março de 1996.

Senado Federal, 14 de março de 1996.



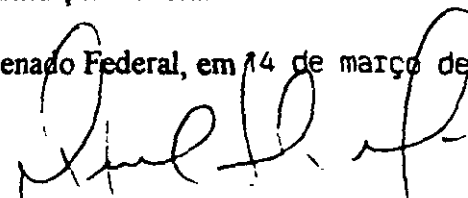
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 298, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.154/96-3,

R E S O L V E aposentar, voluntariamente, **SEBASTIÃO CELESTINO DE OLIVEIRA FILHO**, Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993, e no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.307/96, publicada em 12.02.96, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 14 de março de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

SENADO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO
FUB / SENADO FEDERAL
EDITAL Nº 09/96
CONCURSO PÚBLICO PARA ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREAS UM E DOZE

O Senado Federal e a Fundação Universidade de Brasília tomam público, nas relações subseqüentes, o **resultado final** da prova de títulos do concurso para ASSESSOR LEGISLATIVO, após o recebimento e apreciação de eventuais recursos. Em seqüência torna público o **resultado final** do concurso.

1 - RESULTADO FINAL DA PROVA DE TÍTULOS DO CONCURSO PARA ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREA 1, EM ORDEM ALFABÉTICA.

00061, Arlindo Fernandes de Oliveira, 24,2 / 00001, Gabriel Dezen Junior, 23,9.

2 - RELAÇÃO FINAL NOTAS DA PROVA DE TÍTULOS DO CONCURSO PARA ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREA 12, EM ORDEM ALFABÉTICA.

00278, Francisco Jose Coelho Saraiva, 22,5 / 00130, Joao Bosco Bezerra Bomfim, 31,9 / 00145, Joao Eustaquio da Silveira, 36,6 / 00009, Jose Luiz Peron, 55,8 / 00136, Luciano Brasil de Araujo, 27,3 / 00175, Lumi Kihara, 20,2 / 00174, Maria Luiza Jacobson, 25,6 / 00034, Maria Tereza Cruvinel, 19,6 / 00314, Paulo Chaves de R Martins, 49,1 / 00041, Samira Abrahao, 39,9 / 00032, Silvia Pinto de Lara Rezende, 32,4 / 00152, Vera Lucia D'alto Manzollillo, 28,1 / 00143, Vinicius Becker Costa, 35,2.

3 - Atendendo determinação judicial, o CESPE-UnB torna público o resultado final da prova de títulos de ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREA 12, realizada *subjudice* dos candidatos abaixo relacionados.

00317, Giovane de Azevedo Franca, 20,3 / 00046, Pedro Braga dos Santos, 42,9.

4 - RESULTADO FINAL DO CONCURSO PARA ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREA 1, na seguinte ordem: inscrição, nome do candidato, nota final e classificação final em ordem crescente:

00001, Gabriel Dezen Junior, 466,70, 1 / 00061, Arlindo Fernandes de Oliveira, 426,80, 2.

5 - RESULTADO FINAL DO CONCURSO PARA ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREA 12, na seguinte ordem: inscrição, nome do candidato, nota final e classificação final em ordem crescente:

00143, Vinicius Becker Costa, 544,40, 1 / 00130, Joao Bosco Bezerra Bomfim, 533,40, 2 / 00041, Samira Abrahao, 525,20, 3 / 00152, Vera Lucia D'alto Manzollillo, 521,10, 4 / 00278, Francisco Jose Coelho Saraiva, 510,40, 5 / 00314, Paulo Chaves De R Martins, 503,40, 6 / 00032, Silvia Pinto de Lara Rezende, 494,30, 7 / 00009, Jose Luiz Peron, 488,20, 8 / 00034, Maria Tereza Cruvinel, 486,70, 9 / 00145, Joao Eustaquio da Silveira, 481,50, 00010 / 00174, Maria Luiza Jacobson, 462,80, 11 / 00136, Luciano Brasil de Araujo, 449,80, 12 / 00175, Lumi Kihara, 445,40, 13.

6 - Os candidatos classificados dentro de número de vagas, deverão aguardar convocação do Departamento de Pessoal do Senado Federal com vistas aos procedimentos legais.

7 - Os candidatos supracitados deverão comparecer ao CESPE/UnB para solicitar a posse de seus documentos entregues para a contagem dos títulos, no prazo de 30 dias.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL
SENADO FEDERAL

CARLOS AUGUSTO DE SÃO JOSÉ
DIRETOR DO CESPE
UnB

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúcio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Aridrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (ex-PPR + ex-PP)	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	PTB	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSONY ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2481/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN •3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA •5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA •4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA •6	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/18	2- ADEMIR ANORADE •1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA •7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL •8	AM-2061/82
OSMAR DIAS •2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA •9	DF-2011/12
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- 1 - ADEMIR ANORADE(PSB) - vaga cedida pelo PT
- 2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/08/86
- 3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/86
- 4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/86
- 5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86
- 6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86
- 7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86
- 8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPR, em 25/10/86
- 9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4806

SALA Nº 18 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS****VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2481/87
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3187/89
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2081/87
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PS			
VAGO		1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/08/86

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/86

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/86

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.**SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ****FONES DA SECRETARIA: 311- 4808/3515****SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359****FAX: 311-3652**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE****VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs****PMDB**

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PE-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3061/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3246/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/89
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36

PPR

ESPERIDIÃO AMIN -3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA -4	MA-4073/74
--------------------	------------	-------------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PP

BERNARDO CABRAL -5	AM-2061/67	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-6	SE-2201/04
--------------------	------------	------------------------------	------------

PTB

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4069/90	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
--------------------------	------------	-----------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4761/52
---------------	------------	----------------	------------

PSS

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1-EDUARDO SUPLICY -1	SP-3216/16
----------------	------------	----------------------	------------

PL

ROMEU TUMA -2	SP-2061/67	1-VAGO	
---------------	------------	--------	--

PPS

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1-VAGO	
----------------	------------	--------	--

- *1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - vaga cedida pelo PSS
- *2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/96
- *3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- *5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/96
- *6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27. TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPS, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3278
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYC	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

- *1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA****VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/08/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/08/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES****VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RISEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/08/86

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/86

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PSB, em 25/10/86

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/86

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-85)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Cassildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Espíridão Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Omar Dias ²	PP	
	PT	
		Benedita da Silva
		Eduardo Suplicy
		Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Class. Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Mascari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rosseto		Luiz Mainardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-85

² Filado ao PSDB em 22-6-85

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-85

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-86

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

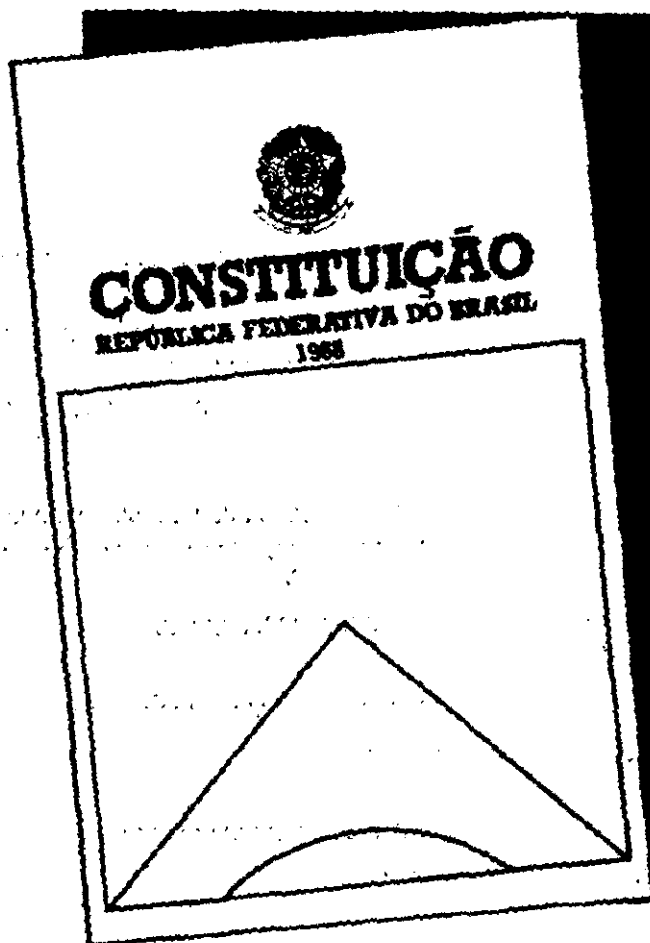
Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUIDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD/ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS